

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 17 DE MAIO DE 2010

NÚMERO 6.171

16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco De Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Antonio Aguiar
Dirceu Dresch
Décio Góes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Valdir Cobalchini
Gilmar Knaesel
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Ronaldo Benedet
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça (Peninha) -
Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Elizeu Mattos
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Gilmar Knaesel
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Valdir Cobalchini
Ronaldo Benedet
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Valdir Cobalchini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Onofre Santo Agostini
Reno Caramori
Edison Andrino
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Ronaldo Benedet
Valdir Cobalchini
Onofre Santo Agostini
Gilmar Knaesel
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Edison Andrino
Valdir Cobalchini
Ozair Coelho de Souza (Polaco)
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**
Jean Kuhlmann
Serafim Venzon
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Joares Ponticelli
Antônio Aguiar
Ronaldo Benedet
Romildo Titon
Prof. Odete de Jesus

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Walter da Luz Filho</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XVIII - NÚMERO 2171 EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 040ª Sessão Ordinária realizada em 12/05/2010.....2 Ata da 041ª Sessão Ordinária realizada em 12/05/2010.....6</p> <p>Publicações Diversas Ata da Procuradoria.....23 Atas de Comissões Permanentes23 Extrato.....24 Portarias24 Projetos de Lei Complementar...26</p>
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

P L E N Á R I O

ATA DA 040ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gilmar Knaesel - Jorginho Mello - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Onofre Santo Agostini - Ozair Polaco - Professora Odete de Jesus - Ronaldo Benedit - Serafim Venzon - Valdir Cobalchini.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Reporta-se à área da Saúde.

DEPUTADO ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Cumprimenta lideranças do município de Ilhota.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Aborda a mobilidade urbana da Grande Florianópolis.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Defende a atual gestão da Casan.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (aparte) - Questiona a divisão dos lucros da Casan entre os diretores.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Tece considerações a respeito do presidente Lula e de seu governo.

DEPUTADA ADA DE LUCA (aparte) - Elogia o discurso do deputado Dirceu Dresch.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Manifesta-se sobre a questão das drogas.

Explicação Pessoal

DEPUTADO RONALDO BENEDET - Aborda o atual momento brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PRB.

Não havendo deputados do PRB que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, líder da bancada, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, quero pedir escusas, pois estou com certa disfonia, mas este espaço é tão concorrido que não poderia perder a oportunidade de aproveitá-lo. Ainda não estou na idade de tomar a vacina contra o vírus

H1N1, então, contrai uma gripe, mas já a estou curando.

Sr. presidente, quero dizer da alegria de ter tido uma audiência com o novo secretário da Saúde, dr. Roberto Hess, que substituiu o grande secretário anterior, deputado Dado Cherem, que fez um extraordinário trabalho durante todo aquele tempo em que esteve à frente da secretaria.

A Saúde como um todo é algo extremamente difícil porque a todo instante aparecem coisas novas, e todos os casos são casos diferentes uns dos outros. Não se pode afirmar que o tratamento de determinada doença gere o mesmo gasto de outra, porque a reação de cada organismo é diferente, o remédio é diferente, então os gastos são diferentes. Mas o governo acaba tendo que estipular valores fixos para tratar essa ou aquela doença, ou seja, valores fixos para tratar de coisas diferentes. Quando se trata de construir uma ponte, por exemplo, ou uma estrada, antes de fazê-la dá para avaliar aproximadamente quanto vai custar; e se houver alguma surpresa pelo meio dá até para fazer um aditivo. Mas quando se trata de doença não dá para fazer isso, não dá para esperar o tratamento, não dá para aguardar a evolução do doente e fazer um aditivo caso a caso. Assim, todas as ações da Saúde passam

a ser difíceis e talvez seja por isso que existe um grande número de queixas.

Em janeiro deste ano, eu disse ao secretário que de todas as queixas da população catarinense 25% se referiam à Saúde; agora, no mês de abril, 36% das queixas da população catarinense referem-se à Saúde.

Dizia-me o secretário Roberto Hess que na última reunião que houve em Brasília todos os secretários de Saúde dos estados brasileiros cumprimentaram o estado de Santa Catarina pelos excelentes resultados. No entanto, temos que mudar muito! Atualmente, por exemplo, o Hospital Florianópolis está em reforma, ou seja, praticamente parado. A emergência funciona parcialmente, mas estando o hospital em reforma, com o centro cirúrgico interdito, o que se pode fazer lá? O Hospital Celso Ramos vai entrar em reforma também, e o Hospital Regional de São José tem lá os seus problemas.

Então, há que se fazer alguma coisa urgentemente! Gostei que o secretário Roberto Hess, por determinação do governador Leonel Pavan, esteja liberando esta semana a autorização de cirurgias pagas exclusivamente pelo estado, não pelo governo federal. As AIHs, as Autorizações de Internação Hospitalar, são pagas, em princípio, pelo ministério da Saúde, mas essas que o secretário está liberando agora se referem a 3.700 cirurgias gerais, a 2.700 cirurgias ortopédicas e a 1.000 cirurgias de catarata, que serão pagas exclusivamente pela secretaria da Saúde de Santa Catarina. Ou seja, serão pagas com os 12% que o estado é obrigado a gastar, do seu Orçamento, com saúde.

Eu disse ao secretário que essas 1.000 cirurgias de catarata são muito pouco. Na minha avaliação, só em Joinville deve haver cerca 2.000 cirurgias de catarata represadas. Mas acredito que assim que esgotarmos essas liberações certamente estaremos lá novamente pedindo ao secretário que libere mais algumas.

Em Santa Catarina, temos aproximadamente 200 hospitais credenciados pelo SUS. Se cada hospital fizer 17 cirurgias, e isso dá para fazer em dois dias, já serão gastas as 3.400 autorizações.

Quanto às cirurgias ortopédicas, há menos autorizações ainda, 2.700, que divididas por 200 hospitais rapidamente serão consumidas no atendimento à demanda reprimida.

Em Brusque, por exemplo, que é meu domicílio eleitoral, no ano passado a secretaria municipal de Saúde deixou de atender a um grande número de cirurgias, de exames laboratoriais, de exames radiológicos e de exames complementares, mas devolveu para o ministério da Saúde R\$ 4,7 milhões. Esse dinheiro devolvido não foi economizado, mas significa que um grande número de pessoas não foi atendido.

Então, quero saudar o nosso secretário da Saúde, dr. Roberto Hess, que nos deu essa informação da liberação de AIHs, pois com isso poderemos diminuir a grande demanda reprimida que há em Santa Catarina.

Sr. presidente, gostaria de saber se ainda tenho tempo para terminar o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - V.Exa. tem mais 30 segundos para concluir.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero aproveitar os 30 segundos para agradecer, primeiramente, ao governador Leonel Pavan, que autorizou a liberação das AIHs para a realização de praticamente 7.000 cirurgias, que serão pagas

totalmente pela secretaria estadual da Saúde e não pelo ministério, como normalmente ocorre.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Edison Andrino, por até 19 minutos.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero registrar a presença nesta Casa do vereador Peixer, de Ilhota, e também do sr. Rogério Benardino, que visitam este Parlamento e depois estarão em uma audiência na Celesc, às 11h.

Vamos acompanhar essa comitiva vinda de Ilhota para resolver um problema daquela cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Peço ao deputado Edison Andrino, se quiser controlar o tempo, o registro está na mesa da assessoria, porque estamos sem o controle através do painel.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Agradeço a v.exa., presidente Moacir Sopelsa. Quero dividir o tempo com a deputada Ada De Luca. Do total de 18 minutos, 16 para mim e dois para a deputada Ada De Luca. Está bom assim? Melhor ainda, vamos dividir o tempo pela metade!

Gostaria, sr. presidente, de trazer a esta Casa um assunto que já levantamos na Assembleia Legislativa, que diz respeito à nossa cidade de Florianópolis, com relação à mobilidade urbana, um dos grandes problemas de Florianópolis. Quem sabe, juntamente com segurança pública e saneamento básico, seja o terceiro maior problema desta cidade a questão da mobilidade urbana.

Por incrível que pareça os terrenos de Marinha, os terrenos da União, têm uma função pública importante; por isso, eles pertencem à União, ao governo federal. E todo o aterro da baía sul é acrescido de Marinha. São terras, antes mar, que foram aterradas pelo Poder Público municipal, pelo governo do estado e pela Prefeitura municipal de Florianópolis. E aqui do lado da Assembleia Legislativa, nesta área onde está localizada a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça, antigamente era mar. Esses terrenos foram aterrados, ou seja, são acrescidos de Marinha e pertencem à União.

Logo ali, ao lado do mercado público, mais precisamente atrás do mercado, há uma área enorme que também foi aterrada pelo Poder Público. Ali existiu um projeto elaborado por um grande arquiteto e paisagista, Roberto Burle Marques, que dispunha que aquela área seria um grande jardim, uma grande praça para uso da população de Florianópolis e para os turistas que visitam a capital dos catarinenses.

Lamentavelmente, colocou-se ali uma rede de esgoto - não era o local mais apropriado para colocar uma lagoa de estabilização para tratar o esgoto da cidade -, exatamente na entrada da cidade, e uma parte desse espaço público está sendo usado como estacionamento da Comcap, órgão da prefeitura municipal de Florianópolis. E os recursos oriundos desse estacionamento são revertidos para as obras sociais aqui da cidade, para as pessoas mais carentes, para as crianças, para os idosos.

Infelizmente, o Ministério Público federal, que está tendo um papel fundamental neste país na preservação da coisa pública, entrou com uma ação em Juízo retirando esse estacionamento de trás do mercado público, para naquele local fazer o prédio administrativo do Ministério Público federal.

Ora, srs. deputados, existem outros terrenos, inclusive públicos, pertencentes ao governo federal, à prefeitura e ao próprio governo do estado, que podem permutar com a Delegacia do Serviço do Patrimônio da União para se construir o prédio do centro administrativo do Ministério Público federal.

O que não podemos concordar é com a retirada daquela área que tem uma importância vital para a cidade. Primeiro porque é um estacionamento e nós temos dificuldades para estacionar no centro da cidade. Segundo, o estacionamento mais barato que existe é o da Comcap, pois ele atende ao comerciário, ao comerciante, ao servidor público e ao comércio de uma forma geral no centro da cidade, por isso não tem sentido retirá-lo para se construir um espigão a mais no aterro da Baía Sul.

Então, nós faremos uma audiência pública, na quarta-feira que vem, na Assembleia Legislativa, com a presença do Ministério Público federal, da prefeitura municipal, do CDL, da associação comercial, do sindicato dos funcionários da Comcap, que é o responsável pela administração daquele espaço, a fim de sensibilizá-los com relação a essa questão.

Eu tenho certeza, sr. presidente, de que nós vamos conseguir sensibilizar o Ministério Público e dizer às pessoas interessadas, aos responsáveis pela idéia, que ali não é o melhor local para se construir o prédio do Ministério Público e que o estacionamento atende às funções dos terrenos públicos, dos terrenos da União, porque sabemos que a função pública dos terrenos de Marinha é atender à sociedade; por isso, pertencem ao governo do estado esses terrenos. E se há um terreno de Marinha, se há um patrimônio da União que atende perfeitamente às finalidades da Lei n. 9.633, que é a lei que trata dos terrenos de Marinha no Brasil, é o estacionamento da Comcap localizado atrás do mercado público, onde existe vaga para aproximadamente 500 veículos. E com a rotatividade que existe no estacionamento mais de três mil, quatro mil veículos usam aquele espaço por dia.

Já existe uma sentença judicial pedindo para a prefeitura que retire dali o estacionamento público. A Justiça até decidiu, vamos dizer assim, de uma maneira juridicamente correta, mas não socialmente correta, porque se a finalidade dos terrenos públicos é atender à população, é ter um fim social, não é um prédio administrativo do Ministério Público que vai atender à população de Florianópolis, porque esse prédio público pode ser feito em outra localidade.

Eu até sugerirei, quem sabe, nessa audiência pública que a prefeitura permutar outras áreas que existem na cidade, o governo do estado também, que podem ser permutadas com o Ministério Público e com o governo federal, para que o estacionamento permaneça naquele local, atendendo à cidade de uma maneira em geral, porque atende ao comércio, como falei anteriormente, e aos servidores públicos.

Com o fechamento, agora, da avenida Paulo Fontes, rua essa que passa atrás do mercado público, ao lado do terminal de ônibus, vai ficar muito mais complicado para se tirar dali aquele estacionamento para atender a uma corporação que é o Ministério Público, que tem, sr. presidente, uma função muito importante na fiscalização da coisa pública. Só

que eu entendo que houve uma precipitação no sentido de desapropriarmos, de retirarmos o estacionamento da Comcap, para atendermos à construção de um prédio meramente administrativo.

Por isso essa audiência pública, que vai ser realizada nesta Casa, na quarta-feira, às 9h, tem uma função muito importante para Florianópolis. E eu faço aqui uma solicitação a todos os srs. deputados, aos comerciantes do mercado público, à CDL, à associação comercial, à prefeitura municipal, que é a maior interessada, principalmente ao setor social: que os recursos oriundos da receita desse estacionamento sejam revertidos para as obras sociais desta cidade.

Assim sendo, sr. presidente, quero registrar esse fato e tentar aqui, com a nossa audiência, convencer, sensibilizar o Ministério Público para que construa o seu prédio em outra área e não atrás do mercado público municipal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário do PMDB, com a palavra a próxima oradora, sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos assiste pela TVAL e ouvintes da Rádio Alecs Digital.

(Passa a ler.)

"A política nos países civilizados se engrandece com a Oposição séria, com bandeiras verdadeiras e que faz críticas consequentes. Não é meu estilo ficar batendo boca tampouco dando respostas e respostas, mas não posso me calar. Infelizmente, não é o que ocorre nesta Casa quando são levantadas falsas suspeitas.

E o que está ocorrendo com as acusações feitas contra a Casan, questionando-se desde o seu balanço anual, a distribuição de lucros e até um financiamento do Banco Mundial para investimentos para o ano que vem em todo o estado catarinense. Porque somente a comissão de Valores Mobiliários ou uma auditoria independente poderia atestar se o balanço de uma empresa estatal foi 'maquiado' - como tem dito a Oposição - ou não.

E a Casan, certa da verdade das informações que apresenta, há muito tempo contratou a 'BDO-Trevisan' - a maior e melhor empresa de auditoria brasileira para prestar esse serviço.

Então, Sr. presidente e srs. deputados, é preciso ter cuidado com o que se fala, pois uma acusação leviana não pode ser lançada ao ar por puro capricho de uma Oposição que talvez esteja com problemas de não ter bandeira.

O lucro, como se sabe, é necessário para que a empresa dê a sua contrapartida nos financiamentos. É uma garantia para os bancos, porque sem financiamento não há investimento e sem investimento não há obras. Além disso, a participação nos lucros é, sim, um instrumento legal de estímulo à produtividade e à dedicação dos nobres funcionários da Casan.

Outra leviandade é afirmar que um diretor da Casan ganha 'vezes e vezes' o que ganha um deputado. Isso é leviandade!

A Sanepar, por exemplo, paga a um diretor R\$ 25 mil, a Celesc paga R\$ 23 mil e a Casan paga R\$ 11 mil.

Portanto, senhores, o que se pretende com isso é desviar o foco de alguma atenção que não pode ser ventilada.

Foi dito nesta tribuna que no governo Amin - não é esta deputada que está dizendo - a Casan tinha apenas quatro diretores, quando

na verdade tinha sete, sendo dois 'especiais', um em Joinville e outro em Criciúma.

Também foi dito que no governo Luiz Henrique da Silveira havia 14 diretores, quando são 11 diretores e dois adjuntos.

Vamos - sim - fazer uma comparação interessante, que a Oposição insiste em esquecer, insiste em não lembrar! Na administração Amin, a dívida da empresa ficou acumulada em R\$ 163 milhões e hoje, após sete anos de saneamento financeiro, soma cerca de R\$ 202 milhões de faturamento".

Isso ocorreu com várias prefeituras que deixaram a Casan. Quero frisar bem que na época do prejuízo todas as prefeituras eram parceiras da Casan e com o lucro várias prefeituras deixaram a Casan.

(Continua lendo.)

"Somente nos três últimos anos, depois de pagar todas as contas, a Casan conseguiu ter lucro.

O resultado de tanto trabalho foi o atendimento a mais de 150 mil famílias que passaram a ter água tratada em suas casas, o que representa quase meio milhão de catarinenses.

A Casan é a primeira estatal brasileira a atender 99% da população com água tratada nos municípios atendidos pela empresa. Por que, então, não mostraram o lado positivo das coisas? Não entendo! E em matéria de esgoto Santa Catarina já foi um dos piores estados em atendimento, mas não é mais.

O atendimento sanitário passou de 11% para 17% com obras feitas em Florianópolis, nos bairros da Lagoa, Barra da Lagoa, Costeira do Pirajubaé, Chapecó, São Joaquim e Gravatal, e com obras em andamento na capital, em São José, Criciúma, Imbituba e aquelas que estão para serem iniciadas em Garopaba, Laguna, Mafra, Rio do Sul, Concórdia, Biguaçu, Caçador e Videira.

Com esses investimentos o estado vai alcançar mais de 50% na cobertura de esgoto, um verdadeiro milagre pelos especialistas, considerando apenas os últimos sete anos da atual administração que zela pela coisa pública.

A Casan está provando com números a sua eficiência e sensibilidade social, pois isso sempre foi pretensão da atual diretoria e de todos os seus funcionários,

Atualmente, 15.870 mil famílias catarinenses que ganham até dois salários mínimos pagam a tarifa social. São apenas R\$ 4,58 para cada 10 m³ de água consumida.

A crítica que parte desta Casa buscando atingir a Casan e aqueles que a tornaram uma empresa viável parece-me 'dor de cotovelo' de quem advoga em causa própria, daqueles que torcem para que a Casan se torne deficitária para, no fim das contas, privatizar essa empresa que é dos catarinenses."

Isso é muito triste e tenho certeza de que o povo catarinense repudia as críticas quando vê que as coisas estão encaminhando bem.

O Sr. Deputado Edison Andrino - V.Exa. nos concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Pois não!

O Sr. Deputado Edison Andrino - Nobre deputada, desejo cumprimentá-la pela radiografia que faz da Casan. Realmente houve melhora substancial na administração da Casan durante o governo do companheiro Paulo Afonso, mas há uma dúvida entre todos nós sobre a Casan, se ela vai ou não distribuir os lucros entre os diretores. Não estou aqui fazendo referência aos funcionários.

Depois da justiça, das críticas, dos elogios, ficou a dúvida se a Casan iria ou não manter a decisão de distribuir os juros entre seus diretores.

Gostaríamos de saber de v.exa. se os diretores da Casan vão abrir mão dos lucros da empresa para revertê-los em favor do saneamento nas comunidades carentes, ou vai distribuir o lucro de R\$ 1.500 milhão entre eles. É a informação que gostaria de obter de v.exa.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Nobre deputado, vou lhe dar a informação que recebi, mas acho que isso tem de ser perguntado ao presidente e à sua diretoria. Parece-me que há um problema jurídico, ou seja, se o lucro não for distribuído à diretoria não poderá ser feito aos funcionários. Realmente é um impasse, e com a reunião do conselho é que isso vai ser decidido.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, srs. catarinenses que nos acompanham pela Rádio Alecs Digital e pela TVAL, visitantes, quero trazer hoje a esta tribuna alguns dados muito importantes que o Brasil precisa saber, para se orgulhar.

Nós, parlamentares, principalmente da bancada do Partido dos Trabalhadores, temos que levantar alguns números que estão sendo divulgados. E não são somente números, são prêmios, títulos que o Brasil recebe, principalmente o nosso grande líder, o presidente Lula, que está recebendo, e agora é mais um, o prêmio das Nações Unidas pelos programas de seu governo de combate à fome. Talvez seja uma das grandes questões ou a principal questão assumida pelo presidente na sua posse, ocasião em que ele falou que se tivesse quatro ou oito anos no governo o que o deixaria muito tranquilo e realizado seria conseguir chegar ao final do seu governo sem não ver mais nenhuma criança, nenhuma família, nenhuma pessoa passando fome no Brasil. Um país tão rico, que produz tantos alimentos, ver sua gente passar fome é um sinal de grandes injustiças cometidas durante a história do Brasil.

Então, esse prêmio chamado de campeão mundial de luta contra a fome será entregue na próxima semana pela diretora executiva da agência da ONU, Josette Cheeran. Ela faz um roteiro de dois dias pelo Brasil para conferir os resultados dos programas sociais do governo, participa de um congresso em Brasília com países africanos sobre a questão alimentar.

(Passa a ler.)

"Na semana passada, Lula foi eleito pela revista 'Time', um dos líderes mais influentes do mundo em 2010. Lula já havia aparecido na lista da revista 'Time', em 2004.

Em janeiro, ele também conquistou o 'Prêmio Estadista Global', do Fórum Econômico Mundial. O jornal 'Le Monde' também escolheu o Lula como 'Homem do Ano' de 2009. O prêmio foi criado no ano passado pelo jornal francês.

Em dezembro, o jornal espanhol 'El País' concedeu a Lula o prêmio de 'personagem ibero-americano de 2009'. O presidente Lula ainda foi colocado pelo 'Financial Times' na lista das 50 personalidades que moldaram a década de 2000. Lula foi a única pessoa da América Latina a aparecer na lista." [sic]

Então, os brasileiros têm que ficar muito orgulhosos por terem uma liderança que não olha só o crescimento econômico do Brasil na geração de empregos. O Brasil vem crescendo, vem-se desenvolvendo, a expectativa é muito positiva para este ano, mas ele está distribuindo renda. Com isso as pessoas pobres, os trabalhadores brasileiros, vêm melhorando a sua renda.

Isso se comprova pelos dados técnicos. E também o jornal *The Economist* publica um comparativo do governo de Fernando Henrique Cardoso com o governo Lula.

O Risco Brasil em 2003 era de 2.700 pontos, ao passo que hoje é de 200 pontos; o salário mínimo à época de FHC era de US\$ 78, hoje é de US\$ 210; a cotação do dólar era de R\$ 3,00 e hoje é de R\$ 1,78; o governo passado não mexeu na dívida com o FMI, já o presidente Lula pagou-a; Fernando Henrique também não mexeu na dívida com a indústria naval, enquanto o presidente Lula reconstruiu-a; o governo de Fernando Henrique não criou nenhuma universidade federal nova, ao passo que o governo Lula criou dez e vai possivelmente, até o final do governo, criar mais seis; no campo da extensão universitária, o governo Lula criou 45 contra nenhuma do governo anterior; foram criadas pelo governo Lula 214 escolas técnicas contra nenhuma também do governo FHC; valores e reservas do Tesouro Nacional: Lula - US\$ 160 bilhões positivos, FHC - US\$ 185 bilhões negativos. E assim poderíamos citar um conjunto de números.

O que nos chama a atenção são os juros, que eram de 27% e hoje são de 11%. Criticam-se os juros altos, mas na época de Fernando Henrique Cardoso os juros estavam em 27% e hoje estão em 11%.

Deputada Ada De Luca, ouvi atentamente o seu pronunciamento sobre infraestrutura, sobre saneamento básico e quero dizer que o governo federal, já no início do seu governo, financiou mais de R\$ 300 mil para a Casan reestruturar-se. E o próprio PMDB faz parte do governo federal, tem cinco ministérios. E esperamos - e nesse momento o nosso presidente está tendo uma reunião com o presidente Eduardo Pinho Moreira - que o PMDB esteja junto também aqui em Santa Catarina, no apoio a Dilma para reeleger esse grande projeto, porque o Brasil está no caminho certo.

E, com certeza, depois de ouvir a sua fala sobre a infraestrutura e saneamento em Florianópolis e em outros municípios, devo dizer que temos alguns milhões do PAC investidos. O próprio presidente Lula esteve em Florianópolis lançando o PAC do saneamento da Grande Florianópolis, que é uma necessidade. Além disso, outros grandes investimentos estão sendo feitos, com 70% das rodovias já recuperadas.

Então, o mundo inteiro e o povo brasileiro, com certeza, estão reconhecendo as mudanças!

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não! Eu lhe concedo alguns segundos, deputada.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputado Dirceu Dresch, eu quero parabenizá-lo porque não havia ouvido nenhum membro do PT - e talvez tenham falado, mas eu não ouvi - fazer esse elogio ao presidente Lula sobre a sua notoriedade fora do Brasil.

Realmente não sou do PT, o meu partido, há 40 anos, é o PMDB, mas, como brasileira e uma mulher que leva a política muito a sério, fiquei muito orgulhosa com todas as menções que foram feitas, fora do Brasil, ao nosso presidente brasileiro. Poderia ser de outro partido, que eu também ficaria orgulhosa,

mas sendo para um homem que foi torneiro mecânico isso me deixa envaidecida.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero agradecer à deputada Ada De Luca pelo aparte.

Com certeza, o povo brasileiro vai-se orgulhando de seu governo. Infelizmente, grande parte da população demorou a compreender o projeto do Partido dos Trabalhadores tanto em nível nacional quanto nos estados, e em Santa Catarina não é diferente. E com certeza o PT, junto com os seus partidos aliados, vem fazendo a grande diferença no Brasil. E a expectativa é fazer essa grande diferença também em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Na ausência de deputados do DEM, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, venho, nessa manhã, falar de algo que me tem chamado a atenção: as drogas.

Amanhã, às 11h, terei uma audiência com o governador Leonel Pavan, ocasião em que levarei uma moção, aprovada nesta Casa, de minha autoria, e também todo um processo de uma pesquisa que realizamos. Vamos apresentar ao governador Leonel Pavan a ideia de serem construídas em Santa Catarina clínicas públicas de reabilitação para viciados.

Nós não podemos somente tratar da prevenção, como faz o Proerd - e realiza um trabalho fantástico -; também não podemos somente fazer a apreensão, e as Polícias Federal e Civil fazem, deputado Ronaldo Benedet, com muita sabedoria, essa questão da apreensão e do combate ao tráfico de drogas.

É muito mais barato, deputado Ronaldo Benedet, para o governo um leito numa clínica de reabilitação do que uma vaga na cadeia. É muito mais barato para o governo um leito numa clínica de reabilitação e recuperação do que uma vaga no hospital, porque o *crack* está destruindo a sociedade. Eu, sinceramente, não sei aonde vamos parar. A cada dia ouvimos depoimentos que nos deixam espantados! São mães novas que estão largando os filhos por conta das drogas.

Eu assisti a uma série de reportagens, feitas pela RIC Record com relação a essa questão do *crack*. E o que mais me deixou, deputado Ozair Polaco, apavorado foi ver crianças recém-nascidas tendo ataques de choro por abstinência do *crack*. Aonde vamos chegar, deputado Ronaldo Benedet? Uma criança recém-nascida ainda na maternidade com crise de abstinência do *crack* porque a mãe, durante a gravidez, usou o *crack*. E agora a criança recém-nascida está extremamente dependente da droga! Aonde vamos chegar com isso?!

Eu faço uma análise dessa minha luta por dois caminhos. E por isso eu fiz em Criciúma, lá na terra do deputado Ronaldo Benedet, uma sessão especial para comemorar os 25 anos do centro Desafio Jovem, de Criciúma, comandado pelo ex-deputado e hoje nosso amigo Vânio de Oliveira, porque com essa sessão especial eu queria chamar a atenção do governo para duas coisas. Primeiro, para que esta Casa pudesse dar a honraria que merece essa gente, esses casais... Lá foram o Elizeu e a esposa, o Custódio, que é o meu

chefe-de-gabinete, e a esposa, e o Vânio de Oliveira e a esposa Zulma. Estes três casais começaram a construir o centro há 25 anos, e hoje há mais de 1.500 jovens já restabelecidos na sociedade.

Mas eu não quis, com essa sessão, fazer com que eles pudessem ser homenageados pelas bodas de prata, e sim chamar a atenção da sociedade e do governo para duas coisas. Primeiro, que é preciso que o governo invista dinheiro nesses centros de recuperação. Nós temos, em Santa Catarina, em média, três mil leitos em centros de recuperação. E o governo faz o quê? Quase nada, para não dizer nada! São pouquíssimos os recursos que são destinados para esse tipo de entidade que trabalha na recuperação de jovens, homens e mulheres viciados em droga. Não há no estado uma política pública de atendimento, de combate e de recuperação! Porque política pública é isto: trabalha-se na prevenção, na recuperação e no combate. E na recuperação nós temos ainda que, enquanto o cidadão estiver recuperando-se e desintoxicando-se, criar oportunidades para que ele, ao sair do centro de recuperação, consiga uma oportunidade de emprego para não voltar novamente para esse caminho, ou descaminho, das drogas.

Hoje, o viciado em *crack* está, deputado Antônio Ceron, sendo comparado a um suíno. Então, pega-se o porquinho, que é tão bonitinho quando pequenino, dá-se um banho e coloca-se um lacinho. Mas basta deixarmos ele solto, que ele não ficará em um lugar limpo. Ele vai para o chiqueiro, para a lama novamente. Já ouviram esta expressão: um porquinho limpinho, perfumado, com lacinho, se soltar volta para o chiqueiro, para a lama! E assim é, hoje, o viciado em *crack*.

Se alguém, depois de pegá-lo e limpá-lo, deixá-lo novamente solto nas ruas, ele vai voltar novamente para a lama do *crack*, da droga.

Por isso tem que haver o caminho da desintoxicação e o governo precisa criar mecanismos e até incentivos fiscais para empresas colocarem a trabalhar essas vítimas do mundo das drogas.

Então, a audiência será amanhã pela manhã. Já tive uma conversa com o governador sobre isso, e ele se interessou, inclusive, em fazer duas clínicas pilotos: uma na região do vale do Itajaí e outra na região extremo oeste, que lá também a questão da droga está sendo muito complicada.

Eu entendo que é a oportunidade de o governador Leonel Pavan deixar uma marca registrada em Santa Catarina, criando políticas públicas de atendimento aos jovens que são, hoje, dependentes, quimicos.

Construa essas clínicas públicas, passe para as entidades tocarem, mas também pegue dinheiro, governador, e repasse para esses centros de recuperação que vivem com o pires na mão pedindo um quilo de alimento para dar a esses jovens que estão lá recuperando-se.

Portanto, esse é um assunto que vou trazer aqui sempre que puder para que nós possamos discutir. Inclusive, estou pensando até em criar uma frente de combate e também de tratamento do *crack*, porque Santa Catarina está ficando cada vez pior. E isso não é um problema só de Santa Catarina, mas também de todo o Brasil.

Muito obrigado, sr. presidente, pela oportunidade!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Não havendo matérias a serem liberadas na Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Ronaldo Benedet, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. presidente e srs. deputados, o deputado Kennedy Nunes trouxe a esta Casa um tema para o qual devemos estar sempre atentos e discutindo. Deputado Kennedy Nunes, esse é um tema político, sim, de políticas públicas do nosso país.

O Brasil vive um momento ímpar de crescimento muito grande. Estamos vivendo um crescimento forte de enriquecimento do país, principalmente pelo agronegócio e pela exportação de minérios, especialmente minério de ferro. E o Brasil tem tido um crescimento diferenciado dos demais países, inclusive países desenvolvidos. Está entre os quatro países que mais crescem no mundo, que são os países do BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China. Mas temos um problema que pode custar a nossa ida rumo ao desenvolvimento, que são os problemas sociais que levam às drogas e, conseqüentemente, aos problemas criminais.

E v.exa. colocou, com muita propriedade, a questão do crack. Infelizmente, deputado Kennedy Nunes, o nosso estado, assim como o Brasil, tem encarado a criminalidade e a droga apenas como uma questão policial.

V.Exa. colocou aqui a questão do tratamento dos dependentes químicos. Na Holanda - e tive a oportunidade de estudar essa questão de forma mais profunda -, assim como na Europa e nos países desenvolvidos, eles têm encarado a questão da droga de três formas, e o Brasil só encara de uma.

A receita para a questão das drogas nos países desenvolvidos, e para nós, é a seguinte: enfrentamento através da repressão. E, aliás, é o que a nossa polícia tem feito em Santa Catarina com muita competência. Tanto é que saímos de seis mil presos e agora estamos com 14 mil presos. Se fosse um número só, eu poderia dizer, como secretário de Segurança, que nunca é um número para se orgulhar, mas que nunca a polícia, em período nenhum da história de Santa Catarina, teve tanta competência quanto no período em que estive à frente da secretaria, no governo Luiz Henrique da Silveira.

Porém não me orgulho desse número, deputado Kennedy Nunes, porque o Brasil - e v.exa. colocou bem - não fez o dever de casa com relação à questão das drogas, e nós temos mais dois pontos fundamentais para atacar. Santa Catarina também precisa fazer isso, pois é um problema de política nacional. A União fica com 65% dos recursos, os estados com 23% e os municípios com 12%. Quem vive o problema da droga, quem tem um filho drogado, quem tem um filho dependente da droga e que vai para o mundo do crime, mora nas cidades. Os estados gastam 98% ou 99% com segurança, enquanto a União não gasta nem 1%.

Agora, nós trabalhamos muito em Santa Catarina, e fizemos a parte da repressão muito bem feita. Falta ainda? Falta! Faltam até mais penitenciárias e presídios. Agora, como v.exa.

disse, não podemos gastar o dinheiro do estado somente com cadeia, porque um preso custa em torno de R\$ 1,5 mil por mês para o estado e um adolescente infrator custa mais de R\$ 2 mil.

O primeiro ponto dos três que nós precisamos trabalhar é a questão da repressão, e nós a estamos fazendo bem. O segundo ponto é a informação, e quem faz essa função são os abnegados que trabalham nas Igrejas, nos conselhos antidrogas nos municípios e a Polícia Militar, através do Proerd.

Então, a informação tinha que estar - e cito a campanha Crack nem Pensar - na escola, orientando o jovem desde a mais tenra idade, no ensino fundamental, até a universidade. Veja bem, deputado Kennedy Nunes, e v.exa. é um parlamentar dedicado a esse tema, nós temos uma pesquisa que mostra que no meio universitário, na minha cidade - e vou falar da minha cidade para não falar das outras -, 6% dos universitários usam drogas e 2% são dependentes. Imaginem nas classes sociais mais baixas!

Então, o segundo ponto é a informação, que se faz muito pouco, e deveria ser feito muito mais. E quem faz esse trabalho são só o Proerd, a Polícia Militar e as Igrejas. A escola não faz, mas deveria ser feito em nível estadual, municipal e nas universidades federais e particulares, como temas transversais dentro das disciplinas diversas.

E o terceiro ponto é o que v.exa. aqui colocou, que é a redução de danos. A redução de danos foi muito eficiente no combate à Aids, mas no combate às drogas tem sido muito ineficiente.

Uma das ações da redução de danos é o que v.exa. colocou aqui, que são as clínicas e as entidades terapêuticas que fazem os trabalhos voluntários. Eu, como secretário, embora não tivesse a competência legal e orçamento para isso, ainda procurei atender a algumas comunidades terapêuticas, procurando dar-lhes atenção e apoio financeiro. Por quê? Porque é o único trabalho que existe. Há os trabalhos nos municípios, mas não de internação. Essas casas que v.exa. colocou, na redução de danos, são entidades filantrópicas que agem por sua conta e risco, colocando, muitas vezes, o seu patrimônio, o seu crédito, para poder sustentar essas entidades terapêuticas no nosso estado.

Tem que haver uma política nacional, e é lá que está o dinheiro; tem que haver uma política estadual e municipal. Se nós não tivermos clínicas oficiais para o juiz poder dizer: "Esse adolescente, maior de idade, mas jovem ainda, precisa de tratamento e não deve ficar dentro de uma prisão"... Assim durante aquele período, lá dentro, ele poderá recuperar-se. E a recuperação, v.exa. sabe, é muito mais cara, muito mais difícil e muito mais trabalhosa.

O próprio Desafio Jovem de Criciúma uma vez foi praticamente proibido de receber dependentes por questões sanitárias. O Ministério Público fez investigações, chamou a Vigilância Sanitária. Claro que eles não têm a estrutura necessária de um hospital; claro que eles não têm a estrutura exigida para países de primeiro mundo sob a ótica sanitária. Agora, o trabalho espiritual, o trabalho de acompanhamento dessas pessoas,

deputado Kennedy Nunes, nessas clínicas, e eu sou testemunha disso, assim como v.exa., é o único que existe no estado. E ressalte-se que embora Santa Catarina, felizmente, tenha um número menor de dependentes do que outros estados, ainda assim é um número significativo.

É preciso, sim, que mudemos o nosso país! Nosso país precisa mudar! Precisamos transformar isso de forma institucional; precisamos trabalhar as nossas crianças na prevenção, na informação; precisamos trabalhar os nossos adolescentes, os nossos jovens, na redução de danos àqueles que já estão dependentes, mas precisamos investir maciçamente na educação. E a solução, para mim, passa pela prevenção, através da informação. Para que esses jovens não se dirijam ao mundo do crime, temos que investir em escola integral para as famílias em risco social e de baixa renda.

Deputados, cidadãos catarinenses, se quisermos prevenir a nossa população, as nossas crianças, adolescentes e jovens, desse flagelo que é a dependência química, precisamos investir maciçamente em educação integral, em assistência social às famílias em risco social, para que possam dirigir-se a uma agenda positiva de construção de bons cidadãos, em vez de ir para o mundo do crime, para o mundo das drogas. Aí, sim, vamos construir a sociedade que queremos, sem violência, sem crimes e de paz!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Parabéns, deputado, pelo seu pronunciamento que condiz com a bandeira do PDT, que é a construção de escolas, em vez de presídios, de preferência de ensino integral.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência comunica que são as seguintes as matérias da Ordem do Dia da 41ª sessão ordinária, a ser realizada hoje, às 14h:

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s.: 0013/2010; 0029/2010; 0033/2010; 0050/2010; 0054/2010; 0093/2010; 0096/2010; 0159/2010; 0467/2010; 0618/2010 e 0628/2010;

Discussão e votação em turno único do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0172/2010;

Discussão e votação em segundo turno dos Projetos de Lei n.s.: 0320/2009; 0375/2009 e 0493/2009;

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.s.: 0037/2010; 0049/2010; 0052/2010; 0121/2010; 0122/2010; 0127/2010 e 0308/2010;

Discussão e votação em primeiro turno dos Projetos de Lei n.s.: 0136/2010; 0137/2010 e 0335/2009.

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 041ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Antônio Ceron - Cesar Souza Júnior - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dieter Janssen - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin -

Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Onofre Santo Agostini - Ozair Polaco - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sargento Amauri Soares -

Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valdir Cocalchini - Wilson Vieira.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ADA DE LUCA - Pede atenção do governo para o sul do estado em virtude das fortes chuvas.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Reafirma a necessidade de atendimento ao sul do estado.

DEPUTADO DIRECEU DRESCH - Refere-se às medidas provisórias; discorre sobre a Política Nacional da Habitação Popular e sobre a derrubada do veto à Lei Complementar n. 422.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reporta-se à 71ª Semana Brasileira de Enfermagem.

Partidos Políticos

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Relata sua agenda de viagens.

DEPUTADO RONALDO BENEDET - Analisa a questão da competência e gestão administrativa no poder público.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra a visita de pedetistas à Alesc.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Comenta o prêmio de campeão do mundo na batalha contra a fome recebido pelo presidente Lula; condena atitude do deputado Paulinho Bornhausen.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Regozija-se com o prêmio recebido da ONU pelo presidente Lula.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Analisa a questão relacionada à substituição tributária do ICMS.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Mostra-se favorável à compensação tributária.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Defende a participação da Alesc no debate da substituição tributária do ICMS.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Defende a mobilização dos estudantes contra o aumento do preço das passagens do transporte coletivo da capital.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Parabeniza o Secovi de Blumenau pelos 15 anos de existência.

DEPUTADO DADO CHEREM - Manifesta-se a respeito das dificuldades que o Brasil enfrenta com relação aos investimentos em saúde pública.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (aparte) - Elogia o trabalho do deputado Dado Cherm em frente à secretaria da Saúde.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Ressalta a importância da valorização do pessoal de Enfermagem na saúde pública.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores Dilson Dalpiaz, de Rio dos Cedros, e Marcos Perrone, de Bombinhas, e do ex-deputado Taxista Voltolini.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Tece considerações sobre a necessidade de mais recursos para a Saúde; elogia a audiência pública realizada pelo deputado Silvio Dreveck; pede ao presidente que esclareça os trâmites da MPV 0170/2010.

DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Manifesta sua posição quanto à convocação da comissão de Justiça para deliberar sobre a MPV 0170.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Mostra-se favorável à convocação da comissão de Justiça para deliberar sobre a MPV 0170.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Apoiar a realização de reunião extraordinária da comissão de Justiça.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Não concorda com a inclusão na pauta da Ordem do Dia da MPV 0170.

DEPUTADO OZAIR POLACO (pela ordem) - Afirma que o PPS concorda com a deliberação da MPV 0170.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Expressa a posição do DEM quanto à MPV 0170.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Comunica que o PT é a favor da reunião extraordinária da comissão de Justiça.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Coloca a posição do PRB favorável à reunião extraordinária da comissão de Justiça.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Pede esclarecimentos ao presidente sobre a tramitação da matéria.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Como líder do PSDB pede tramitação normal da MPV 0170.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Expõe a posição do PP quanto à tramitação da MPV 0170.

DEPUTADO ROMILDO TITON (pela ordem) - Manifesta novamente sua posição quanto à reunião extraordinária da comissão de Justiça.

DEPUTADO RONALDO BENEDET (pela ordem) - Indaga acerca da cronologia da Ordem do Dia.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Reitera sua posição quanto à tramitação da MPV 0170.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Pede esclarecimento ao deputado Serafim Venzon.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Pede o término da discussão sobre a tramitação da MPV 0170.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (pela ordem) - Pede a votação da MPV 0170.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Inquire novamente o deputado Serafim Venzon.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Não concorda com a suspensão da sessão.

DEPUTADO DADO CHEREM (pela ordem) - Comunica que o governador vetará a MPV 0170 se a emenda for aprovada.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Exige uma posição clara da liderança do PSDB.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Expressa a posição do líder do PSDB.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Ironiza a posição do PSDB na tramitação da MPV 0170.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Parabeniza os coordenadores da ExpoGestão.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Cumprimenta a AciJ Jovem pela realização da ExpoGestão.

Ordem do Dia

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha a votação do projeto de conversão em lei da MPV 0172/2010.

DEPUTADO RONALDO BENEDET (pela ordem) - Faz declaração de voto e pede votação nominal.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Encaminha a votação do projeto de conversão em lei da MPV 0172/2010.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Encaminha a votação do projeto de conversão em lei da MPV 0172/2010.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Faz declaração de voto.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Pede o comparecimento dos deputados ao plenário.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Reporta-se à Indicações n.s 0267/2010 e 0268/2010, de sua autoria; parabeniza o procurador-geral de Justiça.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Reclama que recursos federais ainda não chegaram a Blumenau; registra a presença do professor Maurício Fernandes Pereira.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Culpa o prefeito de Blumenau pelo não-recebimento de recursos.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Externa sua inconformidade com a situação das instituições da Segurança Pública.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Faz um apelo pela resolução dos problemas nas obras da BR-101/sul.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Posiciona-se no tocante aos problemas na BR-101/sul.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Reitera suas críticas às obras da BR-101/sul.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Reage contra a intenção da Argentina de sobretaxar as exportações catarinenses; relata audiência com o secretário da Saúde.

DEPUTADO DIETER JANSSEN - Refere-se à audiência pública da Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio Varejista; lamenta o falecimento de Nilton Roque Zen; demonstra satisfação com os números do Ifet de Jaraguá do Sul.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Discorre sobre as ações do governo Leonel Pavan na sua região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência suspende a sessão por 15 minutos, conforme entendimento dos srs. líderes.

Está suspensa a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) (Faz soar a campanha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sr. presidente, eminente deputado Gelson Merísio, ouvintes da Rádio Alesc Digital e telespectadores da TVAL, hoje pela manhã já fiz um pronunciamento que realmente foi de grande valia em defesa da Casan e dos seus funcionários. Agora à tarde fui pega de surpresa, mas queria, sr. presidente e nobres deputados, registrar mais uma vez as intempéries da natureza.

(Passa a ler.)

"Sr. presidente a forte chuva desta madrugada voltou a provocar estragos neste estado, causando prejuízos e deixando centenas de desabrigados em várias cidades do sul.

Em Criciúma, minha cidade natal, pelo menos 20 bairros estão alagados e houve deslizamentos de terra no bairro Vera Cruz, onde uma residência cedeu e já foi isolada pela Defesa Civil. Foi muito triste, havia muita terra junto às casas. As residências cederam, as famílias tiveram que sair e estão em abrigos. Felizmente não houve nenhum óbito. Na região do bairro de Quarta Linha houve alagamentos em mais de 20 casas. O bairro Monte Castelo foi um dos mais atingidos, várias residências foram castigadas e vieram abaixo, mas, graças a Deus, as pessoas sofreram só alguns machucados leves, não houve nenhum óbito.

A rodovia Luiz Rosso está bloqueada devido ao alagamento. De acordo com a Defesa Civil estadual não há registro de vítimas, mas eu peço que o responsável pela Defesa Civil vá lá, mande a sua equipe urgentemente para o sul, porque não é brincadeira o que está acontecendo.

Em Morro da Fumaça a chuva também causou estragos. Parece que o mau tempo ela estacionou sobre Criciúma e não dá tréguas. Muitos trabalhadores e alunos estão ilhados. Choveu durante toda a madrugada o que era para chover em um mês. Então, imaginem o que está acontecendo por lá.

Algumas localidades como Linha Torres, Linha Frasson, bairro Bortolotto estão completamente inundadas, não passa carro, não passa nada. Na Linha Torres, diversas famílias estão isoladas em suas casas por causa do transbordamento do rio, que invadiu as ruas secundárias.

Em Içara, que já decretou estado de calamidade pública, mais de 100 casas estão alagadas. A prefeitura tem trabalhado muito, neste momento está trabalhando para alojar os desabrigados. A situação em Içara chega a ser de catástrofe climática, bem como em Morro da Fumaça, para quem conhece o sul.

Outros municípios como Araranguá, Cocal do Sul e Tubarão estão em sinal de alerta. Em Urussanga famílias do bairro Estação estão sendo retiradas de suas casas pelos bombeiros, com botes, para serem colocadas em abrigos. Em Araranguá, a Defesa Civil monitora o nível do rio, que ainda não transbordou, mas há o alerta para possível enchente, caso não pare de chover.

Os prefeitos Antônio Felipe, de Pedras Grandes, Luiz Nestor, de Garopaba, e Valdir Dacoregio, de Grão Pará, já informaram que vão decretar situação de emergência e estão inconformados, porque tinham conseguido dar um jeito no município, tapar os buracos etc. Os prefeitos estavam numa alegria porque os municípios estavam tomando jeito, e agora foi tudo por água abaixo. É triste para quem está no seu primeiro mandato pegar uma catástrofe desse porte. Eles me informaram que já estão entrando com um processo para decretar situação de emergência.

Defesa Civil, por favor, encarecidamente, em nome do povo do sul, dê atenção àqueles municípios e socorra aquela gente logo!

Na região da Grande Florianópolis, uma queda de barreira interditou a BR-101, no Km-258, em Morro Agudo, em Paulo Lopes, mas o trânsito já foi liberado.

O que estou falando, sr. presidente, é um alerta, é um pedido de socorro, é um pedido de providências das autoridades, é um grito de mãe, é um grito de mulher. Quantas mães e mulheres nessas horas não têm onde colocar os seus filhos nem para dormir! Não têm roupa, alimento, fralda, não podem comprar uma *Novalgina*, um *Melhoral Infantil*, eis que muitas vezes o filho está lá, isolado e ardendo em febre.

Então, é um grito que faço aqui como parlamentar, já que o parlamentar dispõe desta tribuna, para que a Defesa Civil tome providências, porque o caso lá no sul é sério.

Tudo na nossa vida tem que ser por intermédio sempre de um grito de alerta, porque às vezes acham que a coisa é banal, que a água vai baixar, mas não é assim. Os prefeitos estão desesperados, a comunidade está desesperada. Inclusive, hoje, recebi no mínimo uns 35 telefonemas da região sul de Santa Catarina.

Graças a Deus aqui em Florianópolis a chuva já cessou, mas muitos viram no noticiário que Palhoça ficou um lago só. É uma situação sobre a qual o poder público não tem domínio. Claro, são coisas da natureza. Agora, temos como agilizar e agir com responsabilidade para o povo de Santa Catarina.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - A Presidência registra a presença da ex-vereadora Maria Jussara Pamplona e também do vereador Paulo Manoel Vicente, de Itajaí. Sintam-se bem na Casa do Povo.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, quero somar-me ao depoimento da colega Ada De Luca, que reflete o sentimento de angústia de toda a região sul, que neste momento está embaixo d'água repetindo situações que infelizmente já são históricas na região.

Foram conseguidos com a bancada federal vários recursos do PAC Drenagem para obras estruturantes, que evitem essas cheias na região, mas ainda estão em fase de elaboração dos projetos. As obras exigem do poder público local muita atenção, prevenção, limpeza, para que esses problemas sejam minimizados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, visitantes que hoje nos prestigiam, continua o debate nesta Casa sobre as emendas a esse conjunto de medidas provisórias.

A bancada do PT fez uma série de emendas, algumas retiradas e reapresentadas, tentando corrigir uma distorção que se fez na publicação de medidas provisórias que excluíram basicamente 1/3 do funcionalismo público.

Lamentavelmente, por não haver uma política de recuperação salarial, o governo do estado, na última hora, terminado o segundo tempo antes do período eleitoral, encaminhou para cá várias MPVs e infelizmente criou uma grande injustiça com os trabalhadores da Saúde. A medida provisória referente à Saúde foi retirada, mas ainda vamos tentar aprovar as emendas na área da Educação e em outras que também estão de fora.

A nossa luta, com certeza, vai continuar por muito tempo. Esperamos que as gratificações salariais sejam cumpridas, porque muitas delas vão ser pagas depois do período eleitoral, já no próximo governo.

Mas eu quero falar de um tema que na minha avaliação é muito importante para o nosso estado e para o Brasil, que é a questão habitacional.

O Brasil tem a Lei n. 11.124, de 16/06/2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional da Habitação de Interesse Social, cria o Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social e institui o conselho gestor desse fundo. Essa lei muda totalmente a perspectiva das pessoas que não têm uma casa digna para morar.

Dentro do Sistema Nacional de Habitação estão os estados e municípios, como entes da federação que vão participar do processo de execução dos programas de habitação. A partir dessa lei, com a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida, a política de investimento do governo federal em habitação popular é maciça, provocando uma perspectiva muito positiva de começarmos a resolver o problema habitacional no país, notadamente para as pessoas de baixa renda e para as aquelas que ganham um salário melhor.

No meio rural brasileiro também existe um grande déficit habitacional, que agora começa a ser resolvido. No dia 22 de abril, o ministério das Cidades publicou duas portarias

regulamentando a criação de dois grupos no meio rural por renda. Nós já havíamos regulamentado o Grupo I, o chamado GI, e foram regulamentados o Grupo II e o Grupo III. Por que três grupos? Porque os grupos são definidos pela renda dos agricultores. Os agricultores mais pobres, com uma renda mais baixa, têm um subsídio maior, ou seja, de R\$ 12 mil a R\$ 15 mil a fundo perdido. Temos, inclusive, no sul do Brasil mais de 1.100 projetos de agricultores familiares já esperando liberação na Caixa Econômica Federal.

O outro grupo, o Grupo II, tem um subsídio de até R\$ 7.000 e o financiamento destina-se à compra de casa nova ou para reforma. O Grupo I é somente para casa nova. Já o Grupo III tem apenas direito a financiamento.

Então, srs. deputados, todos que nos acompanham, agricultores, a partir do dia 22 de abril temos normatizada no Brasil, pela primeira vez na história, uma política de habitação aos agricultores familiares. O agricultor sempre ia ao banco fazer um financiamento para investir na produção, construir o seu aviário, mas nunca tinha a mesma condição para contrair um financiamento para aquisição da casa própria. Dizíamos, muitas vezes, que o frango, a vaca e o porco tinham mais condições do que o próprio agricultor de ter a sua casa, a sua moradia. Ou seja, a casa do agricultor era ruim, mas não havia financiamento público para melhorá-la; já para a construção do chiqueiro ou do aviário não havia problema.

A partir do dia 22 de abril de 2010 foi normatizado um programa de habitação diferenciado para o meio rural brasileiro, diferente, inclusive, das áreas urbanas, pois o campo é muito diferente da cidade. Isso é muito positivo aos agricultores, porque se um jovem casal quer construir a sua casa, vai à Caixa Econômica Federal e de posse do seu cadastro de carta de aptidão pela renda vai-se enquadrar num dos programas habitacionais.

Então, essa é uma grande conquista. A Caixa Econômica Federal já garantiu que depois da regulamentação, 20 dias depois da portaria, ela faz a norma interna e começa a operar com o programa.

Os agricultores estão muito otimistas com essa perspectiva. Muitas vezes as famílias saíam do meio rural porque não havia um programa de habitação e iam morar na cidade, onde havia essa condição. Esse era, inclusive, um dos motivos do êxodo rural, da saída dos agricultores do meio rural catarinense e brasileiro, ou seja, a aquisição de uma casa digna, eis que é um direito constitucional as pessoas morarem com dignidade.

Queremos aqui novamente repercutir a grande vitória da derrubada do veto à Lei Complementar n. 422, de 25 de agosto de 2008, cujo projeto foi da autoria da nossa bancada nesta Casa. Essa lei complementar regulamenta a Política Nacional da Habitação e o Sistema Nacional da Habitação Popular, além de criar um mecanismo muito importante porque vincula ao item habitação 1% da arrecadação de Santa Catarina.

Saltamos, no mínimo, de R\$ 20 milhões que o estado investia por ano em habitação, para mais de R\$ 100 milhões com a aprovação do projeto e a derrubada do veto. Infelizmente, o governador havia vetado esse projeto, mas os parlamentares nos ajudaram a derrubar o veto e agora passa a ser lei em Santa Catarina essa política de habitação.

Com certeza a presidente da Cohab, sra. Maria Darci Mota Beck, gostou muito dessa aprovação, porque agora a Cohab vai ter condições de pensar uma política de habitação para Santa Catarina. Esperamos que o governo

cumpra de fato a lei, pois pretendemos fiscalizar, a fim de que o estado realmente destine 1% do Orçamento para habitação rural. Ressalte-se que em nível nacional já conseguimos aprovar a PEC que destina 2% dos recursos da União para habitação.

Então, deputada Professora Odete de Jesus, esta é a inovação que o nosso presidente Lula está fazendo em nível nacional, aprovando a Lei n. 11.124, que cria o Sistema Nacional da Habitação Popular, e investindo recursos na área. Aqui no estado, com a aprovação dessa lei complementar pela Assembleia Legislativa, proposta pela bancada do PT, que destina recursos e cria uma política de acompanhamento da gestão da política estadual, com certeza temos uma grande perspectiva de ter um bom investimento em habitação na área urbana e na área rural.

No meio rural catarinense temos mais de 30 mil agricultores que precisam de uma política habitacional. Há uma demanda muito grande, é um público extremamente importante que precisa morar com dignidade na área rural e continuar produzindo.

Portanto, queria registrar, no dia de hoje, essa nossa luta para construir uma política nacional e estadual de habitação. É claro que os municípios têm um papel fundamental; precisam ter os seus fundos também para dar a contrapartida, para contribuir com o programa de habitação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Sras. deputadas, srs. deputados, um cumprimento todo especial aos funcionários do governo do estado de Santa Catarina que estão nesta Casa lutando pelas gratificações, especialmente pela Medida Provisória n. 0170, a qual, já registro aqui, a bancada do Partido dos Trabalhadores irá discutir com mais intensidade. Gostaríamos também que isso tivesse sido feito por parlamentares desta Casa quando aqui apresentamos emendas à MPV da área da Saúde. Certamente não seremos contra os benefícios dos funcionários públicos do estado de Santa Catarina.

(Palmas das galerias)

Gostaria também de anunciar, e estive conversando com a deputada Ada De Luca, que hoje não virá para este plenário a votação dessa emenda, pois a medida provisória ainda passará pela comissão de Constituição e Justiça, onde será discutida.

Mas é muito bom, é uma honra muito grande tê-los aqui apreciando esta sessão ordinária da Assembleia Legislativa.

Sr. presidente, sras. deputadas e srs. parlamentares, eu, que sou funcionária pública de Blumenau, tenho a honra de participar a partir de hoje, dia 12 de maio, até o dia 20 de maio, de atividades alusivas à semana de uma categoria profissional que muito tem feito pelo Brasil e pelo estado de Santa Catarina, que é a do enfermeiro. Sou enfermeira de profissão e do dia 12 ao dia 20 de maio comemoramos os enfermeiros, os auxiliares e os técnicos de enfermagem.

Hoje, sr. presidente, a partir das 18h, comemoramos nesta Casa a 71ª Semana Brasileira de Enfermagem, oportunidade em que todo o Brasil, juntamente com a Associação Brasileira de Enfermagem, discutirá um tema de extrema importância não somente para os profissionais da área, como para todo o

povo brasileiro. E a abertura dessa Semana Brasileira de Enfermagem será hoje, na Assembleia Legislativa, mas quase todos os municípios do estado de Santa Catarina e do Brasil estarão debatendo esse tema. Ela privilegiará toda a categoria com encontros e debates importantes para o crescimento da nossa profissão.

(Passa a ler.)

"Primeiramente, gostaria de dar os parabéns ao Coren, Conselho Regional de Enfermagem, e à Aben de Santa Catarina, pela iniciativa de viabilizar e divulgar essa semana que nacionalmente irá discutir temas de extrema relevância para toda a Enfermagem.

Através de diversos debates, as entidades representativas da nossa categoria, instituições de saúde e de ensino vão direcionar aos trabalhadores e estudantes da área de enfermagem importante questão das dimensões do poder profissional.

'Enfermagem: o poder do cuidado' é um tema que requer aprofundamento no que diz respeito à interação entre o poder e a prática da enfermagem, envolvendo a relação terapêutica que se estabelece entre os profissionais da área da saúde e os usuários que utilizam os seus serviços, tanto de prevenção como de cura.

'Poder' - palavra forte que significa ser capaz de, estar apto, ter capacidade. A palavra poder significa ter direitos sobre alguém, mas para a nossa profissão deve significar uma simples habilidade de fazer e acontecer ativamente, de forma participativa e conjunta, não sendo punitiva, proporcionando, sim, ações que viabilizem o cuidado ao ser humano com responsabilidade e compreendendo a situação de saúde de cada indivíduo em particular.

A conquista do poder na área da saúde deve transcender o afirmar-se, valorizar-se ou adquirir uma identidade, devendo reportar-se ao coletivo integral e equânime de todo o ser humano. E o cuidado, sra. deputada Professora Odete de Jesus e srs. deputados, e a atitude ética em que a enfermagem é baseada promove informação e empoderamento, partilhando as responsabilidades e incentivando a sua autonomia.

Várias teorias estudam o cuidado que diferenciam o cuidar genérico do cuidar no sentido profissional, este que se refere aos modos aprendidos, humanísticos e científicos de ajudar e capacitar o indivíduo, a família ou a comunidade, quando se sente enfraquecida ou necessitada dos cuidados à sua saúde. Sendo a Enfermagem co-participante nas transações do cuidado do ser humano, seja o cuidar verbo ou cuidar substantivo, ambos produzem o trabalho da Enfermagem e regem a prática da nossa profissão.

Queremos lembrar ainda que a Enfermagem está em busca de conquistas que irão valorizar o profissional e orientar as suas atividades, apesar de debatermos todo o cuidar do ser humano na questão científica e na visão holística."

Eu fiquei muito entristecida, sr. presidente, porque o governador do estado retirou desta Casa duas medidas provisórias: as Medidas Provisórias n.: 0174 e 0178, que dariam gratificação para todos os funcionários da área da Saúde.

No dia 14, juntamente com o secretário Paulo Eli, da Administração, debateremos com a comissão de Saúde, da qual participamos e que é presidida pela deputada Professora Odete de Jesus, e com o sindicato da categoria, no sentido de negociarmos para que os trabalhadores da área da Saúde também tenham direito a essa

gratificação que os outros funcionários irão receber.

Estamos na luta com um projeto que tramita no Congresso Nacional, que pede uma jornada de trabalho de 30 horas semanais para a Enfermagem, que o governo do estado de Santa Catarina aprovou com o voto desta deputada e da deputada Professora Odete de Jesus, para os funcionários públicos estaduais da área da Saúde.

(Continua lendo.)

"Há dez anos nós, da categoria, estamos tentando e trabalhando para conquistar e melhorar a qualidade da assistência e proporcionar a adequada valorização do profissional de Enfermagem.

Também estamos na luta, no Congresso Nacional, em busca do piso salarial, da aposentadoria especial, da representação profissional e até da formação dos profissionais, que são batalhas travadas, algumas conquistas, mas para toda a categoria que o seu reconhecimento seja efetivado junto com a nossa sociedade."

A categoria da Enfermagem é quem passa mais tempo com as pessoas, com muito respeito aos outros profissionais da área da saúde, psicólogos, médicos, fisioterapeutas, mas é ela que fica mais tempo com o paciente.

(Continua lendo.)

"Sras. deputadas e srs. deputados, são momentos como este que nos fazem refletir sobre a necessidade de empoderamento, de forma positiva, à nossa categoria, que é orgulho, sim, para mim e para outros profissionais, de qualificar a assistência prestada ao indivíduo, politizar os nossos profissionais da área da Enfermagem, para que ela seja cada vez mais valorizada."

Também quero dizer que o ato médico que tramita no Congresso Nacional é uma luta da nossa categoria. Não somos contra o profissional da Medicina, mas não podemos deixar que outras categorias sejam prejudicadas. Por isso somos contra o ato médico da forma que está tramitando no Senado Federal.

Sr. presidente, de 12 a 20 de maio estaremos comemorando a Semana da Enfermagem, valorizando esses profissionais que prestam um serviço de excelência para o nosso estado e para o Brasil. E eu, como enfermeira, não poderia deixar de registrar, dar os meus parabéns e dizer do orgulho que tenho por essa categoria que muito tem que avançar, que muito tem que ser valorizada. E para isso estamos aqui, ou seja, para defender os servidores públicos estaduais, a exemplo do que já frisei, que o Partido dos Trabalhadores estará discutindo, na próxima terça-feira, na reunião da bancada, a MPV n. 0170. Mas não poderia também de deixar de pedir o apoio aos deputados e deputadas desta Casa para que as MPs n.s 0174 e 0178 sejam apresentadas com uma solução para os profissionais da Saúde.

Muito obrigada!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, os primeiros minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, demais srs. deputados, deputada Ana Paula Lima, plateia vigorosa, que não esmorece, que é formada por trabalhadores, por pessoas que apenas querem ter seus direitos respeitados; telespectadores que nos assistem pela TVAL e ouvintes da

Rádio AleSc Digital, meus cumprimentos a todos.

Quero dizer para vocês, funcionários, que hoje, na reunião da comissão de Finanças e Tributação, da qual participo, votei favoravelmente, e não mudo de posição.

(Palmas das galerias)

Também sou funcionária pública, sou professora, já trabalhei em escolas nos municípios de Matos Costa e de Caçador, depois que prestei o concurso público. Assim sendo, sou uma defensora do funcionalismo público.

Srs. deputados, na semana que vem nós, da comissão de Finanças e Tributação, estaremos viajando pelo interior do estado. A nossa primeira viagem será já no domingo, porque ela é longa e a nossa primeira reunião será na segunda-feira, às 9h, em São Miguel d'Oeste. Na terça estaremos em Maravilha, às 15h; nos dias 17 e 18, estaremos em Chapecó e no dia 19, quarta-feira, estaremos em Joaçaba e Caçador. Vou aproveitar para fazer uma visita àquele povo querido de Caçador, onde lecionei por 17 anos no Colégio Estadual Paulo Schieffler, como também farei uma visita aos meus amigos, aos meus colegas professores. Enfim, visitarei muitas pessoas daquela região.

A audiência pública em Caçador será realizada às 16h. Depois teremos um tempinho para fazer umas visitas.

No dia 20, quinta-feira, portanto, estaremos em Canoinhas, e no dia 21, sexta-feira, sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, estaremos em Lages.

Então, nessas andanças procuraremos visitar, com o presidente da comissão, deputado Marcos Vieira, e com os demais integrantes, todos, porque queremos ouvir a população, a dona-de-casa, as entidades civis organizadas, os presidentes de associações de moradores, de entidades religiosas, enfim, toda aquela população vai ter vez para falar e nós, então, vamos marcar as prioridades para elaborar as nossas emendas.

Assim sendo, na semana que vem, sr. presidente, estaremos viajando de segunda a sexta-feira e voltaremos no sábado de manhã. Depois que voltarmos, é claro, faremos um relatório das prioridades elencadas por todas aquelas pessoas que irão falar.

Muito obrigada e até a próxima oportunidade.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Ronaldo Benedit, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. presidente, srs. deputados, ontem assomei à tribuna desta Casa e hoje quero voltar a um dos temas que abordei naquela oportunidade: competência e gestão administrativa.

Os governos no mundo vêm sendo, de um modo geral, desacreditados. Participei, há uns três anos, da ExpoManagement, em São Paulo, um dos maiores encontros de executivos, de gestores privados, principalmente. Eu já era secretário de Segurança, um dos poucos administradores públicos que lá estava. O conferencista era nada menos do que Jack Welch, senhor do final dos anos 90, senhor do início deste milênio, autor de *best-sellers* na área de gestão, um dos executivos mais famosos do mundo e consultor de diversas empresas. Ele foi o homem que reergueu e transformou a General Electric no mundo, através de uma gestão que modificou e fez avançar a empresa.

Pois bem, na referida palestra foi feita uma pergunta sobre a gestão dos governos. Ele imediatamente interrompeu o interlocutor na metade da pergunta e disse que ela estava fazendo a pergunta para a pessoa errada, porque, em primeiro lugar, não acreditava em gestão de governos, portanto, era a pessoa menos recomendada para responder a questão.

Mas ousou dizer que, em função de todas as dificuldades que os governos têm - e ele não conhece quase o Brasil, falava sobre gestão governamental no mundo -, em função dos fatores emocionais, corporativos e políticos que interferem na administração pública, é preciso ser muito melhor gestor no governo para conseguir equiparar-se à área privada, porque é muito difícil administrar esses componentes todos. E foi assim que como secretário do governo Luiz Henrique procuramos implementar princípios de gestão que apresentassem resultados para a administração pública.

Conversava com o dr. Said Miguel, no Badesc, nesta semana, e ele me mostrou os números, deputado Genésio Goulart, e os resultados daquele banco nos últimos sete anos e quatro meses. São resultados excelentes! E exemplifico: o Badesc tinha um patrimônio líquido de R\$ 230 milhões - e essa é equação que se analisa num banco - e passou para R\$ 470 milhões, ou seja, mais do que o dobro.

Hoje se fiscaliza uma empresa pública, uma secretaria de estado com muita severidade, porque esses órgãos têm que cumprir todo um regramento. E para administrar uma empresa pública dentro do regramento é muito difícil, porque a gestão precisa ser ágil já que o mercado é exigente; é preciso recuperar os créditos e um banco público não pode fazer o que um banco particular faz, então alguns créditos não são recuperados.

E ele fazia uma análise da recuperação de créditos, da lucratividade, das operações sérias, da não-interferência política na concessão de empréstimos, da avaliação técnica dos projetos bons para o banco, para o estado, para aumentar a lucratividade, pois um banco social, como é o Badesc, precisa ter lucro para poder reinvesti-lo na atividade econômica, cumprindo sua função social de gerar empregos e desenvolvimento.

Então, quero dar os parabéns às ações do Badesc, na pessoa dos seus dirigentes: Renato Vianna, Dalirio Beber, Said Miguel, Luiz Antônio, além de outros diretores, que precisam ser mais bem reconhecidos. Eu lhes disse, inclusive, que procurassem o Ministério Público, o Tribunal de Contas do Estado para explicar que uma administração seria como essa, que duplica, em sete anos, a capacidade do banco, o patrimônio líquido do banco, merece os nossos elogios.

Falava também ontem sobre a Casan, que recebeu, na semana passada, uma forte crítica pela distribuição de lucros para os seus funcionários e diretores. Quero deixar de lado a questão de distribuição de lucros para os diretores, pois isso é algo para ser discutido depois. E espero que esta Casa, se a legislação prevê a distribuição, faça a previsão para as empresas públicas.

Mas há algo que ficou escondido nessa crítica e que não pode ser esquecido por esta Casa e por quem prima por uma boa gestão pública, já que ela é tão difícil: os resultados.

Pelo balanço histórico da Casan, até o início do governo Luiz Henrique - e parece-me que ontem o deputado Décio Góes falou sobre esse tema também - ela só dava prejuízo. Era uma empresa deficitária. Eu sou defensor da empresa pública pelo papel social que ela tem.

A Celesc hoje é tão mal falada, discute-se sobre a sua privatização ou não. Só que se não fosse a Casan, não teríamos água potável em grande parte dos municípios de Santa Catarina. Quando a Casan começou a ser lucrativa e já havia feito todos os investimentos, covardemente foram rompidos contratos e a empresa perdeu faturamento. Mesmo perdendo grandes cidades como Joinville e Lages, a Casan ainda conseguiu sair do buraco negro em que estava, com prejuízos seriíssimos ao longo de muitos anos, e começou a dar lucro.

Então, o que teria que estar sendo discutido aqui é, em primeiro lugar, quem levou a Casan à bancarrota, à quebra. Além do que, Walmor De Luca e toda a sua equipe, no governo Luiz Henrique, levantaram a Casan e fizeram dela uma empresa com dificuldades ainda, é verdade - e não vou dizer que esteja tudo resolvido - mas que já dá lucros consideráveis.

Assim, Walmor De Luca tinha que receber um elogio. Em determinados momentos poder-se-ia questionar se é válido ou não distribuir lucros para os diretores. Agora, o elogio deveria vir primeiro, porque Walmor De Luca fez a Casan dar lucro, apesar de toda a desestruturação que ela sofreu anteriormente. Felizmente, em Criciúma, isso não aconteceu. Lá há uma administração compartilhada entre a prefeitura e a Casan e estamos tendo grandes obras e investimentos na área de saneamento básico, no tratamento de esgoto da cidade. Da mesma forma tem ocorrido em inúmeras áreas do estado, onde conseguimos melhorar muito.

Vamos falar também da secretaria de estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, que passou a arrecadar mais, porque melhorou a estrutura e fez com que fosse cobrado o que deveria ser cobrado. Apuramos casos de fraudes no sistema de arrecadação das taxas do Detran e da estrutura da secretaria de Segurança Pública. Faziam 70 carteiras de motorista com uma guia somente. Fomos buscar moderna tecnologia, investimos em equipamentos e passamos a fazer tudo *on line*. Hoje tudo está informatizado dentro da estrutura da secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão e temos uma arrecadação de mais de três vezes o que tínhamos, pagando, inclusive, uma parte da folha dos servidores, o que foi aprovado nesta Casa, com recursos próprios. Ela passou a ser uma secretaria, fora a folha de pagamento, totalmente autossuficiente nesse aspecto.

Trabalhar com competência e fazer com que o serviço público seja de excelência é um desafio para todos os políticos que se elegem neste país. O caminho para isso, entendo eu, é a profissionalização. Sou defensor do parlamentarismo e nos governos parlamentaristas temos o maior número de profissionais, funcionários públicos, altamente qualificados e capacitados para gerir a coisa pública com excelência. Para isso precisamos basear-nos em princípios, em qualificação, em cursos de gestão, em cursos de atendimento ao cliente. O foco deve ser o cliente. Temos que atender bem o cidadão porque o serviço público existe para atendê-lo bem e para que o estado preste um trabalho de excelência. É isso que eu defendo no serviço público do nosso país, do nosso estado e dos nossos municípios. Essa foi a tônica que o governador Luiz Henrique nos deu, e procuramos dar essa atenção em todas as áreas, mas demos atenção especial à informatização.

Por exemplo, na área das delegacias, somos um dos poucos estados do Brasil que tem o boletim de ocorrência informatizado. Quando assumi a secretaria era assim: se uma pessoa tivesse um mandado de prisão em Florianópolis, fosse morar em Chapecó e

fizesse a ocorrência da perda de um celular ou de um documento em uma delegacia, ela sairia tranquila, rindo da Polícia, porque mesmo com mandado de prisão teria ido a uma delegacia e não seria presa.

Depois que nós implantamos o sistema *on line* em todo o estado, muitos casos aconteceram de pessoas com mandado de prisão decretada - criminosos com condenação ou com mandado de prisão preventiva ou temporária - irem fazer um BO numa delegacia longe do seu domicílio e aparecer uma informação no computador, ser dada voz de prisão e a pessoa acabar sendo presa.

Também evoluímos muito na questão da impressão digital ou papiloscópica. Quem conhece a história da Polícia sabe que quando a impressão digital não era informatizada, demorava-se dez anos para fazer a comparação de uma impressão papiloscópica com a que havia no banco de dados manual, ou seja, nas fichas. E era assim no Brasil e em todo o mundo.

Nós fizemos um convênio com a Polícia Federal, em Brasília, mais especificamente com o Instituto de Criminalística da Polícia Federal. Santa Catarina afiliou-se e todas as nossas ocorrências no estado, registradas com flagrante, passaram a ter o registro das impressões digitais, criminais, compilados num banco de dados que interligamos com a Polícia Federal, em Brasília. E também há a impressão digital de todas as carteiras de identidade que passamos a fazer em Santa Catarina, a partir de 2005.

E vou dar um exemplo: ocorreu um assalto a uma relojoaria no Mato Grosso do Sul e foi tirada a impressão digital do vidro do balcão da loja. Na mesma hora apareceu a fotografia, o nome e o endereço do assaltante que havia passado pelas nossas prisões e havíamos registrado esse criminoso. Ele foi preso em seguida porque pela impressão papiloscópica ficou-se sabendo o seu nome e o seu endereço. Isso, no passado, era coisa apenas de cinema, mas hoje passou a ser uma realidade que procuramos trazer para o nosso estado.

Recentemente, nessa semana ainda, houve um elogio à capital mais segura do país: Florianópolis, apesar das dificuldades que ainda temos. Porque em Santa Catarina a sociedade exige que cada vez mais se trabalhe no sentido de fazer com que o serviço público seja de excelência e para isso precisamos investir no servidor, em treinamento, em qualificação, em concursos sérios e honestos para que os melhores sempre sejam os aprovados, afim de que seja possível trabalhar com excelência no serviço público.

O que eu quis colocar aqui é exatamente nesse sentido.

Fui o relator da CPI do Besc e à época constatamos que ao longo de muitos anos a máquina pública foi mal utilizada. Apesar disso, o governo do estado ainda recebeu, só porque o Besc detinha a folha de pagamento do estado, R\$ 270 milhões por conta da transferência para o Banco do Brasil.

O Banco do Brasil, uma empresa do governo federal, é historicamente muito bem administrado. Mas, infelizmente, por incompetência, má gestão, uso político em campanhas políticas, o Besc começou a quebrar há muito tempo. Acho que quebraram, talvez, o maior patrimônio do estado, porque banco é um ótimo negócio em qualquer lugar do mundo e o estado de Santa Catarina perdeu o seu porque ao longo de muitos anos foi dilapidado o seu patrimônio.

Em nosso relatório na CPI foram apontadas as causas da má gestão daquela

instituição, que era um patrimônio dos os catarinenses. Agora, inclusive, seria um importante patrimônio para o governo, pois foi um banco criado, se não me engano, nos tempos do governo Celso Ramos.

Fala-se muito em privatizar a Celesc, uma empresa daquele porte, que foi responsável pela melhor distribuição - juntamente com a Erusc, que foi fundada à época - de energia elétrica por todo estado de Santa Catarina. A Celesc, recentemente, no seu papel social - e uma empresa privatizada jamais faria isso -, levou energia elétrica aos confins de Santa Catarina. O investimento para levar energia é de R\$ 30 mil, enquanto o consumo do agricultor é de R\$ 100,00 a R\$ 150,00, no máximo, mensais.

Agora, a missão das empresas públicas é fazer uma boa gestão e não apenas dar lucro para os seus investidores. O objetivo da empresa é agir de forma estratégica para o desenvolvimento do estado, como agiram a Celesc, a Erusc, a Casan, o Besc, o Badesc e também o BRDE, que é muito bem administrado por profissionais históricos, que levam à frente as empresas públicas do nosso estado.

Temos muito orgulho, sr. presidente, porque essas empresas públicas foram grandes responsáveis pelo nosso desenvolvimento.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Ronaldo Benedet.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, quero, com satisfação, anunciar a presença no Parlamento catarinense de companheiros de Itajaí: o vereador Paulinho Amândio, a ex-vereadora Maria Jussara Pamplona e o tesoureiro Camilo.

Também recebemos a visita, no Parlamento catarinense, dos amigos pedetistas de Balneário Camboriú: César Martins, seu filho Bruno e o amigo Alexandre, que representa todos os comerciantes do camelódromo daquela cidade. Eles fazem, hoje, uma visita para conhecer esta Casa.

Dou, portanto, as boas-vindas a esses visitantes à Assembleia Legislativa!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até oito minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, retorno à tribuna no horário destinado ao Partido dos Trabalhadores e primeiramente gostaria de também cumprimentar o vereador Paulinho Amândio, do município de Itajaí, a ex-vereadora Maria Jussara Pamplona e o Alexandre, representando os comerciantes.

Srs. deputados, sras. deputadas, público ainda presente nesta sessão ordinária e telespectadores que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, vou falar de um assunto que orgulha todos nós, do Partido dos Trabalhadores, e também todos os brasileiros.

(Passa a ler.)

"Nessa semana, a Organização das Nações Unidas entregou ao nosso presidente Lula o prêmio de campeão do mundo na batalha contra a fome. Após receber esse prêmio, o nosso presidente afirmou que o consumo das classes menos favorecidas foi

responsável pelo fortalecimento da economia nacional. 'O que fizemos foi garantir um pouquinho para muita gente, e os pobres, que antes eram deixados à margem, hoje fazem parte da classe média brasileira'."

Eu, na minha casa, sempre converso muito com os meus filhos, com o meu marido, com os meus familiares. E não sei se vocês refletem sobre isso no dia-a-dia, mas há pessoas que já nascem condenadas na vida, há pessoas que já nascem destinadas a sofrer a vida inteira, mas acho que nós, como seres humanos, não podemos permitir alguém sofrer de fome.

(Continua lendo.)

"O presidente Lula, na Organização das Nações Unidas, afirmou que a soberania de uma nação só se conquista com a independência alimentar. Um povo bem alimentado é um povo que pensa, é um povo que produz, é um povo que nos orgulha.

Quando o presidente Lula tomou posse em 2003 assumiu um compromisso com a nação de que todos os brasileiros teriam a oportunidade de comer pelo menos três vezes ao dia: café da manhã, almoço e janta. Ninguém poderia ter que dormir com o estômago vazio, roncando.

O presidente Lula e o governo brasileiro têm tomado medidas para transformar a realidade brasileira. Hoje, o Brasil é exemplo para os países em desenvolvimento da América Latina, do Caribe, da África do Sul e do mundo.

No Brasil, os resultados são impressionantes: desde que o Fome Zero foi lançado, há quase seis anos, a desnutrição em crianças menores de dois anos diminuiu em 72% e as mortes infantis registraram queda de 47%. Sabemos também que 93% das crianças e 82% dos adultos que participam do Fome Zero têm acesso a três refeições ao dia: café da manhã, almoço e janta.

O Brasil tem motivos para estar orgulhoso de suas realizações dentro de casa, assim como de sua liderança internacional. Ao trabalhar para enfrentar o desafio da fome e levar as lições aprendidas a outros países, o Brasil está liderando, por meio do próprio exemplo, a luta contra a fome. Milhões de pessoas poderão cumprir a visão do presidente Lula para que todo mundo tenha comida suficiente para se alimentar.

Ainda nesta semana, srs. deputados e sr. presidente, um editorial de um jornal de circulação estadual, o *Diário Catarinense*, afirmava que os alunos cujas famílias recebem dinheiro do Bolsa Família, que é um programa do governo federal, apresentam melhores índices de aprovação e menor abandono escolar do que os estudantes regulares da rede pública brasileira. Esse é o principal resultado do cruzamento de informações entre o Educacenso e o Sistema Presença, ferramenta do ministério da Educação (MEC) que verifica se os filhos dos beneficiários do principal programa social do governo federal estão indo à escola. A frequência à escola é um importante requisito para recebê-lo.

Ao colaborar para que milhões de pessoas deixem a linha da pobreza, ao impulsionar positivamente a reestruturação da própria pirâmide social, deputado Décio Góes, a ação do poder público cumpre uma função estratégica e intransferível. Se a isso se acrescentarem os benefícios relativos ao ensino e sua qualidade, o Bolsa Família, programa do governo federal do presidente Lula, e o esforço da sociedade para mantê-lo estarão amplamente justificados."

Presidente Lula, campeão do mundo na batalha contra a fome! O mundo reconhece o trabalho desse operário, sr. presidente, que

passou fome na sua infância, mas que está fazendo um grande governo. Erradicando a fome no nosso país, já fez muito para o povo brasileiro, que reconhece e agradece por tudo que, juntos, conquistaram nessa caminhada.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. nos concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - É importante o seu depoimento para lembrar o trabalho do presidente Lula, que está recebendo o título de liderança mundial porque colocou no mundo a pauta do combate à fome, à miséria e à pobreza, a pauta da sustentabilidade ambiental, a pauta da paz. Esses são assuntos que precisam ser discutidos e o presidente Lula oferece essas pautas para o mundo.

Então, é oportuno o seu depoimento para que fique registrada nos Anais desta Casa a satisfação do povo brasileiro ao ver o seu presidente receber o reconhecimento internacional por parte de várias autoridades do mundo.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Por isso ficamos engrandecidos também ao receber esse tipo de notícia.

(Continua lendo.)

"Eu quero, em nome do Partido dos Trabalhadores, registrar o nosso repúdio às atitudes do deputado federal Paulinho Bornhausen, que foi denunciado por utilizar a estrutura da Câmara Federal para distribuir e-mails criminosos contra a pré-candidata à Presidência da República pelo PT, Dilma Roussef, uma mulher guerreira, com uma vida ilibada."

Ora, sr. presidente e srs. deputados, um deputado federal, em vez de trabalhar, de conseguir recursos para o estado, está utilizando a estrutura da Câmara Federal - e já usou passagens para os seus familiares - para enviar e-mails criminosos contra a candidata do Partido dos Trabalhadores.

Fica aqui o meu repúdio como mulher e integrante do Partido dos Trabalhadores, a esse senhor e aos outros deputados que fizeram essa mesma ação. O nosso partido vai tomar as providências devidas.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Sílvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, hoje, deputado Kennedy Nunes, na parte da manhã, às 10h, houve uma audiência pública da qual participaram diversos parlamentares, juntamente com representantes das federações do comércio, dos sindicatos e das demais entidades de classe, principalmente relacionadas à micro e pequena empresa, para tratar de um assunto relevante, para não dizer preocupante, relativo à carga tributária, em especial a substituição tributária que foi adotada por alguns estados, deixando Santa Catarina numa situação caótica, principalmente suas pequenas empresas e suas microempresas.

Deputado Kennedy Nunes, quando a Lei Geral da Microempresa foi aprovada causou vários problemas para a micro e pequena empresa de Santa Catarina. Existia anteriormente a Lei do Simples, que era benéfica para o setor produtivo catarinense. Porém, com a participação do Sebrae, de parlamentares e de representantes do governo federal, conseguimos avançar em alguns

aspectos dessa legislação. Foi nesse momento que veio a surpresa, ou seja, o decreto de substituição tributária.

Srs. deputados, vimos hoje, com a apresentação da Federação dos Contabilistas de Santa Catarina, que é lamentável o que está acontecendo: a elevação do ICMS na conta da micro e pequena empresa, o que é impraticável para a sua sobrevivência.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Nobre deputado, ontem, chegando em Joinville, encontrei um empresário do setor eletroeletrônico que estava apavorado porque nessa substituição tributária o governo está bitributando em cima do estoque. No estoque, ele já havia pago o tributo segundo aquela lei que estava em vigência. Agora, com a substituição financeira, vai ter que pagar sobre o estoque inteiro. Isso é um erro. Se quiserem fazer valer a lei, tem que ser daqui para frente, ou seja, as novas notas têm que entrar dentro desse decreto.

Tenho certeza de que esta Casa vai estar atenta a isso. Vamos chamar essa discussão para esta Casa. Parabéns pela audiência pública realizada hoje, deputado. Mas isso tem que ser falado, sim, e tratado.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Agradeço o seu aparte, nobre deputado.

Somos, como também as federações e as entidades de classe, favorável ao combate à sonegação. Isso ninguém discute. Se a substituição tributária veio para combater a sonegação, não vamos ser contra. Agora, o que não podemos é penalizar aqueles que estão pagando.

Por isso, deputados Dieter Janssen, que participou da audiência, e Antônio Ceron, que conhece muito bem a atividade da micro e pequena empresa, entendemos - e estiveram participando da reunião representantes da secretaria da Fazenda, até para tomar conhecimento da realidade que está acontecendo - que a micro e pequena empresa não pode ser penalizada com mais tributo e que haja, no mínimo, a compensação desse imposto, se é que a substituição tributária veio para ficar.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Nobre deputado, pelo que percebemos na audiência pública, o decreto do governador Leonel Pavan foi, no mínimo, precipitado, para não falar outras coisas, porque aumentam os tributos, aumentam a burocracia e nada foi discutido com o setor. A medida foi editada no dia 15 de abril, para valer a partir do dia 1º de maio e diz respeito à Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Então, ela fere vários aspectos.

A nossa assessoria está discutindo a questão, penso que há ilegalidades e acho que cabe a esta Casa fazer um ato de sustação do decreto, questionando, inclusive, a sua legalidade. Acho que o governador exorbitou em suas atribuições ao fazer um decreto que aumenta impostos em Santa Catarina, principalmente para os micro e pequenos empresários.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, deputado Décio Góes!

Eu quero conclamar todos os parlamentares a chegarem a um entendimento com a secretaria da Fazenda, com o governo, a fim de que sejam dadas, pelo menos, as mínimas condições para o setor produtivo trabalhar.

Não podemos esquecer que a micro e pequena empresa gera mais de 50% dos

empregos no Brasil, e esse problema está mais concentrado na atividade comercial. Ou há sensibilidade por parte do governo ou de fato vamos ter que tomar uma atitude mais severa, mais difícil. Não é o que queremos, pois não desejamos entrar em combate. Nós queremos é debater o assunto e convencer o governo do estado de que, para o bem da microempresa, reveja essa situação. E se não puder fazer outra coisa, que de imediato permita a compensação do imposto.

Nós já perdemos os créditos do ICMS e se não vier a compensação, certamente outras empresas vão vender em Santa Catarina e nós vamos perder empregos, vendas e impostos.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Sílvio Dreveck.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, servidores públicos aqui presentes, parece que nesta semana vamos apreciar, enfim, a Medida Provisória n. 0170.

Queria tratar de um assunto que precisa ser aprofundado em outras oportunidades, como já temos falado aqui. A população da Grande Florianópolis está diante de mais um aumento na tarifa do transporte coletivo urbano, 7,3%, passando o preço do ônibus para R\$ 2,95 em Florianópolis. Trata-se de um transporte demorado, enrolado, apertado e muito caro. Dentre as capitais, a tarifa de Florianópolis é a mais cara do Brasil. Isso já foi publicado pelo Portal GI, no ano passado, embora o setor responsável na prefeitura negue que seja a mais cara, porque quer comparar o preço do cartão, de compra antecipada, e não o preço que é cobrado na catraca, quando qualquer cidadão entra no ônibus.

Não é por acaso, portanto, que temos uma das piores mobilidades urbanas do mundo. Florianópolis é a segunda pior cidade do mundo em transporte público urbano. Também temos dados estatísticos sobre isso. Uma cidade com esse tamanho, com essa quantidade de habitantes, é a segunda pior cidade do mundo para se movimentar, para se locomover de um espaço para outro.

Como já venho falando há três anos, custa mais caro andar de ônibus em Florianópolis ou na Grande Florianópolis do que de carro particular. E se formos pensar no transporte de motocicletas, o custo do ônibus dá para pagar a gasolina e a prestação da moto. E aí as pessoas não entendem por que tanto engarrafamento na Grande Florianópolis, por que tantos acidentes, por que tantos mutilados no Hospital Regional de São José, que, aliás, vai ter o centro cirúrgico fechado.

Portanto, essa situação já insuportável vai ficar ainda pior. É evidente que diante deste fato os estudantes, a juventude em geral, as forças populares, os movimentos populares da Grande Florianópolis estão-se manifestando.

Aí, quando todos calam diante de uma situação de mobilidade insuportável, quando os estudantes se manifestam, algumas autoridades falam no sentido de criminalizar, de impedir esse movimento reivindicatório. Florianópolis é tão engarrafada em todos os aspectos que 500 pessoas, em qualquer local da área central, já provocam um tumulto. Quinhentas pessoas na frente do Ticen provocam um congestionamento ou a piora do

congestionamento, porque não existe espaço reservado para isso.

Nós, desta tribuna, queremos pedir ao comandante da Polícia Militar, às autoridades que comandam o 4º Batalhão e ao comando-geral da Polícia Militar que atentem para este fato. O direito de manifestação é inalienável, é um direito que antecede o caos do transporte da capital, porque a população não tem nada a ver com o fato de as autoridades terem deixado chegar a esse sufoco. A população que está sendo penalizada pelo transporte coletivo mais caro do Brasil tem, sim, o direito de se manifestar, e é preciso que as autoridades da Polícia Militar atentem para esse fato, porque manifestações estão ocorrendo e vão ocorrer durante esta semana e é preciso que os policiais realizem a sua missão constitucional sem coibir, no entanto, o direito à manifestação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, quero cumprimentar o Secovi de Blumenau, que hoje comemora 15 anos de existência com um jantar comemorativo no Bela Vista Country Clube.

Nós fizemos a lei dos condomínios para permitir que o inadimplente possa voltar a ser um bom pagador, que o síndico possa chamar o inadimplente para colocar a sua conta em dia e assim melhorar a sociabilidade nos condomínios. Essa lei que foi implantada em todo o país, em Santa Catarina já está vigorando. Esta Casa aprovou por unanimidade esse instrumento forte de negociação, a fim de que os síndicos possam trabalhar para baixar a inadimplência dos condomínios, que chega a 10%, 15% e até 20% em alguns casos.

Por isso, parabéns ao Secovi de Blumenau pelos 15 anos de existência!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Giancarlo Tomelin.

Feito o registro, consulto se o deputado Onofre Santo Agostini vai utilizar o tempo destinado ao Democratas após o PSDB. (O deputado confirma.)

Assim sendo, dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Dado Chereim, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente e srs. deputados, assomo novamente à tribuna desta Casa para me manifestar a respeito das dificuldades que este país tem enfrentado com relação aos investimentos em saúde pública. Falo isso porque fui secretário de estado por quase seis anos e sei das dificuldades que temos quando vamos fechar a conta no final do ano.

Nós tivemos aqui, srs. deputados, várias manifestações, em que muitos que ocuparam esta tribuna apontaram simplesmente o dedo com acusações, como se resolver o problema da saúde pública fosse uma coisa fácil. É fácil apontar e dizer onde está o problema. Agora, a solução para resolver o problema é que não se constrói com palavras, mas com ações efetivas, que vão proporcionar, sim, uma diminuição da dificuldade de acesso aos serviços públicos de saúde, principalmente aos serviços de alta complexidade.

Não é necessário criar impostos para arrecadar mais para a saúde pública. O que temos que fazer, deputado Silvio Dreveck, v.exa. que foi secretário de Saúde do município

de São Bento do Sul, é ter vontade política, deputado Dagomar Carneiro, v.exa. que é dentista, de resolver realmente essa situação. Não podemos mais tratar a saúde pública como esmola, como assistencialismo ou como moeda de troca. Temos que ter, sim, a efetivação do querer. E quando falo isso, quero dizer a todos que precisou ocorrer uma tragédia em Santa Catarina para verificarmos uma mobilização em todos os sentidos.

Com relação a investimentos, já subi nesta tribuna para dizer da gratidão do povo catarinense pelos R\$ 100 milhões investidos em Santa Catarina pelo presidente da República, o presidente Lula, e pelo ministro Temporão. Mas acredito que é preciso mais, srs. deputados, acredito que realmente temos que nos mobilizar. E faço aqui um apelo aos deputados desta Casa, que têm representação no Senado, como o deputado Décio Góes, através do PT, o deputado Cesar Souza Júnior, através do senador Raimundo Colombo, o deputado Antônio Aguiar, através do senador Neuto De Conto, para não empurrarmos a Emenda n. 29 para debaixo do tapete, para avivarmos a sua regulamentação, para que possamos realmente colocar mais dinheiro na saúde pública.

Quando vejo, deputado Kennedy Nunes, as pesquisas de opinião pública dizendo que o maior problema que a população enfrenta hoje é a falta de acesso à saúde pública, sou obrigado a concordar. Se a população está dizendo que não está bom é porque algum motivo tem. E o que falta realmente é comprometimento público com aquilo que é mais importante para a vida do cidadão, que é a saúde pública.

Não podemos mais tratar a saúde como se fosse algo como: "Ah, daqui a pouco se resolve". A saúde tem que ser prioridade número um do governante, assim como também a segurança pública. Não adianta depois pedir mais policiamento nas ruas, se não investirmos na prevenção, na educação do jovem, para fazer com que ele tenha esperança na vida, porque o vício já invadiu as nossas casas, já pulou o muro da escola e está-nos fazendo reféns dentro dos nossos lares. Não adianta exigir policiamento na rua, porque o policial está desestimulado, o policial sabe que vai ser confrontado com o bandido com muito mais violência, e esse policial também tem mulher e filhos. Agora, a prevenção, o investimento, sim, lá na base é importante.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Pois não!

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Muito rapidamente, deputado, quero dizer a v.exa. que a saúde é um setor que depende de vários agentes. Não é fácil lidar com saúde e v.exa., quando passou pela secretaria de Saúde do estado, orgulhou esta Casa, como parlamentar que é, pelo trabalho que fez, sério, competente, trabalho em que a saúde catarinense evoluiu.

Há muita coisa para acontecer, mas gostaria de deixar claro que é fácil falar, é fácil criticar, principalmente num setor tão difícil como a saúde. E quero deixar claro que conheço a realidade do serviço público de saúde, pois conversei com os profissionais, e v.exa. teve uma gestão que contribuiu muito. Agora, a saúde não se resolve do dia para noite, mas v.exa. pode, sim, orgulhar-se do trabalho que fez à frente da secretaria de Saúde de Santa Catarina.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado, para resolvermos o problema da saúde precisamos valorizar os profissionais da área, principalmente os enfermeiros, deputado Dado Chereim. Só assim começaremos a valorização do atendimento também ao nosso usuário.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Quero dizer a todos e a todas que o que a deputada Ana Paula Lima falou é verdade. Mas para isso precisamos de recursos, o que ocorrerá, tenho certeza, com a aprovação da Emenda n. 29, que definirá o volume de recursos a serem despendidos pelos entes públicos em saúde pública.

A saúde pública não é um problema só em Santa Catarina, é um problema no país inteiro, é um problema mundial. Veja a reforma que está fazendo o presidente dos Estados Unidos em nome de toda a saúde pública. Enquanto não se criar a consciência nos gestores municipais, estaduais e federais da importância de investir em saúde pública, vamos continuar assim, tendo dificuldades de administrar qualquer setor, seja no âmbito do município, do estado ou da união. Precisamos mais que tudo do exemplo dos três entes federativos: união, estados e municípios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, é tão-somente para registrar a presença do vereador Dilson Dalpiaz, do município de Rio dos Cedros, do vereador Marcos Perrone, do município de Bombinhas, e do nosso querido amigo, ex-deputado Taxista Voltolini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o deputado Onofre Santo Agostini, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, ilustre sra. deputada, srs. deputados, estou vendo, sr. presidente, que a Assembleia Legislativa tem levantado problemas muito importantes no cenário do estado de Santa Catarina.

Pela manhã participei de uma audiência pública, embora tenha chegado quase no final, presidida pelo ilustre deputado Silvio Dreveck, em que vimos que o setor produtivo se rebelou contra um decreto. O médio, o pequeno e o grande empresário, todos, estão descontentes com o dito decreto.

Por princípio, deputado Silvio Dreveck, os democratas são contra aumento de tributos. Seja lá a que tipo de tributo, somos contrários. Sejam tributos estaduais, municipais ou federais, somos contra, porque a sociedade não aguenta mais. O povo não aguenta mais pagar tributos. É um absurdo o que se faz neste país. É um absurdo! Portanto, nós, democratas, somos totalmente contra o aumento da carga tributária, quer por decreto, quer por projetos, seja lá da forma que for. A determinação dos democratas é para ser contrário, posicionar-se contra o aumento da carga tributária.

É claro que a audiência pública teve um fato positivo, deputado Silvio Dreveck. Achei muito positivo que o setor produtivo esteja organizado, que o setor produtivo esteja reclamando, que o setor produtivo queira discutir. É muito importante isso, e essa audiência pública foi de suma importância,

porque chamou o setor produtivo e chamou o governo, através da secretaria da Fazenda, para ajustar esse tal de decreto que realmente trouxe um transtorno muito grande, segundo a versão das pequenas empresas. Pequenas ou grandes, para mim pouco influi, pois o fato é que mostrou a unidade do setor produtivo. Inclusive, levantaram vários problemas nessa audiência pública, muito bem presidida por v.exa., quando houve essa manifestação. E quero parabenizar v.exa. e, principalmente, todo o setor produtivo do nosso estado, que realmente é quem mantém o estado de pé.

Ouvi aqui o deputado Dado Chereim colocar um fato grave, deputado Antônio Ceron, que é a situação da Saúde. É grave. A deputada Ana Paula de Lima colocou também que é preciso melhorar a situação dos funcionários. Claro que sim, não só dos enfermeiros, como também de todos os funcionários da Saúde, aliás, de todos os funcionários do estado.

Agora, se não destinarem mais recursos para a Saúde, nada vai resolver-se. Com a centralização dos recursos nas mãos da união não dá para fazer a Saúde que desejamos, claro que não. E concordo com a deputada Ana Paula Lima, quando diz que precisamos melhorar a qualidade dos nossos funcionários, pagá-los melhor. Estou de acordo. Mas temos que destinar mais recursos para a Saúde. Ai, sim, poderemos melhorar a qualidade da saúde pública em nosso estado, como colocou bem o deputado Dado Chereim.

Quanto ao problema das drogas, é claro que não é mais competência da Justiça, da Polícia. Fugiu disso. O mais grave, deputado Ronaldo Benedet, é que fugiu da competência da família, pois a família não consegue mais segurar seus filhos. E fugindo do controle da família, realmente a coisa se agrava cada vez mais.

Portanto, são assuntos que podemos debater aqui com bastante eficácia, pois são do interesse de Santa Catarina.

Mas estou um tanto quanto preocupado e quero dirigir-me de um modo especial à Mesa, à Presidência, porque está para ser votada hoje ou está para vir a plenário uma MPV. Temos nesta Casa vários funcionários que nos honram com sua presença pedindo que a medida provisória entre na pauta da Ordem do Dia.

Entretanto, de acordo com o Regimento Interno, como a medida provisória recebeu uma emenda que foi aprovada na comissão de Finanças, ela terá que voltar à comissão de Constituição e Justiça, que é a comissão de mérito. Por via de consequência, se não for convocada extraordinariamente a comissão de Justiça, a MPV não entrará na Ordem do Dia da sessão de hoje.

Esta é a nossa avaliação: ela não poderá vir ao plenário porque terá que ir para a comissão de mérito, ou seja, à comissão de Justiça, que vai manifestar-se sobre a constitucionalidade e a legalidade da emenda aprovada na comissão de Finanças.

Portanto, sr. presidente, para que os nossos queridos funcionários não fiquem a perder tempo, iludidos, pensando que a medida provisória virá hoje à votação, queremos que a Mesa esclareça com todas as letras que a MPV n. 0170/2010 não será votada hoje, porque a emenda apresentada pelo deputado Jorginho Mello, que foi aprovada na comissão de Finanças, terá que ser apreciada na comissão de Justiça, para que aquela comissão, então, aprecie a sua constitucionalidade, para posteriormente vir à deliberação do Plenário.

Portanto, sr. presidente, faço essa solicitação a v.exa., para que, por gentileza, esclareça não só aos parlamentares, mas de modo especial aos funcionários que estão aqui

na angústia e na ansiedade de ver votada essa medida provisória. Então, que se esclareça isso de uma vez por todas, para que eles não fiquem à mercê da necessidade do cumprimento do Regimento Interno.

O Regimento exige isto, ou seja, que ela volte para a comissão de Justiça, para que ela se manifeste, salvo se a comissão de Constituição e Justiça convocar-se extraordinariamente para apreciar a matéria, se esse for o caso.

Portanto, sr. presidente, solicito a v.exa. que faça esse esclarecimento a todos os parlamentares e, de modo especial, aos funcionários públicos.

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Onofre.

Antes de conceder a palavra, pela ordem, ao deputado Sargento Amauri Soares, quero prestar um esclarecimento que o deputado Onofre Santo Agostini pediu. Na verdade, ele já esclareceu e eu apenas vou reafirmar.

A medida provisória teve emenda na comissão de Finanças, portanto, legalmente volta para a comissão de Constituição e Justiça. Enquanto essa comissão não se pronunciar, a não ser por decurso de prazo, a emenda não virá para o plenário.

O presidente da comissão de Constituição e Justiça, deputado Romildo Titon, está presente e pode até dar a informação sobre quando a sua comissão pretende reunir-se.

Hoje a medida provisória não está na pauta da Ordem do Dia e enquanto não passar pela comissão de Constituição e Justiça não virá para o plenário. Essa é a informação que precisa ser dada.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Deputado Moacir Sopelsa, posso fazer os devidos esclarecimentos ao que v.exa. declinou há pouco. Não recebemos a matéria ainda na comissão de Constituição e Justiça porque a comissão de Finanças aprovou a emenda hoje pela manhã. Acredito que na parte da tarde será remetida à nossa comissão.

Então, não vejo nenhum problema de uma reunião extraordinária, caso haja a concordância dos membros da comissão ou das lideranças da Casa, porque a nossa comissão, infelizmente, só vai reunir-se ordinariamente na outra semana. Além disso, na próxima semana não haverá sessão nesta Casa.

(Vaias das galerias)

Talvez quem esteja vaiando não saiba, mas é melhor esperar eu me pronunciar para poderem saber, ou seja, não haverá sessão na semana que vem nesta Casa porque todos os parlamentares estarão envolvidos nas audiências públicas do Orçamento Regionalizado. Sendo assim, não poderei convocar a comissão.

Num gesto de boa vontade, falei a uma comissão de funcionários que me visitou pela manhã que, de minha parte, como presidente da comissão de Constituição e Justiça, se houver um entendimento com os demais membros e com os líderes de bancada, sem dúvida nenhuma poderemos reunir, no dia de hoje ou amanhã, a comissão para deliberar acerca dessa medida provisória.

(Manifestações das galerias)

No entanto, quero deixar muito claro que regimentalmente eu teria que convocar a comissão com 48 horas de antecedência, mas através de um entendimento nada impede que nos reunamos no dia de hoje ou no dia de amanhã.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Agora, pela ordem, com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, quero abordar outro assunto, mas dentro da mesma pauta dos servidores que estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Vamos esgotar, se v.exa. me permitir, a questão da medida provisória.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Mas é isto, sr. presidente, justamente no mesmo rumo do deputado.

Os servidores da secretaria de Administração, do Iprev e da PGE aqui presentes pedem que todos, ao encerrar a sessão, reúnam-se no *hall* para que possam deliberar a respeito desse assunto. E com relação à questão específica da reunião da comissão de Constituição e Justiça, este parlamentar, como integrante dessa comissão, não apresenta nenhum impedimento, pelo contrário, está disposto, inclusive agora, se for o caso, à realização da reunião extraordinária para apreciar a MPV n. 0170. De nossa parte não há nenhum impedimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Romildo Titon, que preside a comissão de Constituição e Justiça, se v.exa. entender que deva convocar os membros da comissão, a Mesa encaminhará a sua determinação. Não são os líderes que decidirão se a comissão de Constituição e Justiça se reunirá ou não, quem vai decidir são os membros da própria comissão.

(Manifestações das galerias)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero parabenizar o deputado Marcos Vieira, relator da Medida Provisória n. 0170, que acatou a emenda do deputado Jorginho Mello, que foi aprovada pela manhã por absoluta maioria na reunião da comissão de Finanças e Tributação, e dizer que concordo com a sugestão do deputado Romildo Titon em respeito aos servidores que estão nesta Casa conversando com os parlamentares há semanas. Poderíamos fazer um esforço, sim, para reunir a comissão de Justiça e de Tributação e trazer essa medida provisória para o plenário, a fim de votá-la ainda hoje.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Acho que ficou clara uma coisa: todas as matérias extrapauta têm que passar por um acordo de lideranças para que possam entrar na Ordem do Dia. Eu, como líder do governo, não conheço sequer a emenda aprovada em relação à Medida Provisória n. 0170.

(Vaias das galerias)

Sr. presidente, acho que devo ter tempo para ler a emenda, mas não concordo - e isso é para aumentar a vaia, já que querem vaiar-me -, como líder do governo, que essa matéria seja colocada na pauta da Ordem do Dia de hoje, para que possamos deliberá-la, porque é preciso que haja acordo de lideranças.

Isso está claro no Regimento Interno. Então, eu não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Elizeu Mattos, para a matéria vir extrapauta ela precisa, em primeiro lugar, passar na comissão de Constituição e Justiça. Se não passar na referida comissão não há como entrar extrapauta. Se passar na comissão e for proposto para vir para plenário aí, sim, iremos consultar os líderes de bancada. Mas continua na mão da comissão de Constituição e Justiça.

(Manifestações das galerias)

O Sr. Deputado Ozair Polaco - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ozair Polaco.

O SR. DEPUTADO OZAIR POLACO - Sr. presidente, como representante da liderança do PPS, quero dizer que se o presidente da comissão de Constituição e Justiça concordar, o PPS é a favor que a matéria venha hoje ao plenário para deliberação.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, inicialmente quero fazer uma consulta para a questão ficar clara: se houver concordância unânime dos membros da comissão de Constituição e Justiça, poderá haver sessão extraordinária ainda na tarde de hoje para apreciarmos o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Só se houver convocação por parte do presidente e de todos os líderes, conforme o Regimento desta Casa. Não é regimental fazer qualquer alteração se não houver entendimento dos líderes. Se houver unanimidade dos srs. líderes, tanto pode ser apreciado na comissão quanto vir ao plenário sem passar pela comissão. Isso se houver entendimento unânime dos líderes.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Então, sr. presidente, como líder do Democratas e membro da comissão de Constituição e Justiça, já coloco a minha posição para que façamos a reunião extraordinária na sequência, a fim de apreciarmos essa medida provisória.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, atendendo às lideranças e aos servidores presentes, a bancada do Partido dos Trabalhadores concorda em fazer a sessão extraordinária da comissão de Constituição e Justiça.

(Palmas das galerias)

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, aprovamos, hoje pela manhã, na comissão de Finanças e Tributação a emenda e sabemos que na semana que vem não haverá sessão porque estaremos em viagem do Orçamento Regionalizado.

Então, como líder do PRB, quero também dar o meu parecer favorável para que seja suspensa a sessão e a comissão de Constituição e Justiça se reúna e dê seu

parecer, para que possamos apreciar a MPV 0170 em plenário.

Muito obrigada.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Gelson Merísio, só quero que seja dado um esclarecimento: para que a comissão de Constituição e Justiça se reúna extraordinariamente é preciso haver acordo de líderes?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado, basta que haja a convocação pelo presidente e que nós, em função da Ordem do Dia, suspendamos a sessão, mas para isso precisamos, sim, de um acordo de líderes.

Quanto à convocação da comissão, repito, depende do seu presidente, que só poderá deliberar com a maioria dos seus membros. E para que isso seja feito durante a Ordem do Dia, somente com acordo de líderes.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Obrigado, presidente!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, o PSDB quer deixar bem claro que na hora em que for votada aqui a matéria, se for votada, vamos liberar o voto, até porque há emenda do deputado Jorginho Mello e parecer do deputado Marcos Vieira.

Agora, na condição de líder, peço a v.exa. que observe a sequência normal prevista no Regimento Interno, ou seja, que aguardemos o parecer regimental da comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Serafim Venzon, o Regimento é sempre observado. Ele prevê, como esclareci, que seja feito de forma diferente.

V.Exa. é líder e basta que não concorde que a sessão seja suspensa para que ela não seja suspensa. O Regimento será seguido rigorosamente, como sempre o foi, apenas levantei as exceções que ele mesmo prevê.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, eu não entendi a manifestação do deputado Serafim Venzon, ou seja, não sei se ele está de acordo ou não. V.Exa. foi muito claro quando disse que se houver acordo de lideranças suspenderá a sessão.

Então, para que a sessão seja suspensa é necessário que haja acordo de lideranças. Nós, da bancada progressista, concordamos com isso, mas eu não sei a que conclusão chegou o deputado Serafim Venzon.

(Manifestações das galerias)

Deputado Serafim Venzon, v.exa. está de acordo que seja suspensa a sessão ou não? É isso que eu não cheguei a entender, porque se v.exa. não concordar, estamos discutindo aqui de graça! Se um líder não concordar, não poderemos suspendê-la, não é verdade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Antes de ouvir o deputado Serafim Venzon, vou ouvir o presidente da comissão de Justiça, deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Eu só quero fazer um esclarecimento, para que não fique sobre os meus ombros essa questão.

Eu já manifestei aqui a minha boa vontade. Eu não posso convocar os membros da comissão, pois precisaria de 48 horas. Eu só posso fazer uma consulta aos membros da comissão para saber se todos concordam. De minha parte, não há nenhum problema. Agora, eu não posso fazer convocação porque tenho que expedir um ofício com 48 horas de antecedência.

Se houver acordo, eu poderei reunir a comissão, sem problema algum.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Romildo Titon, apenas quero esclarecer que quando disse que v.exa. poderia convocar, é evidente que seria mediante acordo de lideranças. Não teria sentido suspender a sessão e não fazer parte desse acordo a convocação. V.Exa. está coberto de razão, mas faço o esclarecimento para deixar bem claro.

Mais algum encaminhamento?

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. presidente, se houver a suspensão da sessão, não votaremos primeiramente o que já está na pauta, rapidinho? Porque temos outras matérias importantes para votar também nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Ronaldo Benedet, temos sobre a mesa um requerimento assinado pelos srs. líderes que requer a suspensão da sessão para que possamos ouvir os representantes da ExpoGestão.

Se houver entendimento dos srs. líderes para a suspensão da sessão, vamos suspendê-la logo em seguida e depois retornaremos quando a matéria puder ser votada.

Se os líderes entenderem que devem ser feitas, em primeiro lugar, as votações, daremos seguimento à Ordem do Dia como está estabelecida. Nesta Casa prevalece o Regimento Interno ou a vontade expressa dos srs. deputados. Não há nenhuma dificuldade em fazer de uma forma ou de outra.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Então, não há condições de votar o que está aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Se for do entendimento dos líderes, há condições. Depende somente da deliberação dos srs. líderes.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, coloquei anteriormente a v.exa. que há uma emenda do deputado Jorginho Mello e o parecer favorável do deputado Marcos Vieira na comissão de Tributação e Finanças. Então, o PSDB, quando essa matéria vier para votação, vai liberar a bancada para votar. Eu, particularmente, se vier aqui para votar, votarei "sim".

(Palmas das galerias)

Entretanto, peço que seja seguida a tramitação normal prevista no Regimento Interno, ou seja, a comissão de Justiça dará o seu parecer amanhã ou depois, para só então a matéria vir à deliberação do Plenário. Repito, peço que v.exa. siga os trâmites normais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Serafim Venzon, estou seguindo rigorosamente o Regimento Interno que prevê, caso haja entendimento dos líderes, que a sessão seja suspensa. Se v.exa. não quiser que seja suspensa a sessão, basta dizer que não concorda com a suspensão e ela não será suspensa. É simples!

(Manifestações das galerias)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, ainda não entendi. O deputado Serafim Venzon concorda ou não com a suspensão da sessão? Por favor, gostaria que ele fosse mais claro para que todos entendam.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, parece-me que uns falam chinês e outros portugueses. Está claro que se não houver concordância dos líderes está fora de cogitação a suspensão da sessão. Um líder disse aqui que não. Então, não adianta continuarmos discutindo esse assunto porque estamos chovendo no molhado!

O Sr. Deputado Edison Andrino - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, o líder do PSDB, que é o partido do governador, diz que vota favoravelmente. Eu já estava tendendo a votar favoravelmente e agora, com essa decisão do líder do PSDB, temos é que votar favoravelmente para resolver logo essa questão.

(Palmas das galerias)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, a minha pergunta é para o deputado Serafim Venzon: v.exa. concorda ou não que a sessão seja suspensa, deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Eu vou organizar a questão agora, para encerrarmos isso de vez.

Há um requerimento verbal dos srs. deputados para que suspendamos a sessão e seja feita a convocação, através do seu presidente, de uma reunião extraordinária da comissão de Constituição e Justiça.

Consulto os srs. líderes para saber quem concorda com a suspensão da sessão.

Os srs. deputados que concordarem levarem a mão como sinal positivo e os que não concordarem continuem como estão.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, sou líder de governo, tenho o meu direito como líder e não concordo com a suspensão da sessão. Então, não precisamos discutir mais.

(Vaias das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Está resolvido o problema. Assim sendo, não será suspensa a sessão para a reunião das comissões.

Vamos suspender a sessão por dez minutos atendendo requerimento dos líderes que está sobre a mesa, para que a delegação da ExpoGestão possa fazer a sua apresentação, conforme já ocorreu nos anos anteriores.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, quero apenas fazer um alerta a esta Casa. O governador me ligou às 14h e foi taxativo: se aprovamos a emenda, ele veta. Ou retiramos a emenda ou ele vai retirar todo o projeto, toda a medida provisória desta Casa.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente e srs. deputados, temos que esclarecer um fato: o líder do governo, deputado Elizeu Mattos, e eu sou solidário a ele, fez a sua parte, mas o líder do PSDB precisa dizer claramente se é a favor ou contra a suspensão da sessão.

O líder do governo assumiu a sua posição como tal, mas as lideranças dos partidos precisam assumir também. É isso que precisa ficar claro aqui. Como vota o PSDB? É a favor ou contra a suspensão da sessão?

O líder do governo se manifestou, e sou solidário a s.exa., pois está aqui defendendo o governo, mas é preciso que o partido do governo, o PSDB, que é autor da emenda à MPV 0170, pronuncie-se para esclarecer se é a favor, se é contra ou se vai ficar em cima do muro!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, estou um pouco disfônico, mas tive a impressão de que v.exa. entendeu as minhas colocações e quem estava aqui também entendeu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Não entendi, deputado Serafim Venzon! E quem aqui estava também não entendeu, deputado. V.Exa. me desculpe, mas não entendi.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Então, vou repetir a v.exa. e a todos os que estão aqui.

Há a emenda do deputado Jorginho Mello, há o parecer do deputado Marcos Vieira e todos somos favoráveis. O PSDB vai deixar os deputados livres na hora em que essa matéria vier à votação. Este deputado votará favoravelmente.

Contudo, como líder do PSDB, não quero votar agora, quero seguir o Regimento Interno, ou seja, que não seja suspensa a sessão neste momento, até para não ser atropelado, pois acho que um dia a mais não mudará o resultado da votação.

Assim sendo, em concordância com o líder do governo, que já pediu que não seja colocada hoje em votação a matéria, nós também, do PSDB, estamos pedindo que ela não seja colocada em votação no dia de hoje.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, às vezes fico ali sentadinho só observando e, sinceramente, não sei se é a dissonância de alguns parlamentares, mas há momentos em que não entendo mais nada.

O líder do PSDB vem aqui e dá uma de tucano, ficando cima do muro. E aí vem o deputado Dado Cherem, que é do PSDB também, e diz que tem que retirar a emenda porque o governador não vai aprovar. Mas a emenda é do deputado Jorginho Mello, também do PSDB!

Então, não entendo mais nada.

(Palmas das galerias)

O líder do PSDB diz que vai votar a favor, o deputado do PSDB diz que o governador, que é do PSDB, é contra, e o autor, que é do PSDB, sequer está presente e não retira a emenda!

Estão enganando vocês de novo novamente, servidores! O governo está novamente enganando o servidor público!

(Manifestações das galerias)

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A sessão será suspensa por dez minutos para que haja a apresentação dos representantes da ExpoGestão, de Joinville.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) (Faz soar a campanha.) - Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, quero apenas parabenizar os organizadores da ExpoGestão, um evento importante. Antes da ExpoGestão, os executivos, aqueles que queriam aprender sobre gestão, precisavam buscar em São Paulo e no Rio de Janeiro os subsídios, os conhecimentos. A ExpoGestão, então, tornou-se um marco em Santa Catarina, pois a partir dela os gestores públicos e privados podem buscar informação e conhecimento no estado, para colocá-los em prática nas empresas e também no poder público.

Então, está de parabéns toda a coordenação, o Alonso, que desde o começo é um incentivador, o Alaor, que está aqui e também é do movimento, como eu também fui da ADVB, que é uma apoiadora.

Parabéns, sucesso e bom evento em Joinville!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, não poderia deixar de fazer referência à ExpoGestão, que se constitui no maior evento de gestão de recursos humanos do sul do Brasil e que conta com a participação de autoridades nacionais e mundiais.

Esse evento é realizado há alguns anos por um grupo de jovens empreendedores da cidade de Joinville, a Acij Jovem, com o apoio da comunidade empresarial de toda a cidade e do estado. Sem dúvida alguma, esse evento se constitui numa oportunidade de negócios, de troca de experiências, mas, sobretudo, sr. presidente, numa oportunidade ímpar de repasse de informações precisas e fundamentais para melhorar a qualidade da gestão das empresas de Santa Catarina e do Brasil.

Parabéns à Acij Jovem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão o seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projetos de Lei n.s: 0016/2010, de autoria do deputado Sérgio Godinho, e 0152/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann.

Também comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer contrário à seguinte matéria, e que a mesma terá o seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0532/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça.

Comunica, ainda, que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0002/2010, 0067/2010, 0068/2010 e 0069/2010, todos de entidades sociais encaminhando relatório de atividades.

Nós temos várias redações finais de projetos que tratam especificamente de declaração de utilidade pública.

Consulto os srs. líderes se podemos fazer a votação em bloco.

(As lideranças acquiescem.)

Votação das redações finais dos Projetos de Lei n.s: 0013/2010, 0029/2010, 0033/2010, 0050/2010, 0054/2010, 0093/2010, 0096/2010, 0159/2010, 0467/2009, 0618/2009 e 0628/2009.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Discussão e votação em turno único do projeto de conversão em lei da Medida Provisória n. 0172/2010, de autoria da comissão de Finanças e Tributação, que concede abono aos servidores do Quadro Único de Pessoal Civil da Administração Direta, lotados e em efetivo exercício na secretaria de estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e seus órgãos subordinados, e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, a Medida Provisória n. 0172/2010 é uma das não polêmicas. Há mais de um mês fizemos uma reunião de líderes para que as medidas provisórias não polêmicas tramitassem mais rapidamente. Infelizmente, misturaram as polêmicas com as não polêmicas e essa matéria ainda está aqui na tarde de hoje.

A MPV n. 0172/2010 trata de um abono de R\$ 300,00 aos servidores civis da Polícia Militar e de outros órgãos da secretaria de estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão. É uma medida provisória justíssima e merece ser aprovada com o nosso aplauso, para fazer um pouquinho de justiça aos trabalhadores administrativos da secretaria da Segurança Pública, como os do hospital da Polícia Militar, por exemplo.

Portanto, a nossa posição é favorável à MPV n. 0172.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o sr. deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. presidente, quero externar o meu voto favorável à Medida Provisória n. 0172 para fazer justiça realmente.

Há tempo vínhamos discutindo com a secretaria da Administração do estado uma forma de fazer justiça com o quadro de servidores civis que ficaram sem abono no ano passado. E agora vamos fazer justiça com esse pessoal que merece, pois se dedica a tocar a estrutura da secretaria da Segurança Pública.

Eu peço a v.exa. que a votação seja nominal, sr. presidente.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores também vota a favor da aprovação desse projeto, na expectativa de que se criem condições de recuperação do salário, de valorização, de motivação e de reestruturação do serviço da Segurança Pública no estado de Santa Catarina.

A sensação de insegurança no estado é grande e precisamos dedicar-nos com atenção e carinho a essa área, para que possamos dar tranquilidade à nossa população. É importante uma remuneração mais justa para os trabalhadores da Segurança Pública de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, a bancada progressista entende que esse projeto, além de benéfico, faz justiça com os colaboradores das referidas áreas.

Portanto, a nossa bancada é favorável à aprovação desse projeto de conversão em lei de medida provisória.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para declaração de voto, o deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Obviamente declaramos o voto "sim", sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

Atendendo ao requerimento do deputado Ronaldo Benedet, a votação será nominal.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Elizeu Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, já que a votação será nominal, pedimos aos deputados que venham ao plenário para poderem exercer o direito de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO ANTÔNIO CERON	
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	sim
DEPUTADO DIETER JANSSEN	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGINHO MELLO	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO OZAIR POLACO	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	
DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS	sim
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO RONALDO BENEDET	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	sim
DEPUTADO WILSON VIEIRA	sim

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 24 votos "sim" e nenhum voto

"não"

Está aprovada a matéria em turno único.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0302/2009, de autoria do sr. deputado Serafim Venzon, que concede título de cidadão Catarinense ao sr. Roberto Luiz d'Ávila.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0375/2009, de autoria do deputado Gelson Merísio, que proíbe a disponibilização e/ou divulgação de informações de caráter privado nos sites oficiais do Poder Executivo.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0493/2009, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que denomina Sub-Tenente Jucemar Cesconetto o quartel do Corpo de Bombeiros Militar, do município de Barra Velha

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0082/2010, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Turvo (construção da Biblioteca Pública Municipal Ângelo Rovaris).

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0032/2010, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que declara de utilidade pública a Federação de Futebol Sete Society de Santa Catarina - FUT7 - SC, localizada no município de Florianópolis.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0034/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig, que declara de utilidade pública o Instituto Eco&Ação, com sede no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0037/2010, de autoria do deputado Derli Rodrigues, que declara de utilidade pública a Associação Cultural dos Pescadores de Otacílio Costa - Aspoc.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0049/2010, de autoria do deputado Reno Caramori, que declara de utilidade pública a Organização Não Governamental Gato do Mato, com sede no município de Caçador.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0052/2010, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, que declara de utilidade pública o Centro de Integração Social, Beneficente e Cultural Gente da Gente, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Srs. deputados, os Projetos de Lei n.s.: 0121/2010, 0122/2010, 0127/2010 e 0308/2009 tratam de declaração de utilidade pública.

Consulta os líderes se podemos votá-los em bloco.

(Os líderes aquiescem.)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0121/2010, de autoria do deputado Dado Cherem, que declara de utilidade pública a União dos Amigos do Meio Ambiente - Uama -, de Balneário Camboriú.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0122/2010, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário Costa de Cima - Concim -, de Florianópolis.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0127/2010, de autoria do deputado Reno Caramori, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Alemã de Caçador - Deutsche Gruppe Jäger -, com sede e foro no município de Caçador.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0308/2009, de autoria do deputado Sílvio Dreveck, que declara de utilidade pública a Sociedade Assistencial e de Promoção Social Lar Anjo Querido, com sede no município de Biguaçu.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Contam com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem os queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0136/2010, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira, que altera a Lei n. 10.568, de 07 de novembro de 1997 (Capital Catarinense do Turismo Religioso - Nova Trento).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0137/2010, de autoria do deputado Darci de Matos, que altera a emenda e o art. 1º da Lei n. 15.084, de 2010, que institui o Dia Estadual de Parapsicologia do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0335/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que denomina de Rudibert Knop o ginásio de esportes do bairro Warnow, contíguo à Escola de Ensino Fundamental Gustavo Barroso, em Indaial.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0261/2010, de autoria do deputado Elizeu Mattos; 0262/2010, 0263/2010 e 0264/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0265/2010 e 0266/2010, de autoria do deputado Jorginho Mello; 0267/2010 e 0268/2010, de autoria do deputado Décio Góes, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s.: 0641/2010 e 0643/2010, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0646/2010, 0647/2010, 0654/2010 e 0655/2010, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0648/2010 e 0649/2010, de autoria do deputado Onofre Santo Agostini; 0650/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0651/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0652/2010 e 0653/2010, de autoria da deputada Ada De Luca; e 0658/2010, de autoria do deputado Décio Góes.

Requerimento n. 0644/2010, de autoria do deputado Valdir Cobalchini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Caixa Econômica Federal,

pedindo apoio na liberação do FGTS para as famílias atingidas pelas fortes chuvas que causaram destruição no município de Caçador.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Requerimento n. 0656/2010, de autoria do deputado Décio Góes, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-geral e ao superintendente regional do DNIT no estado de Santa Catarina, pedindo a modificação do acesso aos municípios de Içara e Criciúma, na BR-101, no bairro Vila Nova.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Requerimento n. 0657/2010, de autoria do deputado Décio Góes, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-geral e ao superintendente regional do DNIT no estado de Santa Catarina, pedindo providências para a instalação de sinalização vertical e horizontal na parte em duplicação da BR-101/sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0072/2010, de autoria do deputado Antônio Ceron, a ser enviado ao presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, solicitando esclarecimentos referentes ao cumprimento da Lei n. 11.959/2001.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0073/2010, de autoria do deputado Wilson Vieira (Dentinho), a ser enviado ao presidente da Casan, solicitando informações sobre as condições ruins da água potável fornecida aos consumidores de Penha e Piçarras.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, na verdade, queria defender as indicações, mas elas já foram aprovadas. Contudo, é importante chamar a atenção para uma indicação que se refere ao acesso norte de Laguna, porque naquele trecho sempre há acúmulo de trânsito e o outro acesso seria extremamente importante para a cidade,

inclusive para a integração das comunidades, porque criaria uma alternativa muito grande.

Ontem, à noite, tive a oportunidade de participar de uma reunião com a Associação de Catadores de Berbigão, e dirigindo-me em direção ao sul da ilha presenciei a situação do trânsito naquela área. Vimos hoje, no *Diário Catarinense* e na imprensa em geral, que a obra do elevado do trevo da Seta, tão importante, tão famosa, tão discutida e anunciada em tantos eventos e com tanta pompa, vai parar porque a empreiteira vai sair, uma vez que o estado não faz o pagamento de R\$ 1 milhão por mês há quatro meses.

Então, estamos solicitando ao governador do estado que se sensibilize e faça o pagamento dessa obra, porque ela é imprescindível para o sul da ilha, todos sabemos disso. É consenso geral na cidade essa necessidade.

Por último, queremos parabenizar o procurador-geral de Justiça, dr. Gercino Gerson Gomes Neto, que esteve aqui há alguns dias prestando contas e que ascendeu ao cargo de procurador, dentro da progressão na carreira. É a primeira vez que isso acontece e ocorreu graças a uma emenda da bancada do PT. O seu currículo e toda a sua trajetória fizeram-no merecedor da nova tarefa que assume.

Assim, gostaríamos parabenizá-lo em nome da Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, ao ver o deputado Décio Góes cobrar recursos do governo estadual, quero também solicitar que o governo federal entregue os recursos que prometeu para a região de Blumenau, que foi vítima das cheias, das catástrofes, e até hoje não chegaram.

Mas o meu objetivo é agradecer a presença do professor Maurício Fernandes Pereira, que é um ícone em Santa Catarina. Foi um dos mais jovens professores doutores da Universidade Federal de Santa Catarina, é o atual presidente da Feesc, e vem a esta Casa trazer o seu livro: *Planejamento Estratégico: Teorias, Modelos e Processos*, acompanhado de Carlos Augusto Righi, aluno do mestrado. É com muita honra que esta Casa os recebe.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Em resposta ao deputado que me antecedeu, quero dizer que os recursos oriundos da reconstrução estão todos disponibilizados. O que falta é competência do prefeito para apresentar os projetos. Inclusive, sr. presidente, estou encaminhando uma correspondência, através do meu gabinete, para que o prefeito de Blumenau se manifeste sobre o dinheiro que está disponível para a cidade de Blumenau.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Não há mais matéria na pauta da Ordem do dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, deputado Gelson Merísio, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio AleSC Digital ou presentes na sessão desta tarde.

Temos percebido neste plenário e nesta Casa em geral, nas últimas semanas, um exercício de malabarismo que desconhecíamos, mesmo estando aqui há três anos e meio, sr. presidente. Falava, na quinta-feira pela manhã, na última sessão da semana passada, que nunca vi tanta gente trepada na bracinga, numa mesma semana, em um mês, nesta Assembleia.

Subir na bracinga em minha cidade natal, Imbuia, deputado Peninha - v.exa. que é da região sabe o que é subir a bracinga -, é fazer um acordo, um negócio e na hora de firmá-lo, um dos acordantes vasa, dizendo que não é bem assim, gira para lá, para cá ou então desaparece. E isso tem acontecido bastante na Assembleia Legislativa. Há pessoas subindo na bracinga até de costas. Eu diria que bastante gente. Não vou citar nenhum partido e nenhum deputado em especial, mas muitas pessoas têm adquirido essa habilidade extraordinária de subir na bracinga de costas e às vezes, até ensebados, conseguem avançar bastante.

Promessas e juras de amor foram feitas desta tribuna e daqueles microfones de aparte para diversas categorias, inclusive para este deputado, para os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, mas na semana passada nem direito de vistas me foi concedido. Ao mesmo tempo, continuam outros com medidas provisórias com a mesma idade no sovaco.

As emendas que este parlamentar apresentou à Medida Provisória n. 0169 nem causavam impacto financeiro, mas só três deputados votaram a favor. Vou citá-los: este deputado, claro, autor das emendas, o deputado Darci de Matos e o deputado Cesar Souza Júnior.

(Palmas das galerias)

Aqueles que disseram desde o começo que não tinham compromisso e votariam contra, respeito bastante. Mas conheci outros, e eu não imaginava, que também treparam na bracinga aqui, neste plenário, na quarta-feira da semana passada. Aumentou-se a discriminação salarial dentro da estrutura da Segurança Pública do estado, na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros e na Polícia Civil. Os agentes prisionais, inclusive, não ganharam nem os R\$ 250,00 que a base da Polícia Civil recebeu.

O plano de carreira dos praças, naquilo que é do interesse da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, está travado. São 100 vaguinhas por ano, tendo 1.200, 1.300 sobrando, tanto de cabo, quanto de terceiro-sargento. Mas os soldados com 24 anos de serviço continuam sem uma única promoção. Ai abrem 100 vagas e ainda fazem um discurso de que estão resolvendo o problema da mobilidade funcional nas instituições militares.

Na cúpula, entretanto - e eu não vou ficar nisso para não pensarem que é perseguição ideológica -, não sobra vaga nenhuma. Lá todos foram promovidos pelo menos duas vezes nesses sete anos. Duas vezes cada um em sete anos e os soldados, com 24 anos de serviço, continuam como soldado! Mas alegam que é muito caro, que há dispêndio da secretaria da Fazenda e do comitê gestor, mas só falam assim quando é relativo ao direito do cabo, do soldado, do sargento. Os outros cursos, que são realizados, inclusive, através de convênios com universidades privadas, saem muito caro, mas nunca esbarram no obstáculo do comitê gestor e das dificuldades econômicas financeiras do estado.

Não bastasse isso tudo, continuam prendendo praças da Polícia Militar. Sim, continuam prendendo. Na semana passada ainda, em Lages, um companheiro terminou de pagar dez dias de prisão no quartel. Há muito

tempo está na reserva, aposentado, tem mais de 60 anos de idade, mas foi preso no quartel por haver reivindicado o cumprimento da Lei Complementar n. 254.

Enquanto isso, os Conselhos de Disciplina continuam sendo realizados, a inquisição continua na sua maligna marcha contra os praças da Polícia Militar especialmente. Trocou o governador, o secretário de Segurança e também o comandante-geral da Polícia Militar. Faz algumas semanas que mandamos um ofício pedindo uma audiência, mas até agora nenhuma resposta. Continuam não respondendo e continuam dizendo, na base, para o cabo, para o soldado e para o sargento, que a Aprasc, que o deputado Sargento Amauri Soares é que não querem conversar. Mas os ofícios pedindo audiência estão na gaveta de alguém!

Nós queremos resolver o problema da anistia e fazer com que o plano de carreira dê, pelo menos, um passo significativo ainda em 2010. Há possibilidades legais plenas, há vaga sobrando às pampas, mas o governo e o comando-geral continuam achando que promover soldado a cabo e cabo a sargento custa muito caro para o estado. Uma promoção de soldado a cabo ou de cabo a sargento é o cafezinho do palácio, mas continuam achando caro. Repito, é o cafezinho do palácio. A diferença não chega a R\$ 200,00. Mas continuam travando a promoção dos soldados a cabo e dos cabos a sargento, e ainda criando empecilhos para dificultar também a promoção de sargentos para que não cheguem a tenente.

Além disso, catarinenses, aumentam a discriminação salarial e metem mais uma lei que dá R\$ 2.000,00 para alguns e R\$ 250,00 para a maioria. E continuam punindo a maioria. Ai querem que a Segurança Pública melhore. Só pode melhorar a Segurança Pública se a maioria daqueles que estão na ponta, nas ruas, efetivamente trabalhando para a população, for valorizada, tiver confiança nos governantes e nos chefes das instituições, tiver confiança de que a palavra empenhada vai ser cumprida, tiver a certeza de que vai ser respeitada, tiver capacidade e apoio institucional para enfrentar os problemas da criminalidade, para dizer para uma desembargadora, inclusive, que o carro do filho dela está com a documentação irregular e vai ser recolhido, sem passar pelo assédio do carteiro.

Falou-se muito no carteiro da desembargadora. Mas eu falava aqui, justamente naquele dia, do carteiro de outra, que era amiga de ex-secretário, que era amiga de não sei quem, que telefonou, na frente do soldado, não sei para quantas autoridades para dizer que não podia multar o carro do bacana do filho dela.

É este o apoio que precisam, a confiança nas autoridades, a garantia de não serem sacaneados. Esta é a palavra, sim, sacaneados, justamente por quem deveria defender a implementação da justiça e não da discriminação. Se querem que a Segurança Pública melhore, comecem respeitando os trabalhadores dessa instituição. Ai ela melhora. Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda em Explicação Pessoal, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, amigos do sul que prestigiam, na tarde de hoje, o Parlamento.

Temos a honra de aqui receber Adalberto Pizzetti, empresário, presidente da Associação Comercial e Industrial de Içara, cidade que muito cresce neste estado; Wagner Pizzetti, ex-presidente da Câmara Municipal, grande líder daquela região. Ambos estão a trabalho na capital e prestigiam o Parlamento na tarde de hoje. Também os acompanha o prefeito Gentil da Luz, de Içara.

Queremos cumprimentar a diretora da Cohab, competente e atuante, brava mulher, que tem dado uma contribuição muito grande no sentido de que a presidente possa construir aproximadamente 20 mil casas em Santa Catarina.

Gostaria de falar agora sobre a duplicação da BR-101, Assunto ao qual tenho dedicado há 19 anos, de corpo e alma, para que o sul se desenvolva plenamente. Sábado, de Araranguá a Sombrio, não houve apenas uma vítima, mas seis pessoas morreram na BR-101 em função do desmando naquela região, em função da falta de controle. As empresas abandonam o lote e ninguém faz nada. Existem duas empresas pagas para cuidar da qualidade da obra e não cuidam, não tomam as medidas necessárias para isso.

Eu gostaria de saber como vai ficar o lote 29, de Araranguá a Sombrio. Não dá para admitir que um contrato internacional não determine nenhuma punição para a empresa que abandonou as obras na região de Araranguá e veio, com máquinas e tudo, terminar o lote de Tubarão a Laguna, que também estava uma vergonha, pois as obras vinham arrastando-se, nada andava. Agora simplesmente abandonaram o lote 29 e vieram foram para Laguna. E lá como fica? Qual empresa vai assumir? Qual compromisso o governo federal tem com a região sul do estado?

É complicado! É muito complicado! Não podemos aceitar de braços cruzados vidas e mais vidas sendo ceifadas. Foram seis pessoas em apenas um final de semana, apenas num lote, por quê? Porque a empresa abandonou. De noite, com o vendaval, com as placas caídas, além da chuva, ninguém enxerga nada: de um lado existem pedras, do outro não se sabe onde entrar e os acidentes com mortes estão acontecendo!

Então, é preciso saber quem são os responsáveis! É o DNIT? Se for o DNIT, terá que explicar qual será a empresa que irá continuar a obra, pois o contrato terminou em 2009. Já estamos na metade de 2010 e não temos resposta, não sabemos de nada do que vai acontecer ou do que não vai acontecer.

Então, provavelmente farei uma audiência pública nesta Casa, para a qual vou chamar as duas empresas que ganham apenas para cuidar da obra, porque é preciso tomar algumas medidas. Já paramos esses dias durante duas horas na guarita em razão da morte de um rapaz, devido ao péssimo estado em que se encontra a rodovia. Iam fazer o viaduto, mas não terminaram. Passo lá nos cantos da rodovia e vejo outro acidente com um suplente de vereador que veio a falecer. Barbaridades como essa acontecem constantemente na BR-101!

Quero cobrar também da empresa que com certeza está ganhando milhões de reais para cuidar da obra, mas a qualidade é uma vergonha! Basta ir a Içara para ver que já afundou o asfalto, há trilhos formados pelos caminhões - e nem entregaram a obra! Daqui a pouco os ônibus e os caminhões não vão precisar de motorista. É só colocar uma pedra em cima do acelerador, colocar o caminhão no trilho da estrada e tocar. Então, como é que dá para admitir que uma obra que nem foi entregue já possui riscos de pneus,

afundamentos causados pelo tráfego de caminhões?!

Isso mostra que a qualidade da obra é péssima! É péssima! Quem fez a obra também fez os acessos à praia do Rincão, e a Içara. É uma vergonha generalizada, pois não há uma semana em que não caia um carro naquele retorno. É uma vergonha sem limite, sem tamanho.

Dá para ficar de braços cruzados? Não dá! Não dá! É preciso tomar algumas medidas. E nós, meu amigo Wagner, que já andamos 348km a pé para buscar o resultado da ordem de serviço, talvez tenhamos que paralisar a estrada por 348 minutos ou por 348 horas para chamar a atenção não só de Santa Catarina, mas do Brasil, pela vergonha que estamos vivenciando em nosso estado.

Eu não acredito que o ministério dos Transportes possa fazer um contrato em que a empresa sai quando quer, volta quando quer e não é penalizada, porque está trabalhando em outro trecho.

Fomos discutir em Palhoça, onde paramos a rodovia cinco vezes. Alegaram que não podiam paralisar o pedágio porque é uma licitação internacional. Ali é uma licitação internacional e não pode, mas na BR-101 parar a obra pode?

Então, não dá para ficar de braços cruzados. Vamos apertar cada dia mais. E olhem, já fechei uma vez, com alguns companheiros, a BR-101 das 6h às 16h. Formou-se uma fila de 70km; agora é capaz de dar uma fila de uns 500km porque vamos trancar tudo, vão ter que buscar o Exército e matar quem estiver lá, porque não vamos abrir.

O eminente presidente da República trouxe a ordem de serviço, cumpriu sua missão, mas toda aquela situação positiva acaba daqui a pouco e transforma-se numa situação negativa, pois o sul não vai ficar de braços cruzados ao ver uma obra afundando, de péssima qualidade, muito menos o abandono do lote 29, para o qual não há resposta.

Mais grave! Sequer foi licitada ainda a ponte da Cabeçadas, que é um gargalo sem limites. E há mais dois gargalos: o Morro do Formigão, em Tubarão, e o Morro dos Cavalos, em Palhoça. Então, é preciso, sim, chamar a atenção para que possamos encontrar meios, saídas, soluções, pois a população não pode ficar assistindo a mortes e mais mortes na estrada.

Então, é dentro dessa linha que venho chamar a atenção, pois lutei muito para que isso acontecesse, mas agora não podemos, no meio do caminho, ficar numa situação, num desconforto a toda prova.

O meu tempo é pequeno, deputado Décio Góes, mas daria um aparte a v. exa. com muita honra, porque também é do sul e está sentindo na pele o que estamos sentindo aqui.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, é claro que o deputado Manoel Mota tem os seus exageros, mas algumas preocupações também temos colocado.

Em primeiro lugar, vamos ser justos, quando da licitação da obra não estavam previstos os três gargalos naquela etapa. Isso seria uma etapa posterior, que está em processo de conclusão de projeto e licenciamento. No que se refere ao restante da obra, temos tensionado bastante, porque toda forma de tensão é válida. Eu reputo que o problema

maior está nas empresas que foram contratadas, pois apesar do pagamento em dia não conseguimos cumprir os compromissos assumidos.

Então, é preciso que façamos pressão sobre essas empresas para que elas cumpram os cronogramas. Eu penso que nós devemos trazer aqui o DNIT. Inclusive, fiz indicações, hoje, nesse sentido e penso que devemos trazer o DNIT aqui para fazer os esclarecimentos e ver quais são os gargalos atuais e como se pode ajudar nesse processo para que a obra cumpra o seu cronograma.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Concedo a palavra, pela ordem, ao deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Sr. presidente, sempre sentimos que o eminente deputado Décio Góes trata os assuntos nesta Casa com garra, mas quando vê que a situação é difícil, bate uma lentidão porque ele sabe que não há exageros. O Morro dos Cavalos estava no programa do primeiro momento e não foi lícitado até hoje. A obra lá no sul está parada e não há exagero. Além disso, as obras são de má qualidade e só não vê quem não quer. E se ele quiser, saio daqui amanhã e mostro que a obra afundou.

Então, estou cobrando das duas empresas que estão fiscalizando a obra uma posição, mas parece que estão cegas ou recebendo alguma coisa, porque é impossível ver uma obra sem qualidade e deixar passar batido. Não vou deixar isso acontecer, vão ter que recuperar aquela obra de um jeito ou de outro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o sr. deputado Rogério Mendonça, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, deputado Dagomar Carneiro, representante de Brusque e de muitos municípios do estado de Santa Catarina e que agora está entrando fortemente em Ituporanga.

Agradeço ao deputado Dieter Janssen, que é novo nesta Casa, mas permitiu uma troca de horário comigo. Ele brincando me disse que como sou mais velho na Casa teria todo o direito, mas penso que não, porque na verdade, a partir do momento em que entramos aqui, todos são iguais.

Neste momento, deputado Dieter Janssen, somos 40 deputados dentro desta Casa. Eu obtive na última eleição 54.845 votos e fui o segundo deputado mais votado, mas tenho o mesmo direito que v.exa. e as mesmas condições de trabalho e atuação. Parabéns v.exa. pelo trabalho que vem fazendo nesse período em que está conosco.

Mas hoje estou usando esta tribuna para falar, deputado Dagomar Carneiro, sobre uma moção que estou encaminhando ao governo federal, mais especificamente ao ministro da Agricultura, Wagner Rossi, que substituiu o deputado Reinhold Stephanes, do Paraná; ao ministro da Fazenda; ao presidente Lula e a todos os congressistas, principalmente de Santa Catarina.

A minha moção expressa a indignação do setor produtivo de Santa Catarina contra as medidas que o governo argentino pretende adotar em relação aos produtos importados do Brasil. Vejam só, os argentinos pretendem pedir que as redes de supermercados do seu país comprem alimentos produzidos pela indústria local. Essa medida está prevista para entrar em vigor em junho.

Isso é inaceitável, srs. deputados, até porque vai afetar duramente muitos estados da federação, mas vai afetar especialmente o estado de Santa Catarina.

Na verdade, isso não é algo que a Argentina venha fazendo nos últimos dias, ela já vem fazendo desde 2002, ou seja, criando dificuldades e problemas dentro do Mercosul. As exportações de carne suína, da qual a Argentina é o quinto comprador do Brasil, serão duramente afetadas. Portanto, os produtores de carne suína de Santa Catarina e de outros estados também serão duramente atingidos. Da mesma forma, deputado Dieter Janssen, os nossos produtores de banana, eis que a Argentina é um grande importador e quer também impor limites para a importação de produtos oriundos da banana.

O que estou pedindo é que o Brasil tenha coragem e estabeleça represálias à Argentina em relação a essa situação, ou seja, dente por dente e olho por olho. É necessário retaliação, sim! E temos como retaliar a Argentina, parece-me, inclusive, que o governo federal está tendo má vontade de enfrentar esse problema.

A nossa região, deputado Dagomar Carneiro, o alto vale do Itajaí, Ituporanga, Alfredo Wagner, Petrolândia, Imbuia, Atalanta, Aurora e tantos outros municípios, produz muita cebola. Santa Catarina é hoje o primeiro produtor de cebola do Brasil e Ituporanga é o município que mais produz cebola em todo o país. Para se ter uma ideia, só o município de Ituporanga produz cebola suficiente para abastecer todo o mercado brasileiro durante um mês. E o que aconteceu agora, na última safra? Quando ainda estamos com mais da metade da cebola estocada, entra no mercado nacional a cebola argentina, prejudicando a comercialização da nossa produção. Aí o preço cai e os nossos produtores perdem dinheiro. Por outro lado, os argentinos, na hora em que resolvem trancar a importação, trancam, seguram e nada acontece em relação aos produtos que vêm da Argentina para o Brasil.

Portanto, a minha moção a ser enviada ao governo federal e aos congressistas de Santa Catarina é no sentido de que reajam a essa situação e não permitam que isso aconteça, pois me parece que esse acordo do Mercosul está mais para um acordo caracu do que qualquer outro acordo.

Santa Catarina e o Brasil só têm entrado com a cara e têm tido um prejuízo muito grande com essa situação. Assim, estou pedindo que represálias sejam feitas, sim, impedindo, por exemplo, a importação de cebola argentina, a importação de maçã argentina, já que produzimos maçã suficiente para o mercado interno, a importação de alho e de outros produtos que vêm da Argentina e que prejudicam o nosso mercado interno.

Deputado Dagomar Carneiro, hoje pela manhã estive em audiência com o secretário da Saúde, dr. Roberto Hess de Souza, acompanhamento de autoridades, de pessoas ligadas ao Hospital Regional de Rio do Sul.

E quero parabenizar de público o governador Leonel Pavan pela nomeação do novo secretário da Saúde, que substituiu o também competente Dado Cherem e a dra. Carmem Zanotto.

Ele nos atendeu muito bem, é um médico, um homem que conhece a Saúde, e prontificou-se, de imediato inclusive, a visitar a nossa região. Assim, no dia 24 de maio estará visitando Ituporanga, onde estamos colocando uma UTI; estará visitando o hospital de Petrolândia, o Hospital Regional de Rio do Sul e também o Hospital Miguel Couto, do município de Ibirama. Vai verificar o que está acontecendo, vai ver, inclusive, a possibilidade

da liberação de recursos para atender àquela comunidade, principalmente o hospital regional, que atende todo o alto vale e vários municípios de outras regiões, em função até da BR-470 e dos muitos acidentes que lá acontecem.

Na sequência, também fui recebido em audiência, juntamente com o secretário municipal da Saúde, Celso de Oliveira, e com outras lideranças do hospital de Gaspar, que abriu há pouco tempo e realmente precisa de ajuda. O governo está ajudando, convênios estão sendo liberados para que aquele hospital, que ficou tanto tempo parado, no seu retorno continue sendo referência para toda a região.

Seriam essas as minhas colocações, sr. presidente, deputado Dagomar Carneiro, brusquense que está buscando um novo mandato como deputado estadual. Da mesma forma, deputado Dieter Janssen, parabéns v.exa., um jovem deputado que está estreando nesta Casa, mas com certeza retornará para cá definitivamente para defender os interesses de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Muito obrigado, deputado Peninha, e parabéns pelo seu pronunciamento em defesa dos nossos agricultores, principalmente dos produtores de cebola e de maçã.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dieter Janssen, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, pessoas que nos assistem pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, gostaria de registrar, rapidamente, que recebemos nesta Casa a visita do suplente de vereador Jair Pedro, de Jaraguá do Sul, que já foi secretário municipal, e do pastor Jair Alexandre, presidente do PTB do município.

Gostaria de agradecer as palavras elogiosas do deputado Peninha e com certeza vamos trabalhar para que em janeiro possamos estar nesta Casa com os demais deputados. Esta experiência está sendo bastante importante para a nossa região.

Desejo também registrar a participação deste deputado na reunião de hoje da Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio Varejista. Houve uma audiência presidida pelo deputado Silvío Dreveck, que tratou da distribuição tributária, da questão do ICMS já tributado na saída dos produtos.

Essa discussão precisa continuar junto com a equipe do governo, principalmente no que tange à micro e pequena empresa, que necessita de uma atenção especial com relação à diminuição da tributação, já alcançada por essa classe com a Lei do Simples e com a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Também assomo à tribuna, na data de hoje, para registrar que perdemos uma pessoa em nossa região, que tinha um envolvimento bastante grande com a comunidade. Tomo a liberdade de trazer a esta Casa esse assunto porque ele, no meu entendimento, sr. presidente, era um exemplo de como deve ser a pessoa que quer ajudar o engrandecimento da sua região.

O sr. Nilton Roque Zen foi diretor de Assuntos de Segurança Pública da Associação Comercial e Industrial de Jaraguá do Sul, participou bastante do Projeto Ancora, um projeto em que os apenas participavam na construção de casas pré-fabricadas, para, em seguida, colocá-las à disposição da população mais carente, que necessita de habitações.

Então, o sr. Nilton Roque Zen teve uma grande participação na questão de

ressocialização dos apenados, sempre preocupado com a questão de como fazer a inserção do apenado na atividade privada.

Por diversas ocasiões participei de reuniões na Associação Comercial e Industrial nas quais o sr. Nilton Roque Zen solicitava uma atenção toda especial dos empresários no sentido de dar uma segunda chance para aquelas pessoas que tinham passado por algum problema, que ficaram por um período presos. Assim sendo, o sr. Nilton Roque Zen, por três gestões, deu sua contribuição como presidente do Conselho Penitenciário de Jaraguá do Sul, para a felicidade do povo daquele município.

Gostaria também de registrar o nosso contentamento com relação à instalação da nova diretoria do Ifet em Jaraguá do Sul. Participamos, na última semana, da posse e trouxemos números bastante importantes. Inclusive, quando fomos secretário do Desenvolvimento Econômico, trabalhamos bastante na requalificação profissional e sempre nos preocupamos com a questão dos custos.

Existem, com certeza, muitas pessoas que precisam voltar ao mercado de trabalho, que precisam fazer a sua requalificação profissional e que não dispõem dos recursos necessários para fazer frente ao pagamento de um curso de requalificação para se inserir numa nova profissão.

Trago aqui alguns números do Ifet, antigo Cefet, em Jaraguá do Sul. Vagas ofertadas: em 2005 foram 250, em 2009, 554. Em 2005, a área construída era de 2.840m, hoje é de 4.860m. A posse da nova diretoria foi realizada no prédio ampliado. Quanto à evolução do quadro docente efetivo, em 2005 havia 22 professores, em 2009 já eram 40 professores. Quanto à evolução do número de alunos matriculados: 423 alunos em 2005 e 796, em 2009.

São números bastante importantes. Jaraguá do Sul e as cidades vizinhas são empreendedoras. Semanalmente novas empresas prestadoras de serviço surgem, principalmente as que fazem serviços destinados às empresas maiores da região. Mas a grande dificuldade em todo o estado é que não existe mão de obra qualificada para realizar os trabalhos.

Já falamos desta tribuna sobre a preocupação que temos com relação à carga tributária e à qualidade dos trabalhos, porque enfrentamos cada vez mais a concorrência de países que colocam seus produtos com facilidade dentro do Brasil. Por isso 20 *campi* serão instalados em Santa Catarina nos próximos meses. O país precisa de qualificação profissional com custo zero e o Ifet faz esse serviço. Nós, catarinenses, devemos bem aproveitar esse potencial, fazendo com que o estado e o país cresçam e sejam ainda mais competitivos.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Dagomar Carneiro) - Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, desejo saudar os srs. Anderson Luiz Damiani e Manoel Jeremias, que aqui se encontram representando o prefeito de Cocal do Sul. Eles têm feito várias ações de excelente qualidade para a região sul do estado, especialmente para aquele município.

Quero cumprimentar o prefeito de Barra Velha, que talvez hoje seja uma das

cidades de Santa Catarina que mais estão crescendo, bem como o prefeito Samir Mattar, aposentado como empresário, que é extremamente ativo, muito bem relacionado e tem buscado empreendedores por todo Brasil para lá se instalarem.

O município de Barra Velha tem uma agricultura exuberante, possui um belo litoral que é cortado pela BR-101 e lá será instalado um complexo intermodal com o maior aeroporto do Brasil, a maior estação ferroviária e talvez, mais longinquamente, um porto nas proximidades.

Cumprimento, então, o prefeito daquele município, que é um entusiasta e tem incentivado inúmeros empreendedores a se instalar em Barra Velha. Sei que isso vai ajudar Santa Catarina e o seu povo. Por exemplo, a Havan, uma das maiores empresas comerciais de Santa Catarina e a que mais recolhe ICMS no estado, também está instalando um entreposto em Barra Velha.

Cumprimentamos o empresário Fausto Bittencourt, do município de Itajaí, que tem prestado consultoria a inúmeros empreendedores de Itajaí, Barra Velha, Brusque e Joinville, os quais têm viabilizado inúmeras boas intenções das pessoas, dos empresários, mas isso tem que ser transformado em projetos, e eles têm dado uma grande ajuda nesse sentido.

A vereadora Lialda Lemos Elizandro, de Tijucas, e o presidente do PSDB de Tijucas, sr. Elcio Junckes, têm engrandecido muito o nosso partido em Tijucas e em todo o vale do rio Tijucas.

O professor Elói Mariano Rocha é diretor do Colégio Olivia Bastos, um colégio aparentemente pequeno, do bairro Nova Descoberta, em Tijucas, que agora foi transformado num colégio de ensino médio. No último final de semana foi promovida lá uma grande reunião, onde estavam presentes todos os pais, as crianças, especialmente as mães, para ser prestada ali uma homenagem ao Dia das Mães.

Enfim, quero aqui cumprimentar todos aqueles que, juntamente conosco e com o governador Leonel Pavan, têm dado apoio, incentivo e entusiasmo para que Santa Catarina cresça mais. O nosso estado, assim como o Brasil, como diz o nosso candidato à Presidência José Serra, pode fazer mais, e nós podemos fazer mais. Cabe ao governo manter o entusiasmo, dar os incentivos que já estavam sendo dados, mas agora o governador Leonel Pavan tem mantido o mesmo ritmo.

No dia 3 de maio, o governador Leonel Pavan entregou a ordem de serviço para a construção da nova ligação da BR-101 com Porto Belo e Bombinhas, uma cidade maravilhosa, de uma capacidade turística extraordinária, mas com um acesso único totalmente insuficiente para atender à demanda de todos aqueles que lá empreendem, de todos os turistas que visitam sua bela orla marítima. Essa nova via que dará acesso a Bombinhas se chamará Santa Luzia.

O governador esteve também no município de Navegantes liberando mais de R\$ 11 milhões para a construção da via portuária, que será realizada através de uma parceria com a Portonave, empresa que tem o maior porto privado de Santa Catarina, que é representada pelo dr. Osmari de Castilho Ribas. A Portonave é que vai construir a via portuária, mas as indenizações ficaram por conta do poder público - a prefeitura e o governo do estado -, que esteve liberando mais de R\$ 11 milhões. Brevemente estará pronta a via portuária, a fim

de dar a agilidade necessária aos portos da margem do rio Itajaí-Açu.

Assim como o governador esteve em Bombinhas no dia 3 de maio, sábado passado, no dia 21, deputado Dagomar Carneiro, ele estará também na nossa cidade, Brusque, para entregar a ordem de serviço para a construção de mais quatro salas de aula no Colégio Padre João Stolte, para algumas reformas, alguns reparos no telhado, no piso, melhorando a única escola estadual de Botuverá. Aliás, sempre temos dito que para manter as pessoas onde nasceram, para mantê-las na sua cidade, precisamos dar-lhes condições, precisamos melhorar a infraestrutura, a escola, a estrada, a telefonia, a qualidade da energia e acesso à internet. Tudo isso favorece a que as pessoas fiquem na sua cidade com gosto e não porque não têm outro lugar para morar.

Botuverá vem crescendo gradativamente e a melhoria do colégio é, sim, uma grande ação.

A pedido do governador Leonel Pavan, em breve também vai melhorar a oferta de energia elétrica naquele município, pois lá há muitas indústrias, especialmente têxteis e de fiação, que usam máquinas complexas e computadorizadas. Cada vez que há uma queda de energia, atrapalha a barbaridade a produção. Então, será feito um investimento importante, por uma exigência do governo, justamente para dar estabilidade ao fornecimento de energia e possibilitar que os empresários tenham um rendimento melhor.

Então, além da ordem de serviço entregue para a Escola Padre João Stolte, também o será para o Colégio Araújo Brusque, do bairro São Luiz, com um aporte de recursos de mais de R\$ 600 mil. É um colégio grande, de um bairro importante, que há muitos anos precisava de uma reforma.

Santa Catarina tem 1.224 colégios e nesses últimos oito anos o governo do estado praticamente fez alguma obra em cada um deles. Grande ou pequena, mas fez. E no caso dos colégios da SDR de Brusque praticamente todos receberam melhorias.

Naquele mesmo dia o governador estará também assinando a descentralização de toda a verba necessária para a conclusão da SC-486, no segmento Brusque/Dom Joaquim, um trecho de oito ou dez quilômetros, que é um pedido de muitos anos. Leonel Pavan já marcou, inclusive, a data da inauguração: dia 15 de agosto.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência gostaria de agradecer a presença, nesta Casa, dos representantes da Juventude Socialista do PDT de Florianópolis, na pessoa dos jovens Lucas, André e Luiz, como também dos companheiros de Balneário Camboriú, César Martins, Alexandre e Bruno, que estão estreado na Assembleia e que possivelmente serão candidatos a vereador pelo PDT, em 2012, naquela cidade.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Procurador-Presidente
Sandra Maria Raimundo Medeiros - Secretária

ATA DA 1728ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e dez, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1728ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, José Buzzi, Cecília Biesdorf Thiesen, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Ausente, justificadamente, o Dr. Anselmo Inácio Klein. Aprovada a ata da sessão anterior. Ao iniciar os trabalhos o Senhor Presidente deu conhecimento da Comunicação do Supremo Tribunal Federal da ADI nº 2730, que julgou parcialmente procedente o pedido declarando a inconstitucionalidade os artigos 2º, 3º e seus parágrafos 7º, 8º, 9º, parágrafo único e seus incisos da Lei nº 12.385 de 16/08/2002. 1) Processos em Regime de Vista: Processo nº 0643/10, de Maria Helena Saris e Processo nº 0650/10, de Rossana Maria Borges Espezin, relator Dr. Sérgio Augusto Machado; Processo nº 0652/10, de Elias Amaral dos Santos, relatora Dra. Cecília Biesdorf Thiesen; Processo nº 0665/10, de Cláudio Henrique Schon e Processo nº 0667/10, de Alexandre José Back, relator Dr. José Carlos da Silveira, pareceres aprovados por unanimidade. 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0780/10, de Elzamar Alves Dantes; Processo nº 0781/10, de Arnaldo Santana Filho; Processo nº 0784/10, de Lairton Tenconi; Processo nº 0723/10, de Carlos Renato dos Santos e Consulta - encaminhada pelo Diretor Geral da ALESC em 06/05/2010, Interessada: José Eduardo da Luz Fontes - Procurador-Geral de Justiça e.e. "Representação/Protocolo nº 063/2010/GAP/MPSC de Fpolis - informação acerca dos terceirizados que ocupam cargo de Jornalista na ALESC". 3) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, retirado de pauta pelo relator o Processo nº 0778/10, de Adenor Piovesan. Continuando, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0785/10, de Lídia Sabatke; Processo nº 0786/10, de Paulo Gonçalo Ronconi; Processo nº 0603/10, de Silvia Regina Silveira da Rosa; Processo nº 0747/10, de Newton Ladislau Zomkowski; Consulta - Ofício CL nº 0272/2010 de 07/05/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo de Inexigibilidade e do contrato com a Empresa Saúde Com Ltda. (para o médico Dr. Jairo Bouer apresente a Palestra com o tema: Jovem X Risco)", e retirado de pauta com pedido de vista ao Dr. José Buzzi a Comunicação Interna nº 004/2010 - 03/03/2010, Interessado: Diretor Geral "Descarte de material da Coordenadoria de Documentação". 4) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0801/10, de Júlio Barbosa Matiauda; Processo nº 0802/10, de Sandra Regina Guimarães; Processo nº 0803/10, de Johni Lucas da Silva; Processo nº 0669/10, de Lisandrea Cristina da Costa; Consulta - Ofício CL nº 0256/2010 de 04/05/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Edital para exame e aprovação - reforma do Gabinete da 3ª Secretária da ALESC", e referendado pelo Colegiado o parecer do relator, adotado pelo Procurador-Geral, à Consulta - Ofício nº 091/2010 - DF de 11/05/2010, Interessada: Coordenadoria de Execução Orçamentária "Legalidade de processo de compra de material - 500 sacolas de algodão para distribuição gratuita no III Fórum de Energias Renováveis em Chapecó". 5) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0793/10, de Evandro Gonçalves Pereira; Consulta - Ofício CL nº 0108/2010 de 16/03/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Justificativa sobre a aquisição da bateria para a sonorização da ALESC" e Consulta - Ofício CL nº 0255/2010 de 04/05/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2005-00, firmado com a Empresa PRIMER Produções e Locação Ltda.". 6) Relatoria da Dra. Cecília

Biesdorf Thiesen, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0783/10, de Julio Cesar Martins; Processo nº 0789/10, de Sula Eliana Boiko; Processo nº 0792/10, de Sara Loni Leepkalm Medeiros; Processo nº 0677/10, de Elizabeth Sarmento; Consulta - Ofício CL nº 0274/2010 de 07/05/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo de Inexigibilidade - XXII Festa Nacional do Pinhão (aquisição de cota de participação e de espaço físico)" e a Comunicação Interna nº 002/2010 - 26/03/2010, Interessado: Presidente da Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional "Minuta do Ato da Mesa referente ao Estágio Probatório". 7) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0788/10, de Jaqueline Silveira dos Santos Souza; Processo nº 0790/10, de Ussiel Cundinho Fernandes Dias; Processo nº 0791/10, de Volsiu Waltrick; Processo nº 0624/10, de Deluana Buss; Processo nº 0455/10, de Luiz Leônidas Lopes, e retirado de pauta com pedido de vista ao Dr. Sérgio Augusto Machado o Processo nº 0688/10, de Brian Venceslau Michalski. 8) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0779/10, de Armando Correa de Melo Júnior; Processo nº 0782/10, de Eva de Oliveira; Processo nº 0787/10, de Paulo Ricardo Borgo Sardi; e a Consulta - Ofício CL nº 0273/2010 de 07/05/2010, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo ao Contrato nº 009/2010, celebrado entre a empresa INDOBEL e a ALESC (assinatura de revistas para o Deputado Genésio Goulart)". 9) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0805/10, de Jacy Simão; Processo nº 0804/10, de Regina Ester Vill da Silva. Incluído extra pauta - Processo nº 0742/2010, de Adriano Luiz de Campos, parecer aprovado por unanimidade. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia dezoito (18) de maio. Eu, Sandra Maria Raimundo Medeiros, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 12 de maio de 2010.

*** X X X ***

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

As quatorze horas do dia quatorze de maio do ano de dois mil e dez, reuniram-se na sala de imprensa, a Comissão acima epigrafada, sob a Presidência do Senhor Deputado Rogério Mendonça (Peninha) e o Deputado Dirceu Dresch. Aberto os trabalhos, o Presidente Deputado Rogério Mendonça, fez abertura da reunião, e, em seguida encerrou por falta de quorum. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente considerou encerrada a reunião, da qual eu, Sônia Maria da Silveira, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente. Florianópolis, quatorze de maio de dois mil e dez.

Deputado Rogério Mendonça (Peninha)

Presidente

*** X X X ***

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

As onze horas do dia onze de maio do ano de dois mil e dez, sob a Presidência do Deputado Manoel Mota, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Segunda Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 4ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Deputados Manoel Mota, Dirceu Dresch, Antônio Ceron, Deputado Edison Andriano - representando o Deputado Elizeu Mattos. Na sequência o Senhor Presidente colocou em discussão a ata da reunião anterior que foi aprovada por unanimidade. Discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 0001.2/2010, com emenda modificativa; 0007.8/2010, 0032.9/2010, com emenda modificativa; 0034.0/2010, 0037.3/2010, 0049.7/2010, com emenda modificativa; 0052.2/2010, 0121.9/2010, 0122.0/2010;

0127.4/2010, 0308.7/2009, com emenda modificativa; 0381.5/2009. Todos aprovados por unanimidade, e os ofícios nºs 0002.0/2010, 0007.4/2010, com pedido de diligência, 0016.5/2010, 0026.7/2010, com pedido de diligência, 0033.6/2010, com pedido de diligência, 0034.7/2010, com pedido de diligência, 0036.9/2010, com pedido de diligência, 0038.0/2010, com pedido de diligência, 0043.8/2010, com pedido de diligência, 0067.5/2010, 0068.6/2010, 0069.7/2010, 0074.4/2010, com pedido de diligência, 075.5/2010, com pedido de diligência, 0081.3/2010, com pedido de diligência, 0085.7/2010, com pedido de diligência, 0294.3/2009, com pedido de diligência, todos igualmente aprovados por unanimidade. Ainda pela ordem foi aprovado o Requerimento do Deputado Edison Andrino, solicitando audiência pública no sentido de discutir a "Destinação da Área de Propriedade da União, Localizada na Baía Sul da Ilha de Santa Catarina, Município de Florianópolis". A referida audiência foi agendada para o dia dezoito de maio próximo, às nove horas, no Plenarinho, e foi aprovada por unanimidade. Ainda, foi lido pelo Senhor Presidente o Ofício CML/GAB/071/10, datado de 28 de abril de 2010, da Câmara Municipal de Laguna, encaminhando a Moção nº 008/10, pedindo o cumprimento imediato da Lei Federal nº 12.191/2010, de 13 de janeiro de 2010 - que concede anistia aos policiais e bombeiros militares punidos por participarem de movimentos reivindicatórios. Deu ciência do expediente do Senhor Nelson Procópio dos Santos, servidor inativo do Estado, o qual está enfatizando que a política salarial do Governo Estadual está marginalizando certa categoria de servidores inativos. Leu o Ofício nº 028/10 - SPPE/TEM -, encaminhado pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, comunicando que o Ministério do Trabalho e Emprego firmou o Plano de Implementação com o Governo do Estado de Santa Catarina, para promover a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para jovens. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Manoel Mota
Presidente
*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 088/2010

REFERENTE: Contrato Cl n.º 030/2010, celebrado em 14/05/2010.
CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Tecnoport Tecnologia em Portas e Portões Automáticos Ltda
OBJETO: Aquisição e instalação completa de 01 (uma) porta automática completa e seis operadores "millenium light" para recuperação das portas existentes na ALESC.
VALOR GLOBAL: R\$ 71.250,00; sendo R\$5.000,00 para mão de obra e R\$ 66.250,00 para os materiais.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93, e suas alterações; Processo Licitatório modalidade Pregão CL nº 013/2010; Autorização para Processo Licitatório n.º 006/2010-LIC, partes integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.
Florianópolis, 14 de maio de 2010.
Deputado Gelson Merísio - ALESC.
Leonardo Cardozo de Souza- Sócio da Tecnoport Ltda.

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 756, de 17 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **EDSON DA SILVA JUNIOR**, matrícula nº 5034, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2010 (Gab Dep Genésio Goulart).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 757, de 17 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EDSON DA SILVA JUNIOR, matrícula nº 5034, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-21, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2010 (Gab Dep Genésio Goulart).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 758, de 17 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **SIBELE CORREA SANTOS**, matrícula nº 4804, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2010 (Gab Dep Genésio Goulart).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 759, de 17 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR SIBELE CORREA SANTOS, matrícula nº 4804, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2010 (Gab Dep Genésio Goulart).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 760, de 17 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 018/2010.

Matr	Nome do Servidor	Função
1332	Helio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
2169	Sinara V. Dal Grande	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Vianna	
2543	Juçara Helena Rebelatto	
0947	Valter Euclides Damasco	

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 761, de 17 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **ANELIA MARIA MARTINS**, matrícula nº 6244, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-05, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 14 de maio de 2010 (Gab Dep Valdir Cobalchini).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 762, de 17 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ANELIA MARIA MARTINS, matrícula nº 6244, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 14 de maio de 2010 (Gab Dep Valdir Cobalchini).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 763, de 17 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **EVANDRO ZANELLA**, matrícula nº 6354, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 17 de maio de 2010 (Gab Dep Antônio Ceron).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 764, de 17 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR EVANDRO ZANELLA, matrícula nº 6354, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 17 de maio de 2010 (Gab Dep Antônio Ceron).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 765, de 17 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **BENTINHA AMORIM**, matrícula nº 6029, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 17 de maio de 2010 (Gab Dep Antônio Ceron).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 766, de 17 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR BENTINHA AMORIM, matrícula nº 6029, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 17 de maio de 2010 (Gab Dep Antônio Ceron).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 767, de 17 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **LUANA CLEMENS NASCIMENTO**, matrícula nº 6030, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 17 de maio de 2010 (Gab Dep Antônio Ceron).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 768, de 17 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LUANA CLEMENS NASCIMENTO, matrícula nº 6030, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 17 de maio de 2010 (Gab Dep Antônio Ceron).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 769, de 17 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MARIA JOSÉ BERNARDES DE ANDRADE**, matrícula nº 6125, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 17 de maio de 2010 (Gab Dep Antônio Ceron).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 770, de 17 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIA JOSÉ BERNARDES DE ANDRADE, matrícula nº 6125, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-29, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 17 de maio de 2010 (Gab Dep Antônio Ceron).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 771, de 17 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Portaria nº 755, de 12 de maio de 2010, que nomeou LUCIO CLAUDIO WILLEMANN ROGERIO, matrícula nº 4934.

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 772, de 17 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **LUIZ OTAVIO CABRAL**, matrícula nº 4867, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-19, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 18 de maio de 2010 (Liderança do PT).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 773, de 17 de maio de 2010
O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ERONDINA MUNHOZ MADEIRA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-12, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Kennedy Nunes).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 774, de 17 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde do servidor abaixo relacionado:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0668	Luiz Eduardo Caminha	180	29/03/10	883/2010

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 775, de 17 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 884/2010,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família a servidora **LUCIANE DALLA BARBA CADOR ZAGUINI**, matrícula nº 1387, por 05 (cinco) dias, a contar de 03 de maio de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 776, de 17 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
4130	Marcelo Sato Rosa	10	10/05/10	882/2010
1416	Rosani Graça Bento	10	10/05/10	885/2010

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 777, de 17 de maio de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO as Portarias nºs 756 e 757, de 17 de maio de 2010, que exonerou e nomeou **EDSON DA SILVA JUNIOR**, matrícula nº 5034.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 024/10

Dá nova redação à Lei Complementar nº 157, de 09 de setembro de 1997, do e adota outras providências.

CAPÍTULO I

Dos locais e datas em que se efetivarão as Audiências

Art. 1º Para os efeitos do disposto pelos parágrafos 5º, 6º e 7º do artigo 120 da Constituição Estadual, serão adotadas como Macroregiões de realização das Audiências Públicas do Orçamento Estadual Regionalizado, as constantes do Anexo Único desta Lei Complementar.

§ 1º Audiências Públicas Regionais deverão estar concluídas, obrigatoriamente, até o último dia do mês de junho, ou até o início do primeiro recesso parlamentar da Sessão Legislativa, em locais e datas previamente estabelecidos e constantes de cronograma aprovado e publicado anualmente pela Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado da Assembleia Legislativa.

§ 2º As Audiências serão realizadas em dias e horário não coincidentes com os das Sessões Plenárias Ordinárias da Assembleia Legislativa.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos das Audiências Públicas Regionais

Art. 2º As Audiências Públicas Regionais tem por objetivo elencar as prioridades de investimentos regionais apontadas pela Sociedade Civil e o Poder Público, discuti-las e sistematizá-las visando sua inclusão nos Projetos de Lei:

- I - do Plano Plurianual;
- II - da Lei de Diretrizes Orçamentárias; e
- III - da Lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO III

Da Organização e Composição Administrativa

Art. 3º As Audiências Públicas Regionais de que trata o art. 2º desta Lei Complementar, serão promovidas pelo Poder Legislativo Estadual, com a participação de representantes dos Poderes Executivos, Judiciário e Tribunal de Contas do Estado, e Poderes Executivo e Legislativo municipais.

§ 1º Na eventualidade de não poder se efetivar a Audiência já programada, a presença dos Deputados será computada para os efeitos regimentais.

Art. 4º A Mesa Diretora dos Trabalhos da Assembleia Legislativa determinará a ampla divulgação sobre a realização das Audiências Públicas Regionais através dos meios de comunicação epistolar e imprensa escrita, falada e televisiva, com antecedência mínima de quinze dias do evento.

§ 1º Os convites para participação da Audiência Pública Regional, serão expedidos pela Comissão Coordenadora, endereçados às autoridades, órgãos públicos, partidos políticos, entidades de caráter sindical ou comunitário, empresas, dentre outros elencados, que se integram à região do evento.

§ 2º Independentemente dos convites referidos no § 1º deste artigo, as Audiências Públicas Regionais serão abertas à participação da comunidade em geral.

Art. 5º Compete a cada Líder Partidário indicar o representante de seu Partido Político, na condição de Deputado membro da Assembleia Legislativa, para compor a Comissão Coordenadora que dirigirá os trabalhos das Audiências Públicas Regionais.

§ 1º Ao Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa, membro nato da Comissão Coordenadora, compete presidir os trabalhos.

§ 2º A indicação, a que alude o caput deste artigo, preferencialmente, deverá contemplar Deputado membro da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa.

CAPÍTULO IV

Das Audiências Públicas Municipais

Art. 6º As Audiências Públicas Municipais serão promovidas anualmente, nos meses de abril e maio, pelos Poderes Legislativos municipais, com a participação dos Poderes Executivos, coordenadas pelos Conselheiros eleitos nas Audiências Públicas Regionais, assessoradas pela Coordenadoria do Orçamento Estadual da Assembleia Legislativa.

Parágrafo único. Participam das Audiências Públicas Municipais os Poderes Executivo e Legislativo, a sociedade civil,

representantes de grupos sociais organizados, sindicatos, associações, entidades governamentais e não governamentais e convidados pelos órgãos promotores.

Art. 7º O resultado das Audiências Públicas Municipais será expresso por:

I - ata da Audiência assinada pelos órgãos promotores e demais presentes;

II - eleição de um titular e respectivo suplente de cada município para apresentar as prioridades que serão submetidas ao debate em grupos de trabalho quando da realização das Audiências Públicas Regionais.

Art. 8º As prioridades elencadas nas Audiências Públicas Municipais deverão ser encaminhadas à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - Coordenadoria do Orçamento Estadual, acompanhadas das atas, da relação dos representantes eleitos com os seus respectivos endereços e telefones, além da lista dos presentes na Audiência.

CAPÍTULO V

Das Audiências Públicas Regionais

Art. 9º Participam das Audiências Públicas Regionais:

I - os Poderes Executivos e Legislativos Estaduais e Municipais;

II - os representantes de municípios eleitos nas Audiências Públicas Municipais;

III a sociedade civil organizada e a população em geral.

Art. 10. Compete aos membros da Comissão Coordenadora integrar a Mesa dos Trabalhos relativos às Audiências Públicas Regionais, a qual será presidida pelo Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa ou seu substituto imediato nas suas ausências e impedimentos.

Art. 11. As Audiências Públicas Regionais terão seguintes fases:

I - composição da Mesa das autoridades;

II - leitura da nominata das autoridades e dos representantes municipais presentes;

III - exposição, pela Coordenadoria do Orçamento Estadual, dos objetivos e da metodologia da reunião;

IV - manifestação das autoridades que compõem a mesa por deliberação do Presidente dos trabalhos;

V - reunião dos grupos de trabalho para elencarem as prioridades de investimentos;

VI - eleição de um representante titular e um suplente, para o Conselho Estadual do Orçamento Regionalizado;

VII - leitura das prioridades elencadas e dos conselheiros eleitos, por um representante do grupo de trabalho.

Art. 12. As decisões aprovadas somente serão revistas mediante requerimento assinado pela maioria dos representantes regionais eleitos, sendo esse requerimento protocolado junto à Comissão Coordenadora nomeada no artigo 5º desta Lei Complementar.

CAPÍTULO VI

Da Coordenadoria do Orçamento Estadual

Art. 13. Compete a Coordenadoria do Orçamento Estadual:

I - elaborar o relatório final das prioridades elencadas nas Audiências Públicas Regionais que a Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado encaminhará a Secretaria de Estado do Planejamento, para inclusão nas propostas do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;

II - assessorar a Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado, que consignará à mesma o apoio e a estrutura necessária para o racional desempenho das atividades programadas.

CAPÍTULO VII

Do Conselho Estadual do Orçamento Regionalizado

Art. 14. Fazem parte do Conselho Estadual do Orçamento Regionalizado:

I - os representantes previstos no inciso VI, do artigo 11;

II - os membros da Comissão Coordenadora.

CAPÍTULO VIII

Das Disposições Finais

Art. 15. Compostas as Propostas Orçamentárias do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária

Anual, pelo Chefe do Poder Executivo, constatando-se a exclusão de propostas apresentadas e aprovadas nas Audiências Públicas Regionais, estas serão objeto de emendas junto à Assembleia Legislativa do Estado, cuja rejeição só se dará em destaque, no Plenário, pela maioria absoluta.

Art. 16. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões,

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

Deputado Darci de Matos

Deputada Profª. Odete de Jesus

Deputado Lício Mauro da Silveira

Deputado Gilmar Knaesel

Deputado Manoel Mota

Deputado Renato Hinnig

Deputado Sílvio Dreveck

Deputado Pedro Uczai

Lido no Expediente

Sessão de 11/05/10

JUSTIFICATIVA

São passados doze (12) anos desde a criação do Orçamento Estadual Regionalizado, pela Lei Complementar nº 157, de 09 de setembro de 1997.

A criação do Orçamento Estadual Regionalizado, com o consenso unânime dos Parlamentares Estaduais da 3ª Sessão Legislativa da 13ª Legislatura, representou um avanço importante dentre as conquistas democráticas consolidadas na Constituição estadual de 1989, conquista esta que colocou o Estado de Santa Catarina como modelo de democratização orçamentária no País.

Desde então, o Orçamento Estadual Regionalizado vem sendo realizado anualmente por meio de Audiências Públicas (no mês de junho), envolvendo todos os municípios e regiões do Estado, promovidas pela Assembleia Legislativa, através da Comissão de Finanças e Tributação, compondo a Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado, com o objetivo de colher as propostas de investimentos prioritárias de cada região.

Inicialmente as Audiências eram realizadas em (09) nove regiões, atualmente são agrupadas em média 03 (três) Secretarias Regionais para cada Audiência, onde são discutidas as propostas a serem acatadas, que após aprovadas são transformadas em emendas às peças orçamentárias do Estado (PPA, LDO e LOA), quando do processo legislativo.

Neste período, o Estado atingiu novos patamares de desenvolvimento econômico e social destacando-se a descentralização administrativa do Governo, concretizada através da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, quando, entre outras ações, foram criadas as Secretarias de Desenvolvimento Regional.

Como consequência destas mudanças, a Lei que regulamenta o Orçamento Estadual Regionalizado se encontra defasada e para assegurar a continuidade da legítima participação da sociedade catarinense nas decisões de investimento da administração pública estadual, torna-se necessário a adequação do texto legal aos tempos atuais, adequando-o ao novo status da administração pública estadual e assim manter o seu nobre papel social.

Conforme acima exposto, acreditamos justificados os termos ora apresentados neste Projeto de Lei que trata do Orçamento Estadual Regionalizado, os quais vêm assegurar a continuidade da participação popular, assim como da efetiva participação do Poder Legislativo nesta notável conquista democrática para o processo de planejamento orçamentário do Estado.

Sala das Comissões,

Deputado Marcos Vieira

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

Deputado Darci de Matos

Deputada Profª. Odete de Jesus

Deputado Lício Mauro da Silveira

Deputado Gilmar Knaesel

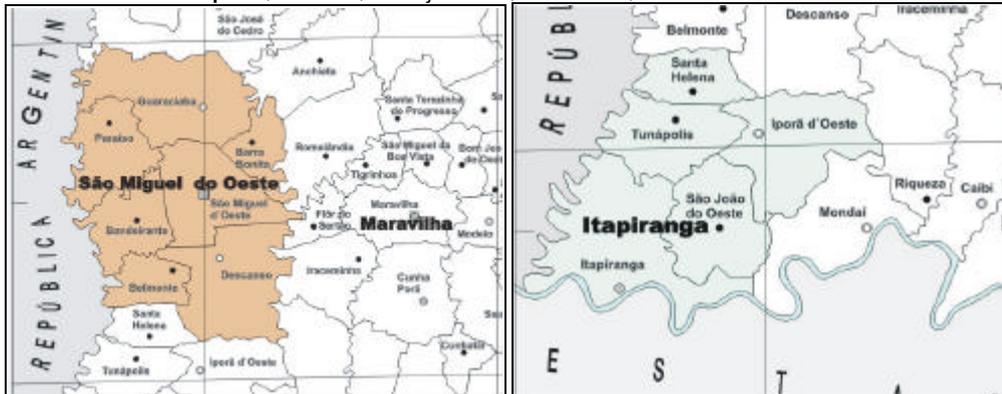
Deputado Manoel Mota

Deputado Renato Hinnig

Deputado Sílvio Dreveck

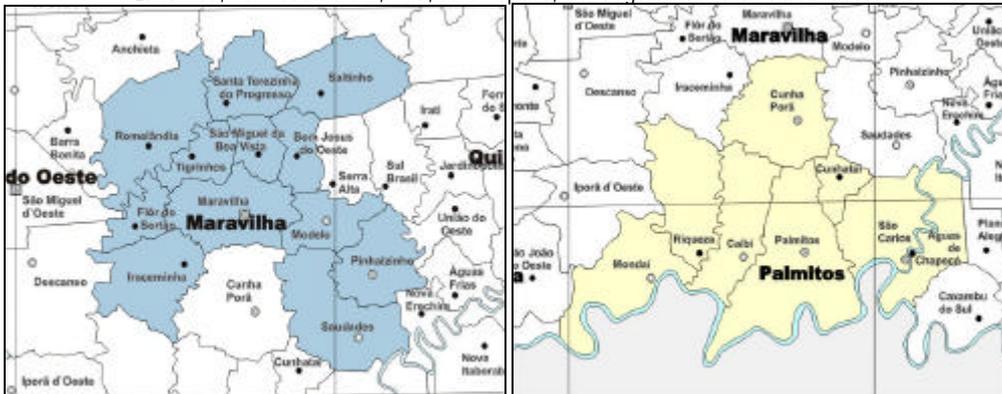
Deputado Pedro Uczai

ANEXO ÚNICO
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS - MACROREGIÕES SEDE
I - SÃO MIGUEL DO OESTE, ITAPÍRANGA E DIONÍSIO CERQUEIRA
São Miguel do Oeste, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Guaraciaba e Paraiso
Itapiranga, Iporã do Oeste, Santa Helena, São João do Oeste e Tunápolis
Dionísio Cerqueira, Anchieta, Guarujá do Sul, Palma Sola, Princesa e São José do Cedro.



II - MARAVILHA, PALMITOS E QUILOMBO

Maravilha, Saudades, Bom Jesus do Oeste, Flor do Sertão, Iraceminha, Modelo, Pinhalzinho, Romelândia, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso, São Miguel da Boa Vista, e Tigrinhos
Palmitos, Águas de Chapecó, Caibi, Cunha Porã, Cunhataí, Mondai, Riqueza e São Carlos
Quilombo, Formosa do Sul, Irati, Jardinópolis, Santiago do Sul e União do Oeste.



III - CHAPECÓ, XANXERÊ E SEARA

Chapecó, Águas Frias, Caxambu do Sul, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Guatambu, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Planalto Alegre, Serra Alta e Sul Brasil

Xanxerê, Abelardo Luz, Bom Jesus, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ipuçu, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, São Domingos, Vargeão e Xaxim

Seara, Seara, Arabutã, Arvoredo, Ipumirim, Itá, Lindóia do Sul, Paial e Xavantina.

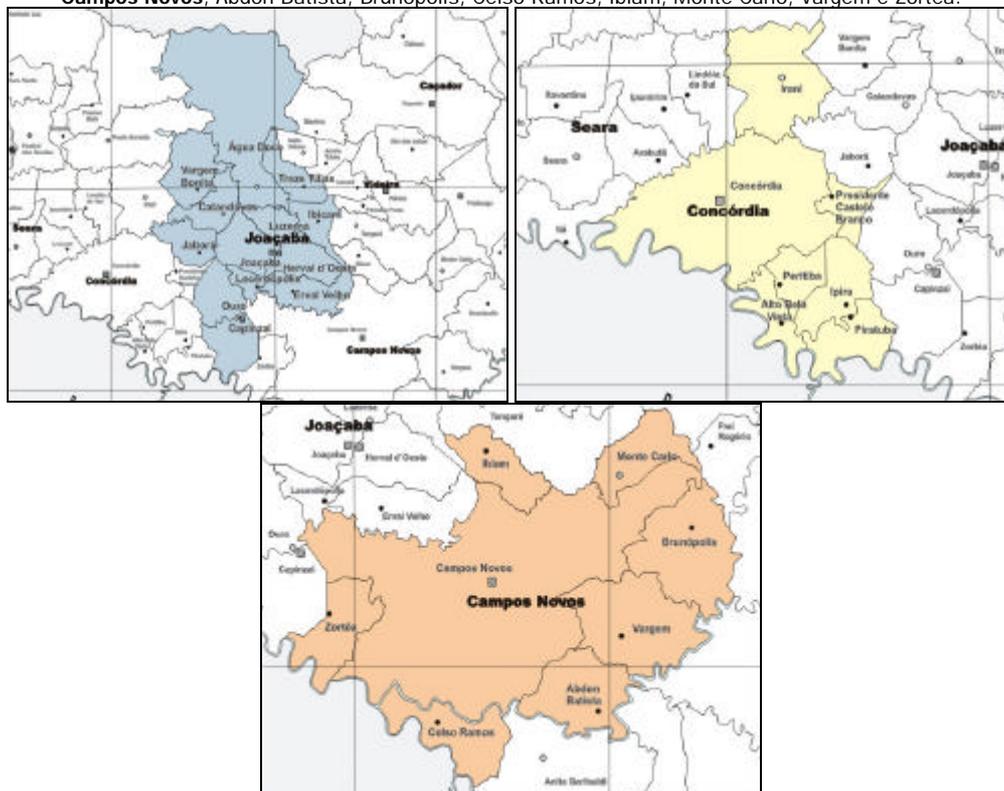


IV – JOAÇABA, CONCÓRDIA E CAMPOS NOVOS

Joaçaba, Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval d'Oeste, Ibicaré, Jaborá, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Treze Tilias e Vargem Bonita

Concórdia, Alto Bela Vista, Ipira, Irani, Peritiba, Piratuba e Presidente Castelo Branco

Campos Novos, Abdon Batista, Brunópolis, Celso Ramos, Ibiã, Monte Carlo, Vargem e Zortéa.

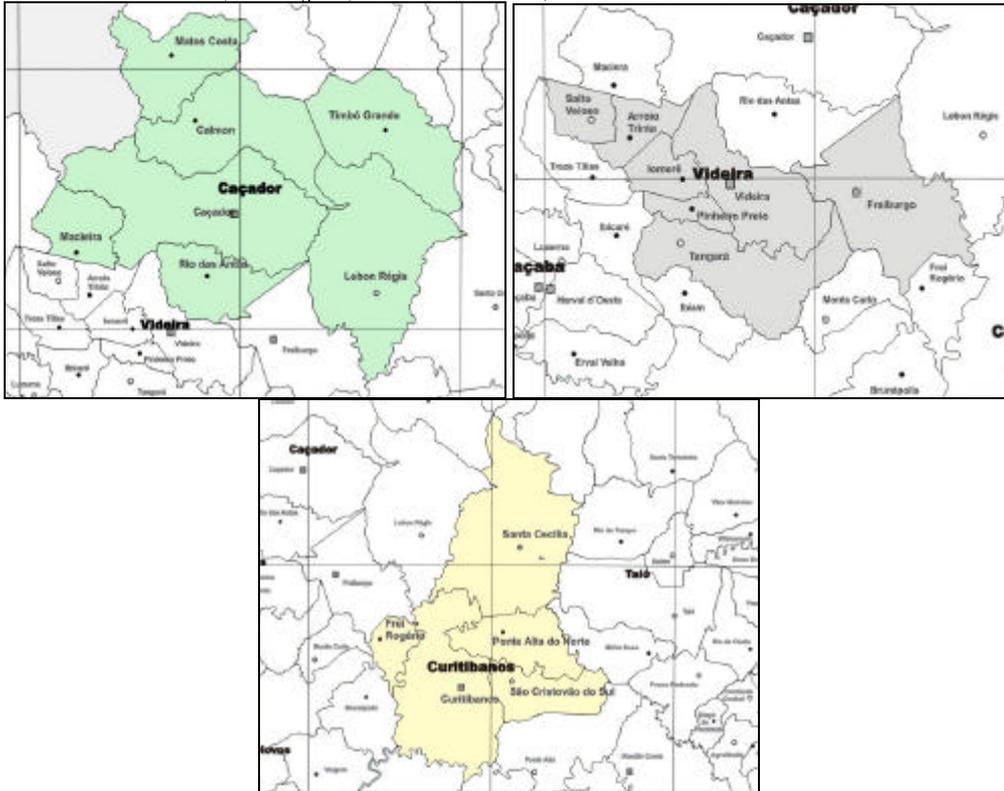


V - CAÇADOR, VIDEIRA E CURITIBANOS

Caçador, Calmon, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Rio das Antas e Timbó Grande

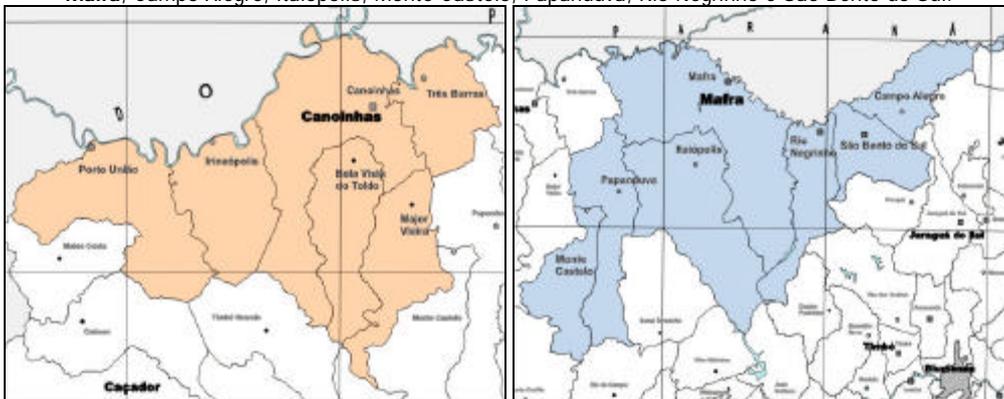
Videira, Arroio Trinta, Fraiburgo, Iomerê, Pinheiro Preto, Salto Veloso e Tangará

Curitibanos, Frei Rogério, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília e São Cristóvão do Sul.

**VI - CANOINHAS E MAFRA**

Canoinhas, Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Major Vieira, Porto União e Três Barras

Mafra, Campo Alegre, Itaiópolis, Monte Castelo, Papanduva, Rio Negrinho e São Bento do Sul.



*** X X X ***

VII - JOINVILLE E JARAGUÁ DO SUL

Joinville, Araquari, Barra Velha, Balneário Barra do Sul, Garuva, Itapoá, São Francisco do Sul e São João do Itaperiú

Jaraguá do Sul, Corupá, Guarani, Massaranduba e Schroeder.



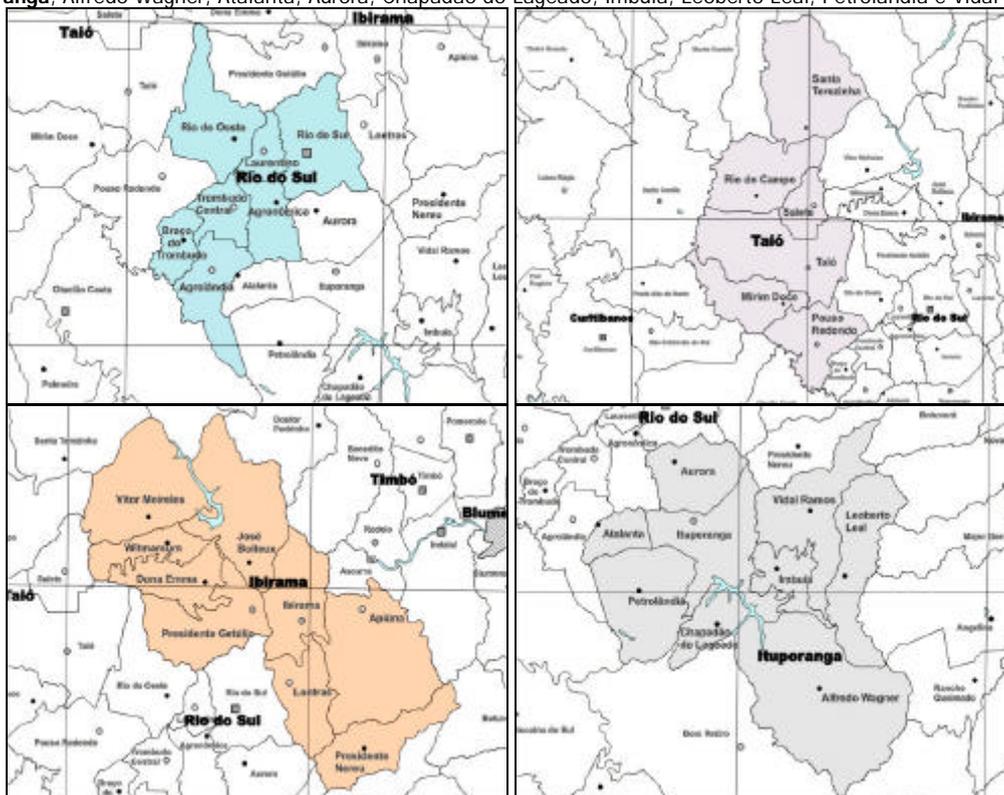
VIII – RIO DO SUL, TAIÓ, IBIRAMA E ITUPORANGA

Rio do Sul, Agrolândia, Agronômica, Braço do Trombudo, Laurentino, Rio do Oeste e Trombudo Central

Taió, Mirim Doce, Pouso Redondo, Rio do Campo, Salete e Santa Terezinha

Ibirama, Apiúna, Dona Emma, José Boiteux, Lontras, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Presidente Nereu, Vitor Meirelles e Witmarsum

Ituporanga, Alfredo Wagner, Atalanta, Aurora, Chapadão do Lageado, Imbuia, Leoberto Leal, Petrolândia e Vidal Ramos.

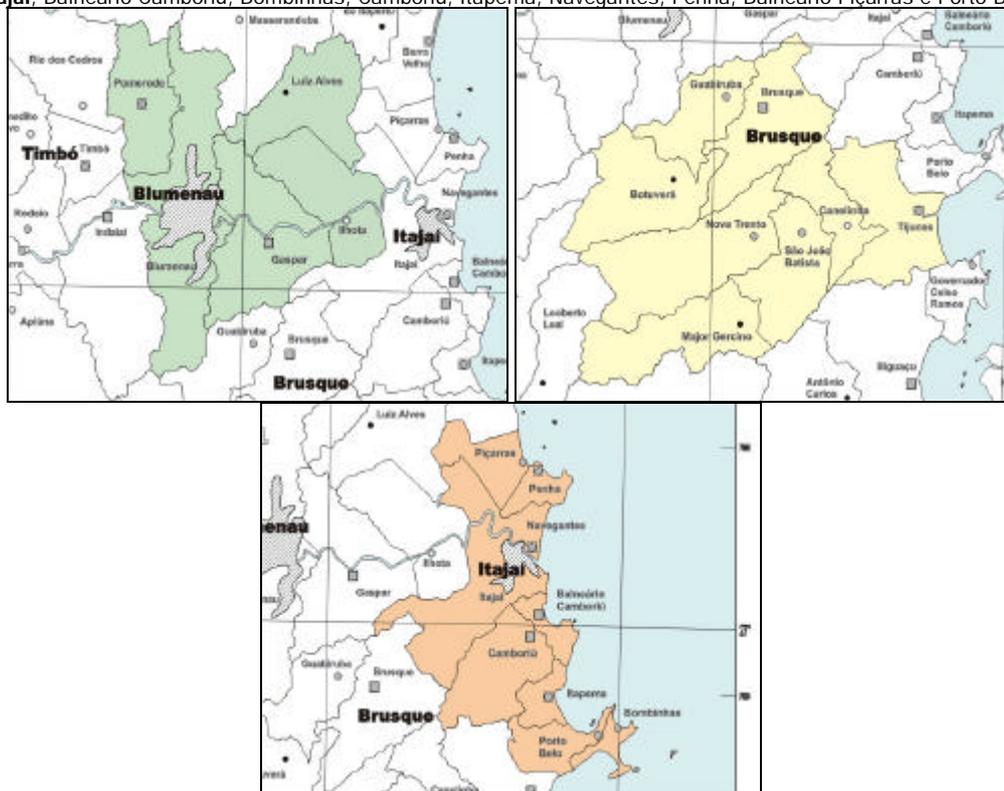


IX – BLUMENAU, BRUSQUE E ITAJAÍ

Blumenau, Gaspar, Pomerode, Luiz Alves e Ilhota

Brusque, Botuverá, Canelinha, Guabiruba, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista e Tijucas

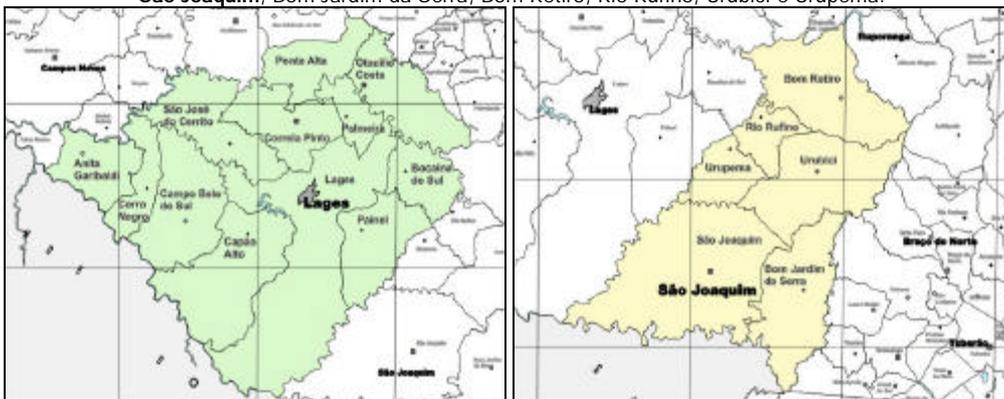
Itajaí, Balneário Camboriú, Bombinhas, Camboriú, Itapema, Navegantes, Penha, Balneário Picarras e Porto Belo.



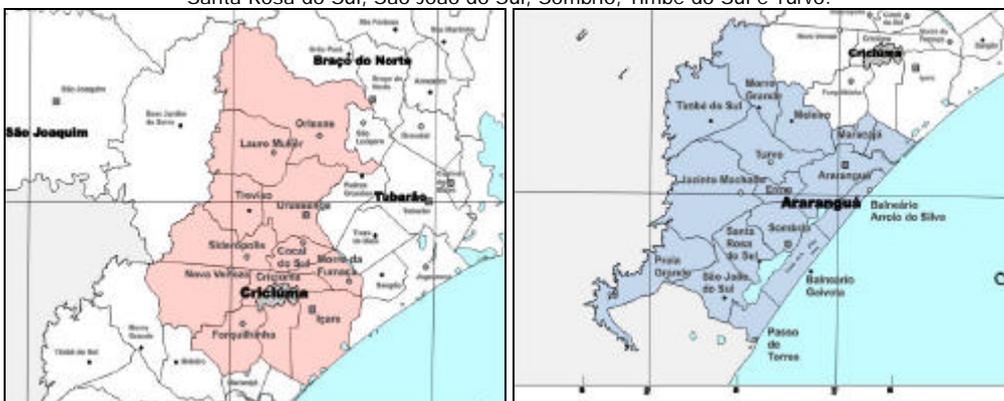
X – LAGES E SÃO JOAQUIM

Lages, Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Otacílio Costa, Pánel, Palmeira, Ponte Alta e São José do Cerrito

São Joaquim, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Rio Rufino, Urubici e Urupema.

**XI – CRICIÚMA E ARARANGUÁ**

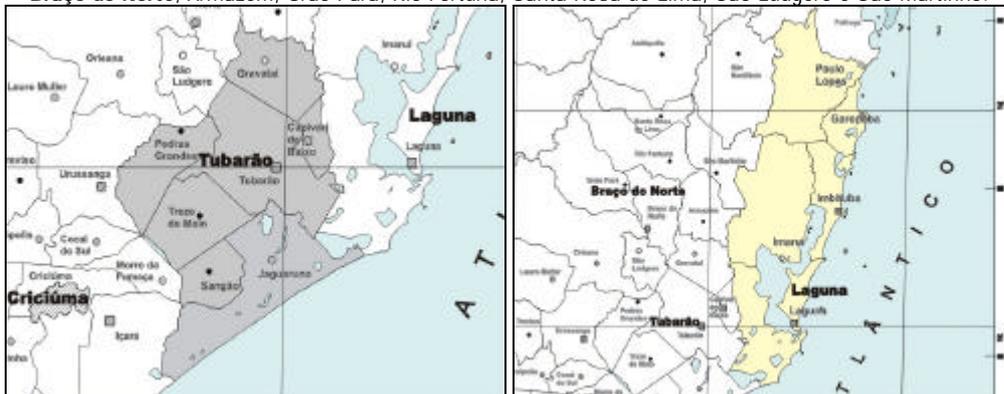
Criciúma, Cocal do Sul, Forquilha, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga
Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.

**XII – TUBARÃO, LAGUNA E BRAÇO DO NORTE**

Tubarão, Capivari de Baixo, Gravatal, Jaguaruna, Pedras Grandes, Sangão e Treze de Maio

Laguna, Garopaba, Imaruê, Imbituba e Paulo Lopes

Braço do Norte, Armazém, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero e São Martinho.



XIII – GRANDE FLORIANÓPOLIS

Grande Florianópolis, Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São Pedro de Alcântara e São José.



*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 25/10
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Florianópolis, 11 de maio de 2010.

Ofício n. 83585/PJ

Excelentíssimo Senhor

Deputado **GELSON MERÍSIO**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

NESTA

Assunto: Remessa de Projeto de Lei Complementar.

Senhor Presidente:

Cumprimentando-o cordialmente, venho, no exercício das atribuições institucionais que são acometidas ao Procurador-Geral de Justiça, remeter a essa augusta Assembleia Legislativa, com a Exposição de Motivos anexa, projeto de lei que inclui dispositivo e altera a Lei Complementar n. 223, de 2002, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do pessoal do Ministério Público e reajusta os vencimentos do Quadro de Pessoal do Ministério Público.

Na certeza do pleno acolhimento por parte dessa Casa Legislativa, renovo-lhe as melhores expressões de apreço.

Atenciosamente,

GERCINO GERSON GOMES NETO
 Procurador-Geral de Justiça

Lido no Expediente

Sessão de 12/05/10

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 025/10

Inclui dispositivo e altera a Lei Complementar nº 223, de 2002, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do pessoal do Ministério Público, reajusta os vencimentos do Quadro de Pessoal do Ministério Público e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica acrescido o subitem 3.3 ao item 3 da alínea "d" do inciso IV do artigo 3º da Lei Complementar nº 223, de 10 de janeiro de 2002, nos seguintes termos:

"Art. 3.

IV -

d)

3.

3.3. a Gerência de Processos Jurídicos Digitais.

Art. 2º. Fica criado nos Anexos IV e XV da Lei Complementar nº 223, de 10 de janeiro de 2002, o cargo de Gerente de Processos Jurídicos Digitais, de provimento em comissão, nível CMP-5, coeficiente 10,29, com lotação na Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas.

Parágrafo único. As atribuições do cargo referido no *caput* são as definidas no Anexo I da presente Lei Complementar.

Art. 3º O provimento do cargo criado na forma do art. 2º dependerá da existência de suporte orçamentário e financeiro para atender aos respectivos custos de instalação e manutenção.

Art. 4º O cargo de Estatístico, criado pelo art. 1º, XI, da Lei Complementar n. 223, de 10 de janeiro de 2002, do Quadro de Pessoal do Ministério Público, passa a denominar-se Analista de Dados e Pesquisas, mantendo-se as mesmas atribuições constantes no Anexo XVII da mesma lei.

Art. 5º Ao valor do piso salarial do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Santa Catarina fica acrescido, a partir de 1º de junho de 2010, reajuste no índice de cinco pontos e quarenta e nove centésimos de ponto percentuais.

Parágrafo único. Igual índice de reajuste fica acrescido aos proventos de aposentadoria dos servidores inativos e às pensões devidas a dependentes de servidores falecidos.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta do orçamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN

Governador do Estado

ANEXO I

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO CARGO

Denominação do cargo: Gerente de Processos Jurídicos Digitais

Grupo ocupacional: Comissionado

Subordinação: Coordenador de Processos e Informações Jurídicas

Descrição sumária

Na execução das atividades da área, cabe ao responsável:

a. planejar o processo de estabelecimento de objetivos de desempenho e determinar que providências devem ser tomadas para cumprilos. Por meio do planejamento, serão identificados os resultados desejados para o trabalho e os meios para alcançá-los;

b. organizar o processo de atribuição de tarefas, destinar recursos e harmonizar as atividades coordenadas de indivíduos e grupos para implementar planos. Por meio da organização, convertem-se planos em ações, definindo funções, designando pessoal e dando apoio com tecnologia e outros recursos;

c. liderar o processo de incitação do entusiasmo das pessoas pelo trabalho e direcionar seus esforços para cumprir planos e alcançar objetivos. Por meio da liderança, criam-se compromissos, estimulam-se os esforços de trabalho que apoiem a consecução das metas e influenciam-se os demais para que apliquem o melhor de si em benefício da organização;

d. controlar o processo de medição do desempenho no trabalho, comparar resultados com objetivos e tomar providências corretivas quando necessário. Pelo controle, mantém-se contato ativo com as pessoas durante o seu trabalho, coletam-se informações e interpretam-se relatórios de desempenho, e essas informações são utilizadas para planejar ações e mudanças construtivas; e

e. delegar o processo de distribuição do trabalho a outras pessoas, observando que:

1. a atribuição de responsabilidade é a atividade de explicar que trabalho ou deveres alguém precisa cumprir em determinado prazo;

2. juntamente com a atribuição da tarefa, é garantido à outra pessoa o direito de tomar as providências necessárias (dirigir o trabalho de outros e usar recursos), ou seja, a autorização para agir da maneira necessária para levar a cabo a tarefa recebida; e

3. ao aceitar a atribuição, a pessoa se obriga, juntamente com a Coordenação, Gerência ou Chefia, a completar o trabalho conforme o acordado.

Descrição exemplificativa

1. Quanto aos sistemas de processos jurídicos digitais dedicados às atividades dos Órgãos de Administração Superior, Órgãos de Administração, Órgãos de Execução e Centros de Apoio Operacional:

a. acompanhar o desenvolvimento dos sistemas;

b. planejar e coordenar mudanças, atualizações e correções que se fizerem necessárias ao bom funcionamento dos sistemas;

c. testar e simular as funcionalidades das novas versões dos sistemas antes de liberá-las em ambiente de produção;

d. localizar erros e inconsistências em ambiente de produção encaminhando solicitação de correções à Coordenadoria de Tecnologia da Informação ou, quando for o caso, a empresa terceirizada;

e. realizar implantação dos sistemas e de novos módulos ou funcionalidades de sistemas;

f. analisar e acompanhar o desenvolvimento e implantação de integrações entre os sistemas de processos jurídicos digitais, desses sistemas com outros do Ministério Público e desses com sistemas de outras instituições;

g. atualizar versões dos sistemas em ambiente de produção mediante autorização da Coordenadoria de Tecnologia da Informação;

h. prestar suporte aos usuários no que tange especificamente ao uso desses sistemas ou às rotinas de trabalho que envolvem os sistemas, mantendo dados estatísticos sobre o suporte;

i. propor boas práticas operacionais e funcionais aos usuários;

j. gerenciar as solicitações de melhoria feitas pelos usuários, mantendo os solicitantes informados sobre o andamento de suas solicitações;

k. apoiar, com dados e informações técnicas, a Coordenadoria de Tecnologia da Informação na administração e gerenciamento da infraestrutura dos sistemas, especialmente dos servidores de aplicação e das bases de dados;

l. pesquisar novas soluções e propor novas funcionalidades para aperfeiçoamento dos sistemas;

m. preparar material para treinamento dos usuários, seja no modo presencial ou à distância;

n. realizar treinamentos presenciais e acompanhar treinamentos à distância dos usuários dos sistemas;

o. a partir dos dados estatísticos de suporte, preparar material e realizar atividades presenciais ou à distância para melhorar práticas e rotinas que mais demandam suporte em relação aos sistemas;

p. realizar, quando solicitado, estudos, análises, vistorias e auditorias sobre os dados e funcionalidades dos sistemas.

2. Analisar, avaliar e propor padronização de rotinas de trabalho relacionadas aos sistemas de processos jurídicos digitais para Órgãos da Administração Superior, Órgãos de Administração, Órgãos de Execução e Centros de Apoio Operacional, de forma a aperfeiçoar as atividades e aprimorar a comunicação entre os órgãos do Ministério Público.

MP/SC

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

I

O presente projeto de lei complementar (PLC) tem por objetivos:

(a) a criação da Gerência de Processos Jurídicos Digitais, subordinada à Coordenadoria de Processos e Informações Jurídicas, no âmbito do Ministério Público do Estado de Santa Catarina;

(b) a alteração do nome do cargo de Estatístico, do Quadro de Pessoal do Ministério Público, para Analista de Dados e pesquisas, mantidas as mesmas atribuições;

(c) o reajuste dos vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal do Ministério Público, outorgando-lhes percentual correspondente à desvalorização da moeda desde a última atualização estipendial, ocorrida na data-base de 1º de junho de 2009, no percentual de cinco pontos e quarenta e nove centésimos de ponto.

II

Quanto à criação da Gerência de Processos Jurídicos Digitais, a proposta surge no momento em que a implantação do Sistema de Informação e Gestão (SIG), trabalho iniciado em 2006, se aproxima do final, mostrando-se agora premente a formação de equipe estruturada, para continuar a manutenção de todo o sistema, sem prejuízo da implantação de novas funcionalidades.

Dada a abrangência e a complexidade do escopo desse sistema, seu desenvolvimento se prolongou por significativo tempo, sendo necessárias melhorias para torná-lo completamente aderente às atividades desenvolvidas pela instituição.

Salienta-se que as funcionalidades estão espalhadas em mais de uma dezena de módulos, distribuídos pelas fases de desenvolvimento, e cada módulo tem inúmeras características específicas e regras de negócio que dependem de especialização e pessoal dedicado ao seu gerenciamento.

Considerando essas necessidades de permanente melhoria e o fato de que o sistema envolve, além dos aspectos técnicos para sua administração e suporte, também mudanças culturais e de rotinas de trabalho, faz-se necessárias a criação de uma equipe especializada e capacitada para atender aos usuários e acompanhar o uso do sistema, garantindo seu melhor aproveitamento.

Caberá também a essa equipe o acompanhamento e suporte a outros sistemas de informação e gestão, além de análise e proposta de melhorias e padronização nas rotinas de trabalho, mesmo que desvinculadas, sempre visando a excelência nos serviços prestados pelo Ministério Público ao povo catarinense.

Daí o porque da imperativa criação de Gerência, com o respectivo cargo de Gerente de Processos Jurídicos Digitais, com as atribuições que lhe são conferidas no anexo do projeto.

III

Quanto à alteração da nomenclatura do cargo de Estatístico, leva-se em conta

(a) a descrição sumária de suas atribuições, que se delineiam para o desenvolvimento de atividades de nível superior, de grande complexidade, a envolverem planejamento, execução e avaliação de pesquisas, estudos, análises e processamento de dados, bem como de planos, projetos, programas e pesquisas;

(b) o fato de que os cargos do MPSC de nível superior são denominados Analistas;

(c) que a "analista" significa Pessoa que analisa ou é versada em análises;

(d) que a palavra "dados" significa conjunto de material (= informações) disponível para análise, assim como a representação de fatos,

conceitos e instruções, por meio de sinais de uma maneira formalizada, possível de ser transmitida ou processada pelo homem ou por máquinas;

(e) que a palavra "pesquisa" significa ação ou efeito de pesquisar; busca, indagação, inquirição, investigação.

Diante disso, optou-se pela terminologia "Analista de Dados e Pesquisas". "Analista" por se tratar de cargo de nível superior e que realizará análises, "Dados" por se tratar de processamento de dados e "Pesquisa" por se tratar de projetos, programas e pesquisas, de acordo com as atribuições do cargo, em substituição ao termo Estatístico, de conotação bem mais restrita do que a amplitude das atividades exercidas pelo titular do cargo.

IV

Por fim, também pretende-se reajustar os vencimentos do quadro de servidores do Ministério Público do estado de Santa Catarina, a partir de 1º de junho de 2010, em 5,49% (cinco pontos e quarenta e nove centésimos de ponto percentual). Visa-se, assim, manter o poder aquisitivo de sua remuneração, levando em conta o índice de inflação registrado desde a data de sua última revisão estipendial (1º/06/2009).

Da mesma forma, em cumprimento ao disposto no artigo 40, § 8º, da Constituição da República, o reajuste aqui proposto é estendido aos proventos de aposentadoria de servidores inativos, assim como às pensões devidas a dependentes de servidores falecidos.

Salienta-se que, em reunião ordinária realizada no dia 28 de abril do corrente ano, a matéria mereceu a devida análise do egrégio Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ), tendo recebido o apoio integral do colegiado.

V

Assim, por entendermos que o presente PLC dará ensejo a uma adaptação legal indutora de melhoria no rol dos serviços prestados pelo MPSC à sociedade, mercê da merecida valorização de seus servidores, é que se submete o mesmo à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa do Estado, rogando por sua aprovação.

Florianópolis, 10 de maio de 2010.

GERCINO GERSON GOMES NETO

Procurador-Geral de Justiça

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0026/10

Cria e extingue cargos e funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, fixa quantitativo de cargos de provimento em comissão privativos de servidor efetivo, e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes do Estado de Santa Catarina que a Assembleia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado e incluído no Anexo V da Lei Complementar n. 90, de 1º de julho de 1993, o cargo de Diretor-Geral Judiciário, coeficiente 12,0000.

§ 1º Fica definida a seguinte habilitação profissional para o cargo de que trata o *caput* deste artigo: "Portador de diploma de curso superior em Direito, ocupante de cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário."

§ 2º As atribuições do cargo criado por este artigo serão definidas por resolução do Tribunal de Justiça.

§ 3º Estende-se ao Diretor-Geral Judiciário a gratificação de representação prevista na Lei Complementar n. 90, de 1º de julho de 1993.

Art. 2º Ficam criados e incluídos no Anexo V da Lei Complementar n. 90, de 1º de julho de 1993:

I - os cargos mencionados no Anexo I desta Lei Complementar;

II - as categorias funcionais a que se refere o Anexo II desta Lei Complementar.

§ 1º As habilitações profissionais das categorias funcionais mencionadas no inciso II deste artigo estão definidas no Anexo III desta Lei Complementar.

§ 2º Fica assegurada aos ocupantes da função gratificada de Secretário de Câmara o direito de investidura no cargo de Secretário de Câmara criado por esta Lei Complementar.

§ 3º As atribuições das categorias funcionais inseridas no Anexo II desta Lei Complementar serão definidas em resolução do Tribunal de Justiça.

Art. 3º Ficam criadas e incluídas no Anexo VI da Lei Complementar n. 90, de 1º de julho de 1993, as funções gratificadas inseridas no Anexo IV desta Lei Complementar.

Art. 4º O quantitativo dos cargos de provimento em comissão do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário destinados a servidores efetivos dele integrantes observará, no mínimo, o percentual previsto no § 2º do art. 160 da Lei Complementar n. 381, de 7 de maio de 2007.

Art. 5º Ao servidor que, em decorrência da aplicação desta Lei Complementar, sofrer redução da remuneração mensal, fica assegurada a percepção da diferença, como vantagem pessoal nominalmente identificável, reajustada nos mesmos percentuais de aumento do pessoal do Poder Judiciário.

Parágrafo Único. Não se aplica o disposto no *caput* deste artigo aos casos em que a redução da remuneração decorrer:

I - do término do exercício de função gratificada;

II - da exoneração de cargo em comissão.

Art. 6º Nas ausências justificadas, faltas e impedimentos, os chefes de cartório e chefes de secretaria de foro poderão ser substituídos por servidor efetivo do Poder Judiciário.

Art. 7º O coeficiente salarial relativo ao cargo de Chefe de Gabinete da Presidência passa a corresponder a 12,0000.

Art. 8º Ficam extintos o cargo de Tesoureiro e a função gratificada de Secretário de Câmara, constantes respectivamente dos Anexos V e VI da Lei Complementar n. 90, de 1º de julho de 1993.

Art. 9º Ficam revogados o inciso IV do art. 110 da Lei n. 5.624, de 09 de novembro de 1979 e o art. 6º da Lei Complementar n. 406, de 25 de janeiro de 2008.

Art. 10. As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 11. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

ANEXO I

GRUPO OCUPACIONAL DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DASU

CARGO	NÍVEL	COEFICIENTE	QUANTIDADE
Diretor	10	11,0198	4
Chefe de Divisão	8	8,8608	24
Assessor Especial do Gabinete do Diretor-Geral Administrativo	9	9,5825	1
Assessor Especial do Gabinete da Presidência	9	9,5825	4
Assessor Especial do Gabinete da 1ª Vice Presidência	9	9,5825	1
Assessor Especial do Gabinete da 2ª Vice Presidência	9	9,5825	3
Assessor Especial do Gabinete da 3ª Vice Presidência	9	9,5825	5
Assessor Correicional	8	8,8608	14
Assessor de Planejamento	9	9,5825	5
Assessor Técnico	8	8,8608	29

ANEXO II

GRUPO OCUPACIONAL DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DASU

CARGO	NÍVEL	COEFICIENTE	QUANTIDADE
Chefe de Cartório	5	6,4127	330
Chefe de Secretaria de Foro	5	6,4127	114
Secretário de Câmara	4	4,7431	26
Coordenador da Auditoria Interna	10	11,0198	1
Coordenador de Planejamento	10	11,0198	1
Coordenador da Ouvidoria Judicial	9	9,5825	1
Secretário Executivo	10	11,0198	1
Assessor Especial do Fundo de Reaparelhamento da Justiça	9	9,5825	1
Assessor Especial do Sistema Financeiro da Conta Única	9	9,5825	1
Assessor Especial da Coordenadoria de Magistrados	10	11,0198	1
Chefe da Junta Médica Oficial	9	9,5825	1
Membro da Junta Médica Oficial	8	8,8608	2
Assessor de Cadastramento Processual	6	8,4532	17
Assessor de Custas	8	8,8608	3
Auditor Interno	9	9,5825	12
Ouvidor dos Servidores	9	9,5825	1
Assessor Especial do Gabinete do Diretor-Geral Judiciário	9	9,5825	3
Secretário da CEJA	8	8,8608	1

ANEXO III

GRUPO OCUPACIONAL DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DASU

CATEGORIA FUNCIONAL	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Chefe de Cartório	Portador de diploma de curso superior em Direito, ocupante de cargo efetivo do Poder Judiciário.

Chefe de Secretaria de Foro	Portador de diploma de curso superior, ocupante de cargo efetivo do Poder Judiciário.
Secretário de Câmara	Portador de diploma de curso superior em Direito, ocupante de cargo efetivo do Poder Judiciário.
Coordenador da Auditoria Interna	Portador de diploma de curso superior, ocupante de cargo efetivo do Poder Judiciário.
Coordenador de Planejamento	Portador de diploma de curso superior, ocupante de cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário.
Coordenador da Ouvidoria Judicial	Portador de diploma de curso superior, ocupante de cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário.
Secretário Executivo	Portador de diploma de curso superior, ocupante de cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário.
Assessor Especial do Fundo de Reaparelhamento da Justiça	Portador de diploma de curso superior, ocupante de cargo efetivo do Poder Judiciário.
Assessor Especial do Sistema Financeiro da Conta Única	Portador de diploma de curso superior, ocupante de cargo efetivo do Poder Judiciário.
Assessor Especial da Coordenadoria de Magistrados	Portador de diploma de curso superior, ocupante de cargo efetivo do Poder Judiciário.
Chefe da Junta Médica Oficial	Portador de diploma de curso superior em Medicina, ocupante de cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário.
Membro da Junta Médica Oficial	Portador de diploma de curso superior em Medicina, ocupante de cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário.
Assessor de Cadastramento Processual	Portador de diploma de curso superior em Direito, ocupante de cargo efetivo do Poder Judiciário.
Assessor de Custas	Portador de diploma de curso superior em Ciências Contábeis, ou Direito, ocupante de cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário.
Auditor Interno	Portador de diploma de curso superior, ocupante de cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário.
Ouvidor dos Servidores	Portador de diploma de curso superior, ocupante de cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário.
Assessor Especial do Gabinete do Diretor-Geral Judiciário	Portador de diploma de curso superior, ocupante de cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário.
Secretário da CEJA	Portador de diploma de curso superior em Serviço Social, ocupante de cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário.

ANEXO IV

GRUPO OCUPACIONAL FUNÇÕES GRATIFICADAS - FG

CARGO	NÍVEL	COEFICIENTE	QUANTIDADE
Chefe de Seção	3	1,00000	67
Secretário de Assuntos Específicos	2	0,78004	2
Secretário de Assuntos Específicos	1	0,60000	7
Assistente de Atividades Específicas	3	1,00000	3

Lido no Expediente
Sessão de 13/05/10

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei Complementar visa a implementar alterações no Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos do Pessoal do Poder Judiciário, em especial à criação de novas categorias funcionais necessárias ao bom funcionamento dos órgãos administrativos do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeiro Grau do Estado, que dão suporte à atividade jurisdicional.

Art. 1º

O art. 1º objetiva a criação do cargo de Diretor-Geral Judiciário, cujas funções vêm sendo exercidas mediante a concessão de gratificação.

Arts. 2º e 3º

Nos arts. 2º e 3º está prevista a criação de cargos e funções gratificadas, com a finalidade de substituir as funções que vêm sendo exercidas mediante gratificação.

Excetuados os cargos de Chefe de Cartório, Chefe de Secretaria de Foro e Secretário de Câmara, a criação dos demais cargos e funções de

que tratam os arts. 2º e 3º não importará em aumento de despesa, haja vista que o vencimento estabelecido para esses cargos e funções é pago aos servidores designados para o exercício de tais funções.

Pretende-se criar novas categorias funcionais, necessárias à melhoria da qualidade do trabalho e ao bom funcionamento de vários órgãos internos da Secretaria do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeiro Grau do Estado.

É importante destacar que as funções atinentes aos novos cargos já são exercidas normalmente, porém mediante o pagamento de gratificação, respaldada no art. 85, inc. VIII, da Lei n. 6.745, de 28 de dezembro de 1985. Em razão disso, a criação desses cargos não implicará em aumento de despesa.

Art. 4º

No art. 4º fica estabelecido que a quantidade de cargos em comissão do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, a serem ocupados por servidores efetivos, não poderá ser inferior ao percentual previsto no § 2º do art. 160 da Lei Complementar n. 381, de 7 de maio de 2007 (30%).

É oportuno destacar que o § 2º do art. 2º da Resolução n. 88, de 8 de setembro de 2009, estabelece que "para os Estados que ainda não regulamentaram os incisos IV e V do art. 37 da Constituição Federal, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos cargos em comissão deverão ser destinados a servidores das carreiras judiciárias, cabendo aos Tribunais de Justiça encaminharem projetos de lei de regulamentação da matéria, com a observância desse percentual".

Art. 5º

O art. 5º assegura a percepção de diferença de vencimento nos casos em que ocorrer diminuição em razão da aplicação desta Lei Complementar.

Art. 6º

O art. 6º estabelece regra para a substituição de Chefe de Cartório ou Chefe de Secretaria do Foro nos casos de afastamento temporário, a fim de que não haja prejuízo quanto ao andamento dos trabalhos. Com o estabelecimento dessa regra, sugere-se a revogação do art. 6º da Lei Complementar n. 406, de 25 de janeiro de 2008.

Art. 7º

O art. 7º estabelece novo coeficiente salarial ao cargo de Chefe de Gabinete da Presidência. A mudança, contudo, não importará em aumento de despesa, haja vista que o valor correspondente ao novo padrão já vem sendo pago, com sustentação no art. 85, inc. VIII, da Lei n. 6.745, de 28 de dezembro de 1985.

Art. 8º

A extinção do cargo de Tesoureiro explica-se pela criação do cargo de Chefe da Divisão de Tesouraria (Anexo I) e da função de Secretário de Câmara pela criação do cargo comissionado de Secretário de Câmara (Anexo II).

Art. 9º

A revogação do inciso IV do artigo 110 da Lei n. 5.624, de 9-11-79, justifica-se pela dificuldade verificada pela Diretoria de Recursos Humanos decorrente da aplicação desse dispositivo, o qual apresenta a seguinte redação:

"Art. 110. Compete ao Diretor do Foro:

[...]

IV - conceder licença até 90 (noventa) dias, dentro do ano, aos servidores da Justiça, ouvidos, previamente, os juizes aos quais sejam diretamente subordinados, se a licença for para trato de interesses particulares;"

De fato, tal permissivo legal delega ao Diretor do Foro a concessão das diversas licenças no limite de 90 dias ao ano, dentre as quais licença para tratamento de saúde e licença para tratar de interesses particulares.

No caso da licença para tratamento de saúde, os pedidos são protocolizados neste Tribunal de Justiça e, após análise pela Junta Médica Oficial, remetidos às respectivas comarcas para decisão, quando inferiores a 90 dias no ano. Ocorre que muitas vezes esses processos são arquivados na própria comarca, sem o registro da licença no sistema de recursos humanos, apesar dos vários comunicados às comarcas sobre a necessidade de devolução do processo ao Tribunal, para registro e arquivamento.

O registro em ficha funcional assegura à Administração o domínio de informações gerenciais relevantes, permitindo a emissão de relatórios sobre afastamentos do trabalho, o que pode guiar as políticas institucionais na área de saúde do servidor. Ademais, é essencial o prévio registro da licença para tratamento de saúde, providência indispensável ao pleno funcionamento do programa de pagamento de substituição, nos casos previstos em lei.

Em relação às licenças para tratar de interesses particulares, a principal implicação desse benefício diz respeito às exigências da Lei Complementar n. 412/2008 (Regime Próprio de Previdência), dentre as quais o pagamento, pelo servidor, da sua contribuição previdenciária e da correspondente quota patronal (art. 4º, § 4º), bem como o envio ao Iprevid de cópia do ato de concessão da licença (art. 20, § 3º).

A dispersão das decisões em cada Direção de Foro inviabiliza o efetivo controle do cumprimento dos ditames da Lei Complementar n. 412/2008.

Dessa forma, a competência das matérias ali disciplinadas passará ao Presidente do Tribunal de Justiça; contudo, essa pode ser delegada, a exemplo do disposto na Resolução n. 18/2006-GP.

A revogação do art. 6º da LC n. 406, de 25-1-2008, ocorre em face da criação do cargo em comissão de Chefe de Cartório e Chefe de Secretaria do Foro (Anexo II).

ESTADO DE SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de instrução de processo legislativo destinado à criação e extinção de cargos e funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário catarinense, fixa quantitativo de cargos de provimento em comissão privativos de servidor efetivo e estabelece outras providências, que existente disponibilidade orçamentária e financeira para efetivação das despesas decorrentes da proposição no presente exercício e nos dois subsequentes, consoante apontado no processo administrativo n. 367120-2010.8.

E, por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Florianópolis, 10 de maio de 2010

Trindade dos Santos

PRESIDENTE

Sérgio Galiza

Diretor-Geral Administrativo

Processo 367120-2010.8

A(s) despesa(s) abaixo relacionada(s) correrá(ão) por conta do(s) P/A(s) e elemento(s) de despesa abaixo especificado(s), comportando a efetivação da(s) mesma(s) para exercício de 2010:

Objeto	Critério Orçamentário						PC	Valor a comprometer	Exerc.
	P/A	Elem. Despesa	Valor Orçado Previsto	(-) Projeção até dezembro (inclui comprometimentos)	(=) Saldo de projeção				
DGA - criação/extinção de cargos	6777	319011	493.689.362,00	479.322.283,65	16.797.905,48	1070	2.430827,13	2010	

Para 2011, houve a proposição pela DRH dos valores de R\$ 498.993.183,00 (elemento 319011), 36.905.681,00 (elemento 319113), R\$ 6.706.673,00 (elemento 319013), R\$ 15.178.347,00 (elemento 319016), R\$ 2.996.508,00 (elemento 339008) 37.052.196,00 (elemento 339046) e R\$ 94.747.865,00 (elemento 339001 - inativos).

Divisão de Orçamentos, 15 de abril de 2010

Roque Inacio Führ

Chefe da Divisão de Orçamento

Senhor Diretor:

Informo a Vª. Senhoria que os recursos financeiros do Tribunal de Justiça, advindos dos repasses do Tesouro do Estado, suportam a efetivação da presente despesa.

Contudo, à elevada consideração de Vossa Senhoria.

Divisão de Tesouraria, 15 de abril de 2010

Adriano Vidal Pereira

Chefe da Divisão de Tesouraria

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Processo nº: 367120-2010.8

Parte: Direção-Geral Administrativa

Assunto: Criação/extinção de cargos

Senhor Diretor-Geral Administrativo:

Informo que a despesa orçada com pessoal para o exercício financeiro de 2010, na ação 6777 - Administração de Recursos Humanos do TJ e 6780 - Proventos de Inativos do TJ, é de R\$ 714.959.496,00.

A projeção dos gastos com pessoal no período acima citado, considerando as despesas com pessoal empenhadas até o presente mês, atingirá o montante aproximado de R\$ 667.521.194,38 (memória de cálculo anexa), incluídos o 13º salário, o crescimento vegetativo, 1/3 de férias de 2011.

A repercussão orçamentária e financeira neste processo para o ano de 2010 é de R\$ 2.430.827,13 e para os anos de 2011 e 2012 importará em R\$ 3.293.170,93 por ano.

Nestes termos, em cumprimento ao disposto nos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), informo que haverá disponibilidade orçamentária e financeira para efetivação da referida despesa no presente exercício financeiro e nos dois subsequentes.

Estas as informações que submeto à elevada consideração de Vossa Senhoria.

Florianópolis, 19 de abril de 2010

RICARDO LENTZ

Diretor

*** X X X ***